



DOCAPESCA
PORTOS E LOTAS, S.A.

1961 | 2021

60 anos

**Relatório de Atividades, Demonstrações Financeiras e
Execução Orçamental**

3.º Trimestre de 2021

Aprovado
A CA para ratificação
27/10/2021

Atividades

Índice Atividades

Direção de Apoio Jurídico e Dominial (DAJD)	2
Direção de Infraestruturas e Manutenção (DIMA)	5
Direção de Segurança e Manutenção (DSM)	8
Direção de Recursos Humanos (DRH)	13
Direção Financeira (DF)	18
Direção de Modernização Administrativa e Sistemas de Informação (DSI).....	21
Direção de Inovação e Marketing (DIM)	23
Direção de Exploração (DEXP).....	29
Gabinete de Auditoria Interna (GAI)	32
Gabinete de Estatística (GE).....	35
Gabinete de Segurança Alimentar e Certificação (GSAC)	37
Gabinete de Planeamento e Controlo Orçamental (GPCO)	40
Gabinete de Assessoria Técnica (GAT)	42
Direções de Portos e Lotas (DPL's).....	44
Direção de Portos e Lotas de Matosinhos (DPLNM)	45
Direção de Portos e Lotas do Centro Norte (DPLCN)	52
Direção de Portos e Lotas do Centro (DPLC).....	57
Direção de Portos e Lotas do Centro Sul (DPLCS)	63
Direção de Portos e Lotas do Algarve (DPLA)	68

Direção de Apoio Jurídico e Dominial (DAJD)

A Direção de Apoio Jurídico e Dominial é uma unidade orgânica nuclear de apoio ao Conselho de Administração, que visa assegurar o suporte jurídico-legal e colaborar com todas as unidades orgânicas da empresa. Tem como atribuições a responsabilidade e organização da base de dados da assessoria Jurídica, a instrução e acompanhamento de processos concursais, contraordenacionais, judiciais e a instrução de processos disciplinares, de inquérito e de averiguações, e ainda a colaboração na elaboração e análise da diversa documentação recebida e produzida pela empresa.

Atividade jurídica e administrativa

No semestre em apreço, a exemplo do que é efetuado em todos os demais, foram efetuados os seguintes procedimentos:

1. Acompanhamento dos procedimentos para a formação de contratos públicos instruídos pelas unidades orgânicas e da execução dos contratos públicos:
 - Apoio/esclarecimentos de dúvidas em questões relacionadas com a contratação pública
 - Elaboração dos modelos a utilizar pelos serviços;
 - Adoção de medidas de uniformização interna de procedimentos;
 - Registos da contratação pública e elaboração dos respetivos relatórios mensais;
 - Adoção de medidas de correção de desconformidades procedimentais generalizadas;
 - Adoção de medidas de instituição de uma tramitação procedimental centralizada;
 - Prestação dos esclarecimentos solicitados;
 - Prestação de informação oficiosa;
 - Aferição das propostas de decisão de contratar e das peças do procedimento;
 - Membro do júri;
 - Análise das propostas de adjudicação ou não adjudicação;
 - Prestação do apoio jurídico solicitado;
 - Procura de soluções mediante dificuldades na fase procedimental e de execução do contrato (designadamente impugnações administrativas),
 - Intervenções na fase de execução dos contratos, designadamente: registo dos relatórios de gestão de execução do contrato entregues, incumprimentos contratuais, serviços e trabalhos complementares e modificações dos contratos em geral;
2. Elaboração da “*informação diária*” e respetiva disponibilização às unidades orgânicas;
3. Acompanhamento dos processos de transferências de competências para as Autarquias Locais no âmbito do Decreto-Lei n.º 72/2019.

4. Elaboração dos Planos de Ordenamento e Termos de Referência de Projetos Prioritários dos Portos de Pesca de Lagos, Portimão e Olhão/ Revisão dos elementos recebidos e conclusão da análise.
5. Elaboração de versão final de Regulamento Interno de Utilização de Espaços Comerciais, Esplanadas e Áreas de Lazer do Porto de Recreio de Olhão, e de Informação;
6. Análise de publicações em Diário da República Eletrónico (DRE);
7. Análise e reformulação de Minuta de Contrato de Concessão e protocolos;
8. Análise de denúncias;
9. Colocação de protocolos e contratos na pasta pública e atualização de lista de contratos de concessão e de protocolos;
10. Análise de documentação diversos processos;
11. Análise de ofícios recebidos de diversas entidades;
12. Elaboração de declarações;
13. Elaboração de vários protocolos;
14. Acompanhamento da Administração em reuniões;
15. Participação em reuniões com diversas entidades internas e externas;
16. Elaboração de dezenas de informações ao Conselho de Administração.
17. Prestação de apoio às UO com a elaboração de diversas minutas.
18. Receção, organização e coordenação do trabalho administrativo referente aos assuntos da área dominial;
19. Receção dos pedidos de utilização privativa e promoção das consultas às entidades territorialmente competentes quando devidas;
20. Análise de diversos pedidos de atribuição de armazéns de aprestos
21. Emissão de títulos de licença, referentes a utilização de infraestruturas portuárias (Sesimbra e Matosinhos);
22. Emissão de mais de cem títulos de licença, referentes a utilizações dominiais nas áreas de jurisdição da Docapesca do Algarve;
23. Elaboração de cartas referentes à desocupação de parcelas do DPM e de infraestruturas portuárias por situação de dívida;
24. Elaboração de cartas de indeferimento de utilização de parcelas do DPM e infraestruturas portuárias (minutas);
25. Elaboração e acompanhamento de Editais;
26. Elaboração de novos modelos de editais a integrar na empresa com vista a simplificação de atribuição de infraestruturas portuárias sob jurisdição da Docapesca;
27. Acompanhamento da plataforma de gestão do território, nomeando os técnicos para acompanhamento dos planos de ordenamento do território.
28. Acompanhamento dos processos judiciais, nomeadamente, participando em diligências, e respondendo, com requerimentos, a várias questões colocadas pelos Tribunais e por Agentes de Execução.

29. Reanálise de procedimentos por via de alterações solicitadas nos pressupostos de contratação ou de alterações decorrentes da entrada em vigor da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio;
30. Elaboração do registo comercial do Aumento de Capital da Docapesca.
31. Análise e revisão do Regulamento de funcionamento do Centro de Interpretação da lota de Sagres.

Direção de Infraestruturas e Manutenção (DIMA)

A Direção de Infraestruturas e Modernização de Ativos garante o apoio técnico a todas as infraestruturas da responsabilidade da Docapesca, nomeadamente lotas, postos de controlo e transferência, atividades conexas, portos de pesca, de recreio e marinas.

Contributo para OE3 – Promover a Sustentabilidade Ambiental

a. Finalizados:

- Melhoria da eficiência energética Algarve- Portimão – Fotovoltaico;
- Remodelação geral da rede de distribuição de energia do porto de pesca da Póvoa do Varzim;
- Iluminação LED do porto de pesca de Portimão.

b. Em curso:

- Substituição dos Quadros Gerais de Baixa Tensão do porto de pesca da Nazaré.

c. Em adjudicação:

- Porto sustentável da Nazaré – parque fotovoltaico;

d. Em projeto:

- Melhoria da eficiência – Peniche – fotovoltaico;
- Melhoria da eficiência – Sines – fotovoltaico;
- Melhoria da eficiência – Lagos– fotovoltaico
- Aquisição de contentores de grandes dimensões para redes – Algarve.

Contributo para OE4 - Modernizar e beneficiar os estabelecimentos de 1.ª venda e áreas adjacentes indispensáveis à atividade da empresa, bem como infraestruturas conexas

1. Requalificação da rede de lotas - Reforçar as condições de segurança e qualidade alimentar nos edifícios e equipamentos, baseados nos princípios do HACCP.

a. Finalizados:

- Requalificação do edifício da lota da Fuzeta;
- Reabilitação do edifício da lota da Nazaré para certificação – 1.ª fase;
- Substituição da cobertura do posto de Santa Luzia.

b. Em curso:

- Reabilitação e reapetrechamento do posto e melhoria das condições de segurança do portinho da Ericeira;
- Nova camara frigorífica – lota da Nazaré;
- Reabilitação do edifício da lota da Nazaré para certificação –Fase IA;

- Central de bombagem de água salgada – lota da Figueira da Foz;
 - Reabilitação do edifício da lota de Peniche para certificação.
- c. Em fase de contratação:
- Adaptação das instalações para lota no edifício de Cascais;
 - Alteração das redes de distribuição de água quente e fria da lota de Portimão;
 - Requalificação e modernização da lota da Carrasqueira;
 - Nova camara frigorífica – lota de Olhão.
- d. Em fase de projeto de execução:
- Nova lota nas Quatro Águas e infraestruturas exteriores;
 - Reabilitação do edifício da lota de Sines para certificação;
 - Requalificação da lota da Quarteira.
2. Requalificar os portos de pesca e áreas portuárias - Garantir condições segurança das infraestruturas portuárias, pontes-cais, cais, plataformas; prosseguir investimentos nas áreas de segurança de acessos às infraestruturas portuárias
- a. Finalizados:
- Vedação e guarita da área concessionada da Figueira da Foz;
 - Caleiras e cais de descarga, cerco e defensas no porto de pesca de Olhão;
 - Construção de parque de apoio aos armadores no porto de pesca de Lagos;
 - Reabilitação do cais do porto de pesca de Peniche;
 - Mastro de sinais – Quarteira;
 - Equipamentos que beneficiam as condições de desembarque e atracação no orto de Pesca de Aveiro;
 - Videovigilância do porto de pesca de Portimão.
- b. Em curso:
- Reforço de videovigilância no porto de pesca de Quarteira;
 - Baleeira/Sagres - Reabilitação das pontes cais do porto de pesca;
 - Pavilhão de apoio à descarga da sardinha em Sines;
 - Equipamentos que beneficiam as condições de desembarque e atracação no porto de pesca de Aveiro - Ponte Cais 2;
 - Requalificação da plataforma de alagem dos estaleiros da Azurara;
 - Pavimentação parcial do porto de pesca de Olhão.
- c. Em fase de contratação:
- Pavilhão de apoio à descarga da sardinha em Sesimbra;
 - Reabilitação e ampliação do cais de descarga de pescado de Vila do Conde;
 - Projeto de alterações da rede de distribuição de água salgada e instalação de nova central de bombagem do porto de pesca de Olhão.
- d. Em projeto de execução:

- Pavimentação dos arruamentos e remodelação geral da rede de esgotos e saneamento do porto de pesca da Póvoa de Varzim;
- Substituição da central de bombagem do porto de pesca da Figueira da Foz;
- Reabilitação da rede de incêndios no porto de pesca da Quarteira;
- Reabilitação de armazém para acondicionamento e conservação de pescado na Figueira da Foz;
- Arranjos exteriores do porto de pesca de Quarteira;
- Projeto de alterações da rede de distribuição de água salgada do porto de pesca da Nazaré;
- Elaboração do projeto de requalificação da zona de alagem e reparação de embarcações de pesca e respetiva área de apoio do porto de pesca de Setúbal;
- Elaboração do projeto de requalificação da rede de incêndios do recinto portuário do porto de pesca da Quarteira;
- Nova portaria no porto de pesca da Nazaré

As acima referidas são as empreitadas de valor mais significativo previstas no PIE e no PIC de 2021 e que tiveram ações no 1.º, 2.º e 3.º trimestre.

Relativamente às restantes do PIC, e prestações de serviços anexas às empreitadas, nomeadamente contratação de projetos e de fiscalização, do PIE, uma vez que se enquadram no âmbito de pequenos investimentos, quer pela sua pequena dimensão, quer pela grande quantidade, não são acima discriminadas.

Direção de Segurança e Manutenção (DSM)

A Direção de Segurança e Manutenção é uma unidade orgânica nuclear e foi criada em novembro de 2018, com o objetivo de garantir o apoio técnico a todas as infraestruturas da responsabilidade da Docapesca, nomeadamente lotas, postos de controlo e transferência, atividades conexas, portos de pesca, de recreio e marinas, esta direção tem como principais atribuições e responsabilidades:

- Coordenar os 4 núcleos de manutenção: Norte, Centro Norte, Centro e Sul;
- Desenvolver, implementar e monitorizar o Plano de Investimentos Correntes (PIC) e o orçamento de conservação;
- Identificar necessidades de novos investimentos a incluir no Plano de Investimentos Específicos (PIE);
- Desenvolver Plano de Manutenção Preventiva (sistemática e condicionada) e coordenar as ações de manutenção curativa;
- Identificar as ações de manutenção corretiva e, em articulação com a DIMA, proceder à sua implementação;
- Estabelecer e acompanhar Contratos de Serviços de Manutenção;
- Colaborar na elaboração do orçamento anual de exploração relativo às contas de conservação/reparação, acompanhando e executando, se for caso disso, e controlando os respetivos níveis de execução;
- Desenvolver e manter atualizado um sistema de indicadores de desempenho dos equipamentos críticos e da atividade de manutenção;
- Efetuar a gestão de stock de consumíveis e sobressalentes.
- Realizar intervenções nas infraestruturas dos portos de pesca, da náutica de recreio e de apoio ao transporte fluvial de passageiros, para garantir a segurança de pessoas e bens.
- Desenvolver e gerir um sistema de registo de ocorrências, solicitação de intervenções e respetivo histórico de infraestruturas e equipamentos.
- Implementar e acompanhar um plano de avaliação e mitigação dos riscos para a generalidade das infraestruturas da Docapesca.
- Identificar e mitigar dos riscos profissionais dos trabalhadores da Docapesca.

Atividades Desenvolvidas e Impacto nos objetivos estratégicos.

Durante o 3.º trimestre de 2021 procedeu-se às tarefas normais de manutenção de infraestruturas e equipamentos. A descrição desses trabalhos apresenta-se nos capítulos seguintes (ações 1 e 4).

Expõe-se de seguida o enquadramento das ações definidas como objetivos para a DSM, de acordo com os eixos estratégicos da Docapesca definidos no Plano de Atividades para 2021.

Contributo para OE4 - Modernizar e beneficiar os estabelecimentos de 1.^a venda e áreas adjacentes indispensáveis à atividade da empresa, bem como infraestruturas conexas

1. Reparação de equipamentos dos estabelecimentos de 1.^a venda e reabilitação de infraestruturas portuárias para garantir as condições de funcionalidade, qualidade e segurança.

Esta ação diz respeito a tarefas correntes de manutenção curativa e/ou corretiva em equipamentos e infraestruturas, as quais foram sendo desenvolvidas ao longo de todo o trimestre.

O valor total da adjudicação (já realizadas, adjudicadas ou em execução) em 2021, relativo a fornecimentos e serviços externos (FSE), é de €461.385 (no final do 1.^o trimestre o valor realizado era de €216.426 e no final do 2.^o trimestre era €336.565). O acréscimo de gastos na área manutenção foi de apenas €124.820, traduzindo assim uma contenção de despesas, variação muito semelhante à verificada entre o 1.^o e o 2.^o trimestre.

Por tipologia de intervenção temos os seguintes valores realizados até ao final do 3.^o trimestre:

Tipologia	Montante €
Cais	35.989
Edifícios e construções	68.844
Empilhadores	26.000
Eq. Transp. Pescado	9.359
Estudos e Projetos	12.133
Frio	49.399
Gruas, pórticos	22.670
Máq. Lavar Caixas	15.785
Outros	105.028
Portões	15.912
Rede água doce	12.355
Rede água salgada	18.854
Rede Elétrica	42.720
Rede Esgotos	12.863
Tapetes	6.808
Assinalamento marítimo	3.636
Ferramentas	2.567
Informática	2.462
Total	461.385

Para além das adjudicações, foram realizadas intervenções por meios próprios, da qual se releva a grande quantidade e diversidade de ações de reparação/reabilitação realizadas pelos vários núcleos de manutenção da DSM, apesar dos escassos recursos humanos existentes.

2. Contratação e implementação de Sistema de Gestão de Manutenção Preventiva (sistemática e condicionada).

O objeto operacional desta atividade é o desenvolvimento e implementação de um sistema de gestão de pedidos de intervenção e registo histórico de intervenções, o qual permitirá também, desenvolver e manter atualizado um sistema de indicadores de desempenho dos equipamentos críticos e da atividade de manutenção realizada pela DSM.

Em articulação com a DSI, considerou-se mais vantajoso e adequado, numa primeira fase, desenhar, desenvolver e implementar um processo de gestão de pedidos de intervenção. Foi então criada uma ferramenta de pedidos de assistência técnica, a qual ficou concluída no final do mês de março do presente ano e entrou em funcionamento no dia 1 de maio. Esta ferramenta é já atualmente utilizada por um amplo número de utilizadores das infraestruturas e equipamentos da Docapesca e tem vindo a ser aperfeiçoada à medida que se detetam imperfeições ou oportunidades de melhoria.

3. Desenvolver, implementar e monitorizar o Plano de Investimentos Correntes (PIC).

- 3.1. Desenvolvimento e implementação do PIC 2021

Os valores totais de investimentos correntes executados ou em execução em 2021, da responsabilidade da DSM, são os que se apresentam abaixo.

DPL/SEDE	Realização Previsional	Realização Efetiva	%
DPL Norte e Matosinhos	€ 66.271	€ 69.374	105%
DPL Centro Norte	€ 15.280	€ 7.981	41%
DPL Centro	€ 76.165	€ 58.203	77%
DPL Centro Sul	€ 51.325	€ 56.698	97%
DPL Algarve	€ 106.400	€ 152.525	139%
SEDE	€ 52.000	€ 53.843	104%
Total	€ 367.441	€ 250.476	104%

Assim, e relativamente aos investimentos correntes da responsabilidade da DSM previstos para 2021 (DPL e Sede), cujo valor global é de € 398.625 resulta uma taxa de execução de investimento de 104%.

Neste quadro estão também incluídos investimentos não previstos inicialmente no PIC 2021, mas cujas despesas foram cabimentadas mediante transferência de verbas entre ações preteridas ou cujo custo final foi inferior ao inicialmente previsto.

- 3.2. Realização de investimentos em projetos previstos no PIE

Os valores totais de investimentos específicos executados ou em curso em 2021 pela DSM, são os que se apresentam no quadro abaixo.

DPL's	Realização
DPL Norte e Matosinhos	€ 157.849
DPL Centro Norte	€ 16.571
DPL Centro	€ 110.787
DPL Centro Sul	€ 90.247
DPL Algarve	€ 41.838
Total	€ 417.292

3.3. Monitorização do PIC 2021

A atividade vai sendo desenvolvida ao longo do ano mediante consulta às restantes U.O. responsáveis pela execução de investimentos, respondendo ao GPCO relativamente a investimentos propostos pelas U.O.com cabimento em PIC e articulando com a DIMA um quadro único onde são inscritos todos os investimentos correntes realizados (designação, valor, referência do procedimento, etc.).

Atualmente, os valores totais de investimentos correntes executados ou em curso, da responsabilidade da DSM e das restantes UO, são os seguintes:

PIC - UO	Realização Previsional	Realização Efetiva	%
DSM	€ 381.941	€ 398.625	104%
DIMA	€ 496.720	€ 218.685	44%
DEXP	€ 403.485	€ 230.208	57%
DSI	€ 145.830	€ 48.307	33%
DRH	€ 32.734	€ 3.030	9%
GSAC	€ 9.760	€ 6.800	70%
Total	€ 1.470.470	€ 905.655	62%

4. Estabelecer e acompanhar contratos de serviços de manutenção

4.1. Estabelecimento de contratos de serviços de manutenção

A DSM é atualmente responsável pela gestão de contratos de manutenção preventiva e assistência técnica dos seguintes equipamentos/infraestruturas:

- Instalações de frio (unidades de produção e conservação de gelo; câmaras frigoríficas de conservação de pescado);
- Empilhadores;
- Tratamento de água das fábricas de gelo e de água salgada (Matosinhos, Aveiro e Figueira da Foz);
- Portões das lotas.

Contributo para OE5 – Assegurar as regras de higiene e segurança alimentar

1. Reabilitação de edifícios e outras construções para garantir as condições de qualidade e segurança alimentar.

Esta ação diz respeito à execução de tarefas normais e constantes de reparação/reabilitação curativa e/ou corretiva, as quais foram desenvolvidas à medida que eram reportadas as anomalias ou no sentido de dar resposta às não conformidades identificadas nas vistorias efetuadas pelas entidades competentes (DGAV, DGRM, etc.).

Atividades transversais:

1. Coordenação e elaboração do Plano de Investimentos Correntes (PIC)
O processo de elaboração do PIC para 2022 foi iniciado em julho e concluído no dia 7 de setembro de 2021.
2. Elaboração do orçamento anual
A colaboração da DSM nesta atividade foi iniciada em julho, de acordo com a comunicação do Conselho de Administração de 30 de junho.

Atividades relacionadas com a situação COVID-19:

Atendendo à situação gerada pela pandemia COVID-19 e medidas associadas ao estado de emergência decretado, alguns trabalhadores da DSM exerceram durante alguns períodos as suas funções através de teletrabalho, tendo-se aproveitado a oportunidade para se preparem diversos procedimentos de concurso para contratações de serviços ou empreitadas. A nível dos núcleos de manutenção continuaram a desenvolver-se os normais trabalhos de manutenção, seguindo as normas de segurança previstas no Plano de Contingência da Docapesca.

Direção de Recursos Humanos (DRH)

A Direção de Recursos Humanos é uma unidade orgânica nuclear que reporta diretamente ao Conselho de Administração, à qual incumbe assegurar a operacionalização dos recursos humanos. desenvolver capacidades para a conceção de estratégias integradas (psicossociais, culturais, técnicas e económico-financeiras) de gestão e desenvolvimento de recursos humanos a nível organizacional e social. promover competências de análise e definição de políticas de recursos humanos ao nível organizacional, além das questões contratuais e de direito de trabalho, formação, certificação e requalificação profissionais.

Contributos para OE 7- Garantir adequação das competências dos RH aos novos desafios

1. Desenvolver as condições de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) quer no âmbito dos recursos humanos, quer no âmbito das infraestruturas da empresa:
 - Definição de requisitos e estrutura dos Relatórios de Avaliação de Riscos Profissionais;
 - Definição de objetivos ao nível do trabalho de consultoria;
 - Acompanhamento e monitorização detalhada dos contratos relativos à manutenção de Extintores, Medicina e Segurança no Trabalho;
 - Conclusão do procedimento de gestão de EPI's contra a COVID-19.
 - Pedido de marcação de consultas médicas que se encontravam em não-conformidade;
 - Conclusão do procedimento concursal de aquisição de meios de primeira intervenção de combate a incêndios– extintores e caixa PVC;
 - Gestão da distribuição de extintores e caixas PVC a nível nacional;
 - Início da utilização das novas funcionalidades do META4 a nível da SST;
 - Conclusão do Relatório Único, Anexos C e D, e respetiva entrega;
 - Entrega de ficheiros com a informação dos recursos humanos da empresa, ao SIOE estruturada conforme indicação daquela entidade;
 - Conclusão das aquisições necessárias a nível de sinalética de segurança no trabalho para a lota da Fuzeta e do Centro de Interpretação de Sagres.

2. Apostar na promoção de melhorias ao nível das práticas e procedimentos laborais instituídos:
 - Continuação da revisão e atualização de todos os documentos e procedimentos internos laborais instituídos na empresa, nomeadamente os regulamentos, o acordo de empresa, o código de conduta, o manual de acolhimento, procedimentos referentes ao recrutamento e ao período experimental;
 - Análise dos relatórios internos de manutenção de extintores e de caixas de primeiros socorros com o objetivo de apurar necessidades;

- Desenho, divulgação e implementação de procedimentos de gestão, ao nível de todas as estruturas orgânicas da empresa (nacional), nomeadamente, relativos aos acidentes de trabalho, extintores, medicina no trabalho, formação e caixas de primeiros socorros;
 - Continuação do processo de melhoria do Portal Recursos Humanos com a possibilidade de acesso dentro e fora da rede da empresa, com disponibilização para consulta a todos os trabalhadores da empresa, dos seus dados de cadastro, dados salariais, formação profissional realizada;
 - Atualização do código de conduta, de acordo com as normas legais em vigor e respetiva publicação no sítio da Internet da empresa;
 - Elaboração, aprovação e divulgação, do Novo Regulamento de Deslocações em Serviço.
 - Continuação do processo de melhoria do Plug-in INNUX/META-4 com a integração de toda a informação de absentismo e férias do sistema de controlo de assiduidade para o sistema de informação de recursos humanos Meta-4.
3. Assegurar e controlar a implementação das medidas de autoproteção
- Este processo requer, antecipadamente, o diagnóstico e levantamento de necessidades de intervenção quer a nível de infraestruturas quer de manutenção em todas as estruturas, ao nível nacional, da empresa, com o propósito de verificar se as nossas instalações possuem os requisitos mínimos para o desenvolvimento das mesmas. Refira-se que o valor de investimentos para cumprir os critérios mínimos para se avançar com a implementação das medidas de autoproteção é elevado. Este processo deve ser analisado de forma estrutura e envolver diferentes unidades orgânicas. Nesse sentido, e a fim de colmatar algumas situações não-conformes, prevê-se o desenvolvimento do processo de identificação de necessidades e compra das plantas de emergência.
4. Verificar as condições operacionais, a qualidade e a segurança – equipamentos de proteção individual/higiene e segurança no trabalho:
- Análise e monitorização dos Relatórios Internos de Acidentes de Trabalho e de Consulta aos Trabalhadores no âmbito da SST, tendo-se identificado um conjunto de medidas a implementar. O novo prestador de serviços de SST irá elaborar um estudo sobre a adequabilidade dos EPI's com o objetivo de verificar a sua adequabilidade e/ou necessidade de substituição/melhoria.
5. e 6. Reforçar a realização das ações de formação em contexto laboral, no âmbito da SST e HSA:
- Desenho do procedimento concursal para a aquisição das ações de formação a realizar em 2022;

- Monitorização e organização da Pasta relativas aos DTPs (Dossier Técnico Pedagógicos);
 - Conclusão da ação de formação de “Trabalhador Designado” de 35h para todos os trabalhadores com “funções” que se relacionem com a temática da SST;
 - Desenho e conclusão do procedimento concursal de ações de formação no âmbito da SST e HSA a realizar até 2021 (24 ações de formação em diferentes lotas);
 - Desenho e conclusão do procedimento concursal para a realização de 8 ações nas áreas das tecnologias de informação, contabilidade, gestão de resíduos, manutenção e de secretariado;
 - Identificação das necessidades de ação a serem tomadas, no que a DRH diz respeito, para o processo de certificação das lotas pela ISO 22000.
7. Garantir a uniformização dos procedimentos de recursos humanos na área da segurança alimentar, contribuindo assim para a implementação dos processos de qualidade, essenciais à certificação:
- Revisão do Manual de Acolhimento, com apresentação através de um pequeno vídeo com toda a informação relativa à atividade da empresa e obrigações e deveres do trabalhador no âmbito da SST e Segurança Alimentar.
8. Definir uma estratégia de gestão de recursos humanos, articulada e adaptada à nova realidade da empresa, com previsão de mecanismos de polivalência e rotatividade de funções:
- Apresentada aos Sindicatos durante as negociações salariais e Revisão do Acordo de Empresa (AE) estas duas possibilidades sendo que os Sindicatos não aprovaram estas medidas;
 - A empresa, através da DRH, tomou a iniciativa de apresentar aos dois Sindicatos para discussão o “Regime da Adaptabilidade” (Código do Trabalho – Banco de horas). Os 2 Sindicatos não mostraram qualquer abertura para este regime passar a fazer parte do AE e não aprovaram esta medida.
9. Preparar um plano de formação adequado à estratégia de gestão de recursos humanos e garantir a sua execução e avaliação ao longo do ano:
- Controlo de execução das ações de formação adjudicadas até ao final do ano de 2021;
 - Desenvolvimento de Ações de Capacitação;
 - Pedido de avaliação das ações de formação da área alimentar, através do preenchimento dos IAEF, relativos às ações de formação de 2021;
 - Testes e identificação de novos campos na plataforma informática de suporte à gestão do processo formativo;

- Reuniões com as empresas fornecedoras de serviços de formação profissional com o objetivo de adequar os conteúdos programáticos das mesmas às reais necessidades da empresa através da escolha de formadores com base em análise curricular, reuniões entre os formadores e os dirigentes e disponibilização de documentação interna.
10. Garantir em articulação com a Direção de Inovação e Marketing (DIM) que todos os trabalhadores admitidos na Empresa sejam portadores de um cartão de identificação “trabalhador/Docapesca”.
- Está em curso o desenvolvimento, a pedido da DRH, de um sistema de alerta, via email com apresentação do pedido à DIM, que proceda à comunicação automática dos dados a constar no cartão afim deste poder ser emitido.
11. Elaborar o “Manual dos Recursos Humanos” para integrar todas as matérias da responsabilidade dos recursos humanos num único documento
- Os documentos e procedimentos laborais continuam em fase de revisão e atualização, sendo que após a aprovação dos mesmos pelo Conselho de Administração serão parte estruturante e integrante do “Manual dos Recursos Humanos” no que concerne à matéria de direito laboral, matéria esta da responsabilidade dos recursos humanos;
 - Os procedimentos de SST e formação, estão a ser devolvidos e alguns deles já se encontram fechados e divulgados, com o objetivo de integrem o Manual dos Recursos Humanos.
12. Modernização do Portal de Registo de Assiduidade “Web-time”
- Continuação do processo de implementação do portal de assiduidade (WEB-TIME) nas Direções de Portos e Lotas para os trabalhadores adstritos aos serviços administrativos, podendo desta forma agilizar o processo de gestão de assiduidade daquelas unidades orgânicas;
 - Implementação do interface entre o WEB-TIME/Innux e o Meta4 – Foi apresentada a proposta desta implementação de forma a facilitar consultas relacionadas com assiduidade e férias, assim como facilitar o processamento automático de subsídios de alimentação e de ausências, bem como a facilidade de introdução de informação por parte dos colaboradores, respeitante a boletins, justificações, marcação de férias.
13. Otimizar o novo sistema de avaliação de desempenho de forma eficiente e eficaz com vista à promoção contínua do seu melhor funcionamento.
- O novo sistema de avaliação de desempenho, a ser realizado com objetivos mensuráveis, encontra-se concluído. A aplicação informática onde este decorrerá está em fase de teste para poder ser implementada;

- Através de uma adequada avaliação de desempenho, é possível implementar aspetos de melhoria com vista a promover a satisfação e a motivação dos colaboradores, de forma a promover um bom desempenho profissional;
- Permite promover maior proximidade e transparência entre chefias e os colaboradores, valorizando o respeito mútuo.

14. Outras atividades para 2021

- Dar continuidade ao Plano de Benefícios dos trabalhadores e facilitar o equilíbrio entre a vida profissional e pessoa;
- Entrou em vigor, em 01/01/2021, o Seguro de Saúde para o ano vigente;
- A prática da plataforma horário foi facilitada, de modo que o trabalhador possa gozar de equilíbrio entre as suas obrigações profissionais e pessoais;
- Fomentar a revisão e atualização do Acordo de Empresa - Foi apresentada a proposta de revisão e atualização do Acordo de Empresa aos respetivos sindicatos. Já se iniciou a fase de negociação, tendo sido já realizadas cinco reuniões com os sindicatos e tendo sido já aprovado a maioria das alterações e atualizações propostas pela DRH, estando ainda alguns assuntos em concreto a aguardar análise e aprovação por parte dos Sindicatos.
- Acompanhar os gastos com pessoal de modo a garantir a execução orçamental - Decorrente da Lei do Orçamento de Estado para 2021 que determina o aumento da Remuneração Mínima para 665,00€ mensais;
- Promover e implementar a “Agenda Social da Docapesca” que contemple todas as ações de formação a realizar ao longo do ano, bem como o intervalo das datas de pagamento das remunerações mensais, data-limite de marcação de férias, entre outros assuntos de interesse comum a todos os trabalhadores - Encontra-se a ser desenhando um “*kit*” de informação onde conste de forma resumida e prática toda a informação anual relevante para os trabalhadores.
- Reorganização e gestão do arquivo dos Processos Individuais dos Trabalhadores. Conclusão do processo de levantamento de processos individuais de trabalhadores que saíram da empresa por motivo de reforma ou de rescisão por iniciativa do trabalhador e/ou empresa para serem depositados no arquivo de Peniche e organização dos PI dos trabalhadores ativos.

Direção Financeira (DF)

A Direção Financeira, unidade orgânica nuclear, no âmbito das suas competências e áreas da sua intervenção, planifica e dirige as atividades da gestão económico-financeira, de administração, e colabora na definição da estratégia empresarial e na avaliação de riscos.

Colabora nos processos de planeamento anual e plurianual e assegura a execução, consolidação e regularidade da contabilidade, do sistema de informação contabilística e do sistema integrado de informação financeira, bem como a gestão dos seguros patrimoniais e de responsabilidade civil, com o objetivo de apoiar a decisão e o controlo de gestão.

Contributo para OE 6 – Promover a desmaterialização de procedimentos

A receção da faturação eletrónica foi formalizada através da adesão ao portal FE-AP – faturação eletrónica, na administração pública da eSPap, no final de setembro de 2020, e, desde essa data, tem incorporado diretamente a faturação eletrónica dirigida à Docapesca.

Foi desenvolvida a aplicação informática de gestão da documentação – Filedoc, que já regista toda a faturação recebida através dos serviços da sede, para servir de apoio à plataforma FE-AP e estabelecer a relação com os movimentos contabilísticos de registo das faturas em SAP.

As três plataformas estão agora ligadas através do número de registo no Filedoc, cumprindo em conjunto as funções de receção, aprovação, contabilização e arquivo, sendo desejável que o intercâmbio da informação possa ser feito sem qualquer impressão efetiva.

Foram apuradas as necessidades de implementação de “notas de suporte” ao sistema SAP para extrair o SAFT da contabilidade, assim como para gerar o SAFT com selo de validade SVAT que permitirá a entrega da IES por meios eletrónicos.

A partir de 16 de março de 2020, os trabalhadores da direção financeira entraram em regime de teletrabalho, adquirindo considerável experiência no trabalho à distância e nas suas formas próprias de comunicação.

O teletrabalho foi sendo mantido no formato “em espelho”, embora sem se adequar a uma rotação em períodos quinzenais devido á elevada especialização do trabalho desenvolvido.

Não houve colaboração no projeto do Portal nem na faturação da 1.ª venda em Lota, para além das duas entrevistas por vídeo conferência com a equipa da Universidade de Aveiro, que foi contratada para delinear o caderno de encargos.

Foi iniciada a colaboração com a DSI para estudar a solução de migração do sistema SAP para a plataforma S4Hanna da própria SAP.

Ficou no ano de 2020 definitivamente instituído o pagamento aos armadores nas principais lotas por transferência bancária através da nossa conta do IGCP.

Iniciou-se no ano de 2020 o pagamento a armadores por vendas em lota nos postos de venda da Costa da Caparica, Trafaria e Fonte da Telha (Sesimbra) e nos postos de venda de Vila Nova de Milfontes, Zambujeira e Azenha do mar (Sines).

Foi adiada para o 4.º trimestre de 2021 a ação necessária para estender a todos os restantes postos de vendagem o procedimento de pagamento centralizado pelo IGCP por transferência bancária, incluindo aqueles que envolvem a colaboração de entidades externas, nossos representantes nesses postos de vendagem.

Foi eliminado o recurso ao pagamento por cheque a armadores, fornecedores e outros credores, tendo sido contabilizados 236 euros de despesas com cheques (comissões) em 2020 (em 2019 e 2018 registaram-se 8.545 e 19.800 euros, respetivamente).

O procedimento de recolha e registo das vendas fora de lota comunicadas por via eletrónica, com a sua total desmaterialização e dispensa da presença física do declarante, implementado no final do ano de 2020 tem registado um crescimento moderado.

Foi implementado o processo de passagem dos TPA's para a conta única do IGCP, com a distribuição de 19 aparelhos pelas lotas, associados a uma conta do IGCP sediada no BPI.

O processo de abertura da conta no IGCP a novos utilizadores para se efetuarem os depósitos de todas as disponibilidades das tesourarias, assim como a cobrança de toda a faturação, na sequência da forte limitação da nossa dispensa do cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, comunicada em meados de dezembro, foi concluído já no início de julho deste ano com a sua aplicação à DPL do Algarve.

Foi necessário identificar os constrangimentos decorrentes da receção de cheques emitidos não à ordem, passados em nome da Docapesca, que não podem ser depositados nas contas do IGCP abertas nos bancos – CGD, BCP e Novo Banco.

Contributo para OE 10 – Manter o prazo médio de pagamentos

Mantém-se o esforço no sentido do reconhecimento atempado das faturas para que seja possível o seu pagamento dentro do respetivo mês, como forma de reduzir o PMP.

Foi continuado o trabalho de preparação da área administrativa da empresa para receber faturação por meios eletrónicos (correio eletrónico com assinatura digital), com o seu registo em Filedoc e o pagamento por débito direto.

Já se encontra fiabilizada a maior parte da faturação de serviços, com adesão ao débito direto e comunicação de faturas por meios eletrónicos, com redução do número de faturas com pagamento multibanco (que não permite a inserção direta no IGCP).

Contributo para OE 11 – Garantir Resultados Líquidos positivos

As demonstrações financeiras foram apresentadas nos prazos legais.

Encontra-se em expectativa o procedimento decorrente do reconhecimento e valorização dos ativos referenciados nos protocolos estabelecidos no âmbito do processo de descentralização, a desenvolver assim que estes protocolos sejam devidamente ratificados.

Outras atividades

Durante este primeiro semestre de 2021, a direção financeira foi gerindo os seus recursos em manifesta situação de insuficiência pelo que foi indispensável a tomada de medidas de mitigação dos riscos de incumprimento, através da já referida orientação para objetivos coletivos e também através de um procedimento acelerado de formação em contexto real de trabalho dos trabalhadores remanescentes.

Este esforço de formação é decisivo para que possa ser ultrapassado o período do último trimestre do corrente ano, caracterizado pelas ausências motivadas pelo gozo de férias dos trabalhadores.

Entretanto, esgotou-se o 3.º trimestre sem que fosse conhecido qualquer desenvolvimento ao nível da ação dos recursos humanos da empresa para a contratação de novos trabalhadores, mantendo-se em expectativa a ação de planificação e gestão eficiente dos recursos.

Direção de Modernização Administrativa e Sistemas de Informação (DSI)

A Direção de Modernização Administrativa e Sistemas de Informação é uma unidade orgânica nuclear e foi criada em novembro de 2018, em resultado da fusão da Direção de Informática e da Direção de Sistemas. Esta unidade orgânica tem como atribuições o estudo, conceção, desenvolvimento e promoção das tecnologias de informação, de comunicações, audiovisuais e de multimédia, bem como a modernização administrativa. Apoia as atividades desenvolvidas pela Docapesca, na sede e nas Direções de Lotas e Portos de Pesca, nos portos de pesca e marinas de recreio, através do planeamento, acompanhamento, manutenção de sistemas e formação dos trabalhadores no âmbito dos diversos sistemas informáticos e de informação utilizados na empresa.

Contributo para OE 4 - Modernizar e beneficiar os estabelecimentos de 1.^a venda e áreas adjacentes indispensáveis à atividade da empresa, bem como infraestruturas conexas

1. Implementar a cópia e impressão centralizada – Durante o 3º trimestre de 2021 foi continuado o plano de implementação da rede nacional de impressão e implementação de um piloto de testes na Sede da empresa, a todos os utilizadores;
2. Eliminar a dependência das impressoras Jetstream em algumas lotas do país - Durante o 3º trimestre de 2021 não foi possível intervir nesta temática;
3. Substituir vários servidores de leilão em todo o país – Durante o 3º trimestre de 2021 foi lançado o concurso público para a aquisição dos equipamentos, encontrando-se em fase de análise;
4. Implementar painéis de visualização de pescado em algumas lotas – Durante o 3º trimestre de 2021 não foi instalado qualquer painel adicional de visualização de pescado na Lota;
5. Implementar um novo sistema de 1.^a venda de pescado - Durante o 3.º trimestre de 2021 decorreu a implementação do “Sistema de Leilão a Bordo”, obrigando a ajustes de harmonização no próprio sistema de primeira venda de pescado;
6. Renovar o parque informático das lotas - As intervenções encontram-se em curso e estima-se que durem até meio do 4.º trimestre de 2021;
7. Expandir o leilão online a outras lotas - Este tema está em análise tecnológica;
8. Migrar a informação dos servidores instalados na sede para CLOUD – Durante o 3º trimestre de 2021 foi criado um sistema centralizado de agregação de informação cadastral da DIMA;
9. Aumentar a largura de banda em todo o país, aumentando a velocidade de comunicação - Este processo encontra-se em curso, devido à complexidade da alteração das conectividades para circuitos de fibra, as instalações têm sofrido alguns atrasos, por constrangimentos locais, estimando-se a sua conclusão no 4.º trimestre de 2021. Grande parte das conectividades da empresa estavam suportadas em circuitos ADSL de 8Mbps,

revelando uma enorme falta de preparação da anterior chefia para transição digital. Foi elaborado um concurso público, com contrato celebrado em 20/01/2021, que se encontra em fase de implementação;

10. Apoiar os utilizadores - Foram solicitados desenvolvimentos no sistema de gestão documental, para promover uma utilização generalizada. Encontra-se em curso o desenvolvimento de uma plataforma de apoio à descarga de pescado em cais, com piloto em Sesimbra, encontrando-se nos testes finais.

Contributo para OE 6 - Promover a desmaterialização de procedimentos

1. Implementação de processos documentais centralizados, via sistema de gestão documental - procedimentos em curso;
2. Criação de um portal de licenciamento integrado, para a área dominial – O processo de implementação está em análise;
3. Criação de um sistema inovador de rastreabilidade - Implementação do QR CODE no sistema de pesagem da primeira venda de pescado, através do Sistema de Leilão a Bordo;
4. Criação de uma plataforma centralizada de monitorização dos limites do CCP, por fornecedor – Plataforma em fase de testes;
5. Implementação da fatura eletrónica – O processo de receção de faturas foi concluído, com adesão ao sistema da ESPAP;
O processo de emissão de faturas encontra-se em estudo. A DSI passou a pertencer ao grupo de trabalho para elaboração do novo regulamento para emissão de guias de transporte/transferência de pescado;
6. Tratamento eletrónico dos dados da Segurança Social dos armadores, pescadores e apanhadores – Encontra-se em estudo.

Direção de Inovação e Marketing (DIM)

A Direção Inovação e Marketing é uma unidade orgânica nuclear visa a análise do meio envolvente, a identificação das melhores vias para implementar as medidas estratégicas planeadas, numa vertente interna e externa, incentivando o desenvolvimento de sinergias e o potencial da inovação e orientação para o mercado, através da promoção e desenvolvimento da competitividade e valorização da empresa.

A comunicação empresarial destina-se à projeção pública e difusão mediática da empresa, à promoção da coesão e liderança internas, através do desenvolvimento de ações, estratégias, produtos e processos com vista a reforçar a imagem da Docapesca junto dos seus públicos-alvo (produtores, compradores, trabalhadores, formadores de opinião, públicos-alvo, comunidade académica, jornalistas, etc.) e da opinião pública.

Apresenta-se o enquadramento das atividades da DIM durante o 3.º trimestre de 2021, de acordo com os eixos estratégicos da Docapesca para 2021.

Contributo para OE 1 – Promover a valorização do pescado e dos circuitos comerciais curtos

1. Campanhas e projetos de valorização do pescado

1.1 Comprovativo de Compra em Lota – vertente promocional.

A DIM apresentou uma proposta de plano de comunicação do CCL Comprovativo de Compra em Lota, reforçando a presença nas redes sociais e a presença da etiqueta no ponto de venda ao público.

O conceito da proposta para 2021 pretende dar rosto aos pescadores e comerciantes de pescado de várias lotas, que durante o ano de pandemia nunca pararam. A campanha iniciou-se em agosto de 2021 e decorreu na imprensa local (8 títulos de imprensa escrita e 3 digitais), nas rádios (2 rádios nacionais e 6 locais) e em publicidade exterior (através da colaboração com 12 municípios).

Nos meios digitais e redes sociais da Docapesca foram também desenvolvidas duas rubricas em vídeo: “Ó Chef” (com Vítor Sobral e Fátima Lopes) e “A Pitada à Pescador”, com o blogger Rui Marques.

Durante o presente ano, será também desenvolvida a 2.ª fase do site “A Lota em Casa”, onde será criado um *marketplace* dos produtos da pesca, disponibilizando a possibilidade de criação de uma loja *online* a todos os comerciantes aderentes ao CCL. Desde o lançamento do site, em dezembro de 2020, registou 15.249 acessos.

1.2 Comprovativo de Compra em Lota – vertente solidária

Desde maio de 2020, decorre também um programa de apoio social às IPSS, através das juntas de freguesia e à Cruz Vermelha Portuguesa através do donativo semanal de pescado.

Durante o 3.º trimestre de 2021, os donativos ascenderam a 13.975 kg. Desde o início do projeto, foram doados 29.121 kg.

1.3 Comprovativo de Compra em Lota – vertente educativa

Durante o 1.º trimestre, realizaram-se 6 ações dirigidas em escolas, em formato online, que abrangeram 751 alunos. No 2.º trimestre, realizou-se 1 ação online dirigida a alunos do 3.º ciclo, que abrangeram 73 alunos.

Para além destas ações, no âmbito do projeto Escola Azul, a Docapesca coordenou a oficina de formação a cerca de 50 professores sobre o tema “Consumo Sustentável do Pescado”, tendo participado também na oficina com o tema “Lixo Marinho”.

Em parceria com o Desporto Escolar, estava prevista a realização do programa “Docapesca Ocean Sessions” em quatro locais: Caminha, Peniche, Sines e Lagos, que não se concretizou devido à evolução da pandemia, estando previstas para o próximo ano letivo. De forma a complementar esta dificuldade, durante o 2.º trimestre, decorreu um webinar dirigido aos alunos de norte a sul do país dos Centros de Formação Desportiva do Desporto Escolar, que teve cerca de 40 participantes.

Sob o tema do projeto “A Pesca por um Mar Sem Lixo” foi ministrada uma palestra ao 3.º ano da licenciatura em Ciências do meio aquático da Universidade do Porto para cerca de 30 alunos.

Ainda sob esta temática marcou-se presença com uma comunicação numa tertúlia promovida pelo Centro de Ciência Viva de Lagos.

2. Participação em feiras e festivais gastronómicos

No 1.º trimestre não se realizaram participações em feiras e festivais gastronómicos.

Durante o 2.º trimestre, no âmbito da Semana Gastronómica do Choco do Município de Setúbal, realizou-se um showcooking para 20 participantes.

No 3º trimestre, não se realizou a ação prevista para a Semana do Carapau, devido ao luto nacional pelo falecimento do presidente Jorge Sampaio.

3. Participações institucionais

Até ao final do 3.º semestre não se realizaram participações institucionais, no entanto já estão programadas 2 participações no mês de outubro: Festival Internacional da Ciência em Oeiras e o Aquaculture Europe no Funchal.

4. Ações de comunicação e promoção

4.1. Publicações em órgãos de comunicação social

No 1.º trimestre, foram publicadas duas entrevistas com o Conselho de Administração no Jornal da Economia do Mar e no LusopressTV, bem como uma publicação na Revista Marés.

Durante o 2.º trimestre, realizaram-se duas entrevistas à TSF e Antena 1 e foi publicado um artigo na revista Marés.

4.2. Comunicação Externa

Até ao final do 3.º trimestre de 2021, a página da Docapesca no Facebook registou 17.586 gostos, mais 21% na comparação homóloga. Foram efetuadas 244 publicações com um alcance acumulado de 2.828.977 pessoas.

Desde o início de janeiro, iniciou-se a dinamização da página de Instagram, a página tem atualmente 808 seguidores e no LinkedIn tem 1230 seguidores.

Em termos de cobertura de media, foram publicadas 737 notícias (+9 %) sobre a Docapesca.

Em relação ao site Docapesca, registou 142.926 acessos (+8% em relação ao período homólogo).

Foi também retomado o projeto de remodelação do site atual, estando a conclusão dos trabalhos prevista para o 4.º trimestre.

4.3. Comunicação Interna

4.3.1 Intranet Docapesca

Durante o 1.º trimestre, foi efetuado um levantamento de necessidades e a realizações de reuniões com empresas especializadas na produção de sistemas de intranet, baseadas na tecnologia Office 365. Foi lançado o procedimento concursal em julho e os trabalhos arrancaram em final de setembro, tendo como previsão para conclusão o final do ano.

5. Projetos Especiais

5.1. LIFE Águeda

No do projeto LIFE Águeda, por dificuldades relacionadas com a ausência de trabalhador para operar a viatura, deu-se início ao processo de identificação do pescado, com a colocação do selo individual durante o mês de março. Nos postos de vendagem da região, a identificação individual está a ser efetuada desde o início do ano. Nesta época, foram identificados 119 espécimes de lampreia e sável.

5.2. Valormar

O projeto “ValorMar” (Programas Mobilizadores), que conta com a participação da Docapesca em duas iniciativas (“Novos produtos de mar, tecnologias e processos para a indústria e mercado” e “Integração da cadeia de valor do pescado”), continua a decorrer. O projeto terminou oficialmente em 31/7/2021.

5.3. Nem Tudo o que vem à Rede é Peixe

No âmbito deste projeto de combate às redes fantasma, a Docapesca tem acompanhado os trabalhos, que se encontram atrasados devido à pandemia. No 1.º trimestre, decorreu uma reunião com o consórcio de parceiros, tendo a Docapesca elaborado o briefing para a criação da imagem e materiais promocionais do projeto, para consulta ao mercado. Durante o 3º trimestre foi concluído o desenvolvimento da imagem do projeto.

5.4. Código Nacional de Boas Práticas a Bordo das Embarcações de Pesca

No 1.º trimestre foi elaborado o Plano de Comunicação, com vista ao lançamento oficial do documento junto das OP e Associações do setor e a realização de ações de formação presenciais, a partir do 2.º trimestre, em parceria com o IPMA e a DGAV. A sessão de lançamento online decorreu no dia 11 de maio com a presença da Secretária de Estado das Pescas. As ações de formação presenciais, serão realizadas a partir de setembro.

5.5. Guias Turísticos das Aldeias Piscatórias

O projeto encontra-se em curso, embora com atraso decorrente da pandemia e da dificuldade em recolher elementos no terreno. Neste momento, prevê-se o lançamento dos 3 volumes até ao final deste ano.

5.6. Centro de Interpretação da Lota de Sagres (CILS)

O projeto e conteúdos para o Centro de Interpretação da Lota de Sagres foram concluídos antes do final de 2020. Encontra-se agendada a sua inauguração para o dia 13 de julho com a presença do Sr. Ministro do Mar.

A exploração do CILS foi entregue à Câmara Municipal de Vila do Bispo através de Protocolo assinado no dia da inauguração.

5.7. Livro 60 anos Docapesca

Desenvolvemos o conceito do livro de fotografias dos portos para comemoração dos 60 anos da Docapesca. Contactamos 3 fotógrafos e várias empresas para a curadoria. Foi lançado o procedimento para a contratação da curadoria do livro e esperamos iniciar os trabalhos em julho. Foi lançado o procedimento de contratação da impressão do livro no final de setembro. Prevê-se a conclusão dos trabalhos no final de novembro.

Contributo para OE 2 – Contribuir para a internacionalização do setor

1. Participação em feiras profissionais internacionais

No 1.º trimestre, não se realizaram feiras profissionais internacionais. Conforme solicitação do Ministério do Mar, iniciou-se a realização de um levantamento de mercado e foi elaborada

uma proposta preliminar para o lançamento de uma feira virtual do mar. Preparou-se o procedimento de contratação pública para a realização da feira virtual e estamos a aguardar parecer positivo da DAJD para avançar.

No 3º trimestre, foram concluídos os procedimentos de contratação pública para a produção da feira virtual, denominada Expo Fish Portugal, bem como a comercialização da mesma em mercados internacionais.

A landing page da Expo Fish Portugal está a funcionar desde o dia 16 de setembro e conta com cerca de 40 inscrições para expositores.

Contributo para OE 3 – Promover a sustentabilidade ambiental

1. Projeto “A Pesca por um Mar sem Lixo”

No 1.º trimestre, não se realizaram novos lançamentos. O projeto está atualmente implementado em 17 portos, contando com 786 embarcações aderentes, representando cerca de 3.150 pescadores.

Foram concluídos os trabalhos de desenvolvimento da app A Pesca por um Mar sem Lixo, que irá permitir quantificar, caracterizar os resíduos recolhidos pelas embarcações aderentes e que já se encontra disponível nas lojas App Store e Google Play.

No 2º trimestre, foram realizadas várias reuniões do projeto de Cascais para ultrapassar dificuldades da implementação do projeto, bem como realizou-se uma reunião para arranque do projeto no porto de pesca da Ericeira.

No 3º trimestre, foi concluído o concurso de expressão artística mARTE, em que selecionamos 3 peças vencedoras. As peças irão ser inauguradas no dia 16 de novembro nas lotas de Portimão, Peniche e Aveiro.

Durante o mês de setembro, foram organizadas várias ações de limpeza costeira abrangendo os portos de pesca de: Nazaré, Peniche, Sesimbra, Albufeira, Póvoa de Varzim, Viana do Castelo, Figueira da Foz, Cascais, Sagres e Sines.

Contributo para OE 8 – Garantir Volume de Negócios

1. Tarifário 2022

No 1.º trimestre, deu-se início ao processo de revisão dos Tarifários e Regulamentos de Tarifas da empresa, através da criação de grupos de trabalho com elementos de várias Direções da sede e das DPL.

Ao longo do ano, foram realizadas reuniões periódicas com todos os intervenientes e o tarifário já se encontra finalizado até ao último capítulo. Durante este processo, foram apresentadas várias propostas de uniformização de taxas e da sua forma de aplicação.

Neste momento, o tarifário está em fase de aprovação do CA para lançar a consulta pública.

2. Avaliação da Satisfação de Clientes

Deu-se início ao estudo de avaliação da satisfação de clientes que, pela primeira vez, está a ser realizado por uma empresa externa especializada em estudos deste tipo. O processo decorre essencialmente, via e-mail e telefone, o que motivou um levantamento dos contactos dos clientes a nível nacional. O relatório de avaliação foi entregue no 3º trimestre e foram solicitados contributos a todas as direcções face aos resultados obtidos que resultou num quadro-resumo que foi entregue ao CA.

Direção de Exploração (DEXP)

Esta unidade orgânica, designada por Direção de Exploração, tem como atribuições o estudo, conceção, desenvolvimento, promoção e monitorização dos modelos de exploração adequados ao conjunto de estabelecimentos de primeira venda de pescado, mercados e unidades frigoríficas, de acordo com a legislação nacional e comunitária aplicável, as especificidades locais e as exigências de racionalidade económica. A Direção de Exploração tem também como atribuições o estudo, a conceção, desenvolvimento, implementação e monitorização de planos de gestão ambiental adequados à atividade da primeira venda de pescado, aos portos de pesca e áreas dominiais no cumprimento da legislação nacional e comunitária aplicável.

Contributo para OE 1 – Promover a valorização do pescado e circuitos de proximidade

1. Disponibilização semanal/mensal de informações sobre os preços do pescado nas várias lotas nacionais, que, para além da disponibilização de informação útil (de interesse público), tem como objetivo incentivar os pescadores a dirigirem-se para as lotas onde o pescado atinge maior valor comercial, contribuindo-se assim para o alcance do objetivo de uma maior Concentração da Oferta/Procura nas lotas de maior dimensão/maior valorização.

2. Já se encontra implementado, em todas as grandes lotas nacionais, a venda por lotes de todo o pescado correspondente a uma mesma espécie e com igual calibragem (com exceção para algumas espécies designadas de “Nobres” dado o seu elevado valor comercial e baixas quantidades capturadas).

Nas lotas de Peniche e Setúbal já se vende pescado das mesmas artes de pesca em 2 e 3 painéis em simultâneo, e em Aveiro e na Nazaré, em dias de maior movimentação de pescado, já se vende lotes de pescado numa única venda/leilão, onde se efetua apenas uma única pesagem e uma única venda para todas as caixas correspondentes a esse lote (uma palete com (x) caixas e só um ato de pesagem e venda), tornando a venda do pescado do arrasto muito mais célere.

3. Emitida uma informação através do GE para todas as DPL's para que a classificação e calibragem do polvo seja igual em todas as lotas nacionais.

No final do mês de maio foi enviado um mapa/ficheiro para todas as DPL's contendo todas as eventuais espécies de pescado prováveis de serem vendidas nas lotas da Docapesca, para que todas as lotas colocassem as calibrações utilizadas nas vendas nelas efetuadas, tendo em vista uniformizar, no futuro, os tamanhos em todas as lotas nacionais.

No decurso do 3.º trimestre foi rececionada a informação das DPL's sobre as calibrações por eles usadas, informação que está agora a ser tratada pela DEXP e GE para depois ser apresentada ao CA, tendo em vista a harmonização dos calibres em todas as lotas nacionais.

Contributo para OE 3 – Promover a sustentabilidade ambiental

1. Foi iniciada a revisão e atualização do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), e estão previstas visitas e reuniões a algumas DPL's, em 2021 para se dar continuidade e concluir a atualização do SGA.
2. Nenhuma auditoria foi ainda realizada, condicionada pelas restrições provocadas pela pandemia no 1.º trimestre, esperando-se que até ao final do ano seja ainda possível auditar todas as principais lotas/portos de pesca na vertente ambiental. No entanto, foram efetuadas visitas às Lotas de Aveiro, Figueira da Foz e Nazaré, para verificação de questões ligadas ao ambiente, em particular as questões relativas à gestão dos resíduos.
3. Com base nas contratações já iniciadas nos anos anteriores, e as realizadas já em 2021, foram estabelecidos novos contratos para as limpezas exteriores e recolha de resíduos nos portos de pesca que incluem a disponibilização e substituição de contentores para deposição separada dos resíduos, a recolha de embalagens e óleos usados/contaminados, e a lavagem dos pavimentos/estradas nas áreas portuárias. Para além disso está em análise a possibilidade da Docapesca estabelecer parcerias com algumas entidades privadas para recolha e encaminhamento de determinados resíduos de forma separada, no âmbito da economia circular, em particular o do resíduo plástico. Foram adquiridos, e já rececionados no decurso do 1.º semestre de 2021, novos equipamentos para substituição dos que se encontravam em estado avançado de degradação (oleões, bacias de retenção, contentores) para deposição de resíduos, e está em curso a atualização do SGA.

Em breve prevê-se que em Matosinhos e Aveiro as áreas de deposição dos resíduos recolhidos possam estar separadas, por rede/vedação, do resto da área dominial.

4. No âmbito da iluminação pública, ficou concluída a substituição de lâmpadas normais por lâmpadas LED's, de muito menor consumo, no porto de pesca da Nazaré e do Rio Arade. Foi adjudicada a segunda fase de substituição da iluminação pública no porto de pesca de Sagres.

Foram adjudicados a fase de obra para unidade fotovoltaica UPAC no Porto de Pesca de Portimão, Nazaré e Peniche, Sines e Lagos.

Contributo para OE 4 – Modernizar e beneficiar os estabelecimentos de 1.ª venda e áreas adjacentes, indispensáveis à atividade da empresa, bem como infraestruturas conexas

Continuam as conversações com a Universidade de Aveiro, tendo em vista a realização de uma parceria com a Docapesca que, entre outras coisas, prevê a possibilidade de se introduzirem meios informáticos (com recurso à robótica inteligente) que visem reduzir substancialmente o esforço humano na realização das atividades da 1.ª venda de pescado, em particular na pesagem do pescado.

Contributo para OE 10 - Reduzir o peso dos gastos operacionais no volume de negócios

Gerir mensalmente os processos referentes aos cartões de abastecimento de combustível - Foram efetuados controlos e medidas rigorosas para o abastecimento das viaturas em 2021, que permitiram (apesar das oscilações no preço) que o valor real efetivamente consumido até ao final do mês de agosto (setembro só nos é disponibilizado mais tarde) ficasse abaixo do valor orçamentado, embora as restrições provocadas pela Pandemia também tenham a sua quota parte nesta redução.

Outras Atividades:

Durante o 1.º semestre, e face à situação de emergência nacional, e de acordo com as orientações da Direção-Geral da Saúde, relativas às medidas de prevenção do COVID-19, esta UO, na sequência das decisões/orientações do CA, de modo a reduzir o risco de contágio, decidiu adotar medidas de contingência, optando pelo cancelamento de reuniões presenciais e de todas as deslocações previstas, com exceção para alguma sobre assunto imprevisto e inadiável.

De igual modo, apesar dos constrangimentos atrás referidos, e porque se torna também indispensável continuar a garantir as atividades normais no seio da empresa, os nossos trabalhadores encontram-se todos ao serviço, cerca de 70% nas instalações da empresa, e os outros 30% a trabalhar a partir de casa, em regime de teletrabalho, onde realizam as suas atividades remotamente, reduzindo-se deste modo as deslocações das pessoas e dos contatos pessoais.

Atualmente, a DEXP mantém-se em pleno funcionamento, com todos os seus trabalhadores a trabalhar de forma presencial, assegurando, por telefone, email e videoconferência, a realização das suas atividades, o apoio aos outros serviços da empresa, bem como a todos os clientes e fornecedores.

Gabinete de Auditoria Interna (GAI)

O Gabinete de Auditoria Interno é uma unidade orgânica flexível que reporta diretamente ao Conselho de Administração, que tem como objetivo auxiliar a organização a alcançar os seus objetivos, adotando uma abordagem sistemática e disciplinada para melhorar a eficácia, a eficiência, a confiança e integridade da informação e a qualidade dos serviços prestados, contribuir para a melhoria dos processos de governação, de gestão de risco e de controlo e ainda para a melhoria da conformidade legal e regulamentar. Tem como principal função a verificação do cumprimento dos procedimentos e regras estabelecidos pela administração.

Esta atividade é norteada pelo Código de Ética, pelas Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna e pelas Práticas Recomendadas e tem como princípios basilares a integridade, a objetividade, a confidencialidade e a competência.

Até ao final do 3.º trimestre de 2021, a GAI desenvolveu as seguintes auditorias programadas e não programadas:

Ações programadas no Plano Anual do GAI

1. Ações de carácter específico

1.1. Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão (incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas) da Docapesca – Portos e Lotas, SA – atividades de monitorização desenvolvidas:

- Elaboração das tabelas de monitorização do Plano, para o diagnóstico da situação.
- Envio das tabelas para os responsáveis, para o registo do estado de execução das medidas da respetiva unidade;
- Realização de reuniões de trabalho com os responsáveis para prestar apoio no processo de autodiagnóstico e na reapreciação dos riscos e medidas existentes ou novos, e registo dos constrangimentos enfrentados;
- Tratamento dos dados recebidos, para o apuramento dos dados de carácter geral e, adicionalmente, o tratamento dos dados relativos aos riscos de corrupção e infrações conexas (recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção) e aos riscos com potencial impacto no Sistema de Gestão da Segurança Alimentar para a adaptação do processo aos requisitos da NP ISO 22000;
- Revisão dos instrumentos de avaliação e dos riscos e medidas/controlos, de modo a refletirem a dinâmica do processo e preparar o 2.º semestre de 2021;
- Reuniões de trabalho para esclarecimentos finais, incluindo adequação à ISO 22000 e à recomendação do Acionista, após a Assembleia-geral da Docapesca;
- Elaboração do relatório de execução anual do Plano, assim como do Plano da Docapesca em 2021, aprovado pelo CA em 29/04/2021 – Tratamento e análise dos dados recolhidos;

- Elaboração do relatório de execução semestral do Plano;
 - Ações de divulgação do Plano, ao nível do cliente interno (ordem de serviço, pasta pública) e das partes interessadas (ofício para o Tribunal de Contas e para a Secretaria de Estado das Pescas, colocação na página de internet da Docapesca).
- 1.2. Manual de Procedimentos da Docapesca:
- Atualização do Manual de Procedimentos da Docapesca para o adequar ao organograma em vigor desde 01/01/2021.
- 1.3. Plano Anual das Atividades do GAI (2021): elaboração do plano, aprovado pelo C.A. em 11/02/2021.
- 1.4. Acidentes de trabalho na Docapesca: análise das ocorrências para eventual inclusão no Plano Anual das Atividades do GAI.
- 1.5. Relatório Anual das Atividades do GAI (2020): elaboração do relatório para preparação do Relatório e Contas da Docapesca.
- 1.6. Relatório de Atividades do 4.º trimestre de 2020 e do 1.º e 2.º trimestre de 2021: elaboração do relatório;
- 1.7. Relatório Anual – Gestão das Irregularidades Comunicadas no âmbito da Política de Comunicação de Irregularidades da Docapesca: análise dos elementos e elaboração do relatório, aprovado pelo C.A. em 15/01/2021.
- 1.8. Monitorização da implementação das recomendações propostas na auditoria aos procedimentos de assiduidade:
- Realização da ação de monitorização, através de questionário estruturado;
 - Produção do Relatório de auditoria – 2.ª ação de monitorização da implementação das recomendações propostas na auditoria aos procedimentos de assiduidade, aprovado pelo CA em 27/05/2021.
- 1.9. Monitorização da implementação das recomendações propostas na auditoria às deslocações em serviço:
- Realização da ação de monitorização, através de questionário;
 - Produção do Relatório de auditoria – 2.ª ação de monitorização da implementação das recomendações propostas na auditoria às deslocações em serviço, aprovado pelo CA em 27/05/2021.
- 1.10. Auditoria ao Sistema de Gestão Ambiental:
- Compilação e análise de elementos produzidos na Docapesca para implementar o Sistema de Gestão Ambiental de Exploração segundo a ISO14001;
 - Elaboração e envio de questionários para recolha de elementos junto da área responsável pelo processo.
 - Análise e tratamento dos dados recolhidos;
 - Elaboração do Relatório de Auditoria aos Procedimentos do Sistema de Gestão Ambiental;

1.11. Auditoria aos procedimentos do Livro de Reclamações:

- Identificação e análise dos requisitos legais e dos normativos internos aplicáveis, para o enquadramento com o Regime Jurídico do Livro de Reclamações;
- Elaboração e envio de questionários para recolha de elementos junto das unidades orgânicas envolvidas no processo;
- Análise dos elementos recolhidos;
- Elaboração do Relatório de Auditoria aos Procedimentos do Livro de Reclamações, aprovado pelo C.A. em 29/07/2021.

1.12. Comunicação de irregularidades:

- Preparação dos procedimentos vigentes na Política de Comunicação de Irregularidades da Docapesca, para tratar a comunicação recebida.

2. Ações de carácter extraordinário

2.1. Relatório de Sustentabilidade da Docapesca 2017-2020:

- Participação nas reuniões do *focus group* da Sustentabilidade, enquanto membro do grupo de trabalho, para preparação da auscultação das partes interessadas e de elementos para a produção do relatório;
- Acompanhamento da produção do relatório e participação nas reuniões de trabalho realizadas.

Ações não programadas no Plano Anual do GAI

1. Ações de carácter específico

1.1. Portal Único de Reclamações e Denúncias do IGAMAOT (Inspeção-geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território): participação nas reuniões de trabalho para testar as funcionalidades do portal e na apresentação de propostas para a revisão da “Árvore de Decisão_Mar_Docapesca”.

1.2. Formação profissional – Sessão interna de capacitação da Contratação Pública: participação na sessão relativa à tramitação interna do procedimento de contratação pública.

1.3. Auditoria aos procedimentos de cativações em lota: levantamento e análise dos elementos preparatórios e consequente elaboração dos questionários de auditoria, remetidos para as U.O. da sede e DPL.

1.4. Canais de entrada das reclamações na Docapesca: Elaboração de uma síntese dos canais de entrada das reclamações na Docapesca e respetivos procedimentos de tratamento, na sequência da auditoria interna aos procedimentos do Livro de Reclamações.

Gabinete de Estatística (GE)

O Gabinete de Estatística é uma unidade orgânica flexível que reporta diretamente ao Conselho de Administração, responsável pela disponibilização de informação estatística, estudos e análise integrada e comparada de indicadores estatísticos sobre a primeira venda em lota de todo o pescado descarregado nos portos de pesca do território continental. O gabinete articula e coopera com outras entidades nacionais, designadamente no fornecimento de informação estatística relevante sobre o setor das pescas nacional e sobre a atividade náutica.

Entre janeiro e setembro de 2021, no âmbito das suas competências, o GE desenvolveu, entre outras, as seguintes atividades:

1. Apoiou o Conselho de Administração através de estudos e análise integrada e comparada de indicadores estatísticos sobre a primeira venda de pescado em lota, descarregado nos portos de pesca. Trabalhou a informação estatística do pescado e consequentemente a disponibilizou ao Conselho de Administração, às DPL e à Sede, tendo como objetivo ajudar à tomada de decisões.
2. Preparou e enviou diariamente a informação referente às vendas por lota e por embarcação, da espécie biqueirão; numa periodicidade quinzenal, preparou o mesmo tipo de informação referente à espécie carapau. Esta informação é necessária para que se proceda a uma monitorização em tempo real, acompanhadas pelo Conselho de Administração e pela Secretaria de Estado das Pescas.
3. Preparou e enviou a informação estatística do pescado, de forma atempada e sem atrasos, numa periodicidade diária para a DGRM. Com a periodicidade mensal, para organizações de produtores e associações. Disponibilizou informação em resposta a pedidos “à medida”, efetuados pelos clientes armadores e compradores.
4. Ao abrigo do Princípio de Colaboração, todos os pedidos efetuados pela Autoridade Tributária - Direções e Divisões de Inspeção Tributária, foram todos respondidos. Os pedidos têm como alvo, armadores e compradores.
5. O GE respondeu a todos os pedidos efetuados por entidades como Tribunais, GNR/Unidade de controlo costeiro e DGRM/Inspeção das Pescas.
6. Cumpriu os prazos estipulados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) para o preenchimento mensal do inquérito de transportes fluviais de pessoas e veículos (ITF), da região do Algarve.
7. Continuou a colaborar de forma ativa com a Universidade Nova de Lisboa (Data Science KnowLEDge Center) e com a ANP/WWF num estudo - projeto designado por “Fuga à lota em tempos de pandemia”, concluído no mês de junho 2021. O projeto tem como ponto de partida a observação empírica da ANP e da Docapesca à cerca do impacto do confinamento na primeira venda do pescado fresco em Portugal.

8. Procedeu à monitorização diária das vendas e retiradas de sardinha, por lota e por embarcação, assim como por compradores de sardinha, nos canais de venda, contrato e leilão para todas as lotas. A informação atrás referida é reportada diretamente ao Conselho de Administração que veicula (reencaminhando a mesma) para a Secretaria de Estado das Pescas.

Gabinete de Segurança Alimentar e Certificação (GSAC)

O Gabinete de Segurança Alimentar e Certificação é uma unidade orgânica flexível que reporta diretamente ao Conselho de Administração, que tem como atribuições a manutenção, atualização e aplicação do Sistema de Gestão de Segurança Alimentar implementado na Docapesca. Deve ainda acompanhar os processos de certificação da primeira venda de pescado, nas lotas onde decorram, de acordo com a ISO 22000. O gabinete deve garantir que os operadores da segurança alimentar possuem a qualificação, formação e experiência profissional adequadas e definir e documentar as regras de higiene pessoal, adotadas por todos os trabalhadores, incluindo os subcontratados e os visitantes das áreas de produção, como garantia da salubridade e segurança dos produtos.

Contributos para OE 5 – Assegurar as regras de higiene e segurança alimentar

1. Implementar o sistema de gestão da segurança alimentar, de acordo com a norma NP EN ISO 22000:2018 em 4 lotas (Nazaré, Peniche, Portimão e Olhão).
No decurso do 1.º trimestre de 2021, foi realizado o procedimento para a contratação do serviço de consultoria.
Foram realizadas auditorias de diagnóstico às lotas de Peniche, Sines, Olhão e Portimão.
No 3.º trimestre foram realizadas auditorias internas às lotas de Portimão, Olhão e Peniche.
2. Assegurar a manutenção da Certificação ISO 22000:2018 das lotas da Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Aveiro, Figueira da Foz, Sesimbra, Setúbal, Quarteira, Sagres e Vila Real de Santo António.
No 1.º trimestre foi realizada a reunião da revisão pela gestão conforme planeado no Sistema de Gestão de Segurança Alimentar na sede com todos os elementos envolvidos.
No 2.º trimestre foram realizadas reuniões com os RESAS, para monitorizar o sistema de Segurança alimentar.
Durante o 3.º trimestre foram realizadas auditorias internas às lotas de Vila Real de Santo António, Quarteira, Sagres, Sesimbra, Setúbal, Figueira da Foz, Aveiro, Póvoa de Varzim e Viana do Castelo.
3. Assegurar o cumprimento do plano de análises definido para os estabelecimentos e monitorizar o respetivo grau de cumprimento.
Durante o 3.º trimestre foram realizadas as análises programadas para este trimestre consoante o definido no plano analítico, aprovado pela DGAV.
4. Atualizar os procedimentos e fluxogramas dos Manuais de Segurança Alimentar nos estabelecimentos com Número de Controlo Veterinário (NCV).

Foram divulgados os manuais abaixo e respetivos anexos em todas as lotas e implementados nas lotas certificadas:

- Segurança Alimentar
- Sistema de Gestão da Segurança Alimentar.

No 2.º trimestre foi revisto o HACCP, fluxograma, descrição de etapas e plano de controlo de perigos. As alterações foram divulgadas aos RESAS.

Durante o 3.º trimestre foi atualizado o plano de inspeção do pescado.

5. Realizar auditorias internas aos planos de segurança alimentar, que são baseados nos princípios do HACCP, com vista à verificação e identificação de não conformidades e correção das mesmas.

No 1.º trimestre não foram realizadas auditorias internas.

Durante o 2.º trimestre foram realizadas auditorias de verificação internas às lotas de Setúbal, Sesimbra, Trafaria e Aveiro.

No 3.º trimestre foram realizadas auditorias de verificação internas às lotas de Olhão, Sines, Peniche, Matosinhos, Figueira da Foz, póvoa de Varzim, Vila Praia de Âncora e Viana do Castelo.

6. Monitorizar e dar respostas às vistorias/controlos efetuados por entidades externas, nomeadamente as realizadas pela DGRM e pela DGAV.

No 1.º trimestre de 2021 foi respondido à DGRM sobre a atribuição do NCV à lota da Trafaria. Resposta ao auto da DGRM à lota da Nazaré.

No 2.º trimestre foi respondido aos autos da DGAV das lotas de Matosinhos, Figueira da Foz e Peniche.

Durante o 3.º trimestre foi respondido aos autos da DGAV da lota de Vila Praia de Âncora. Resposta ao auto da DGRM do Castelo Do Neiva.

7. Dar início ao procedimento de obtenção de NCV para o posto de Fuseta e pedido de extensão do NCV para a lota do cerco de Sines.

No 1.º trimestre procedeu-se à recolha dos dados para apresentar à DGRM a proposta para obtenção do NCV e extensão para a lota do cerco. Durante o 2.º trimestre foi enviada toda a documentação à DGRM para obtenção do NCV da lota da Fuseta, estamos a aguardar a marcação da vistoria. Ao longo do 3.º trimestre, deu-se continuidade aos processos de licenciamento já existentes desde o início do ano.

Ações no âmbito da Pandemia COVID-19:

- a. Os RESAS (veterinários) em articulação com o GSAC fazem a ponte com os responsáveis das lotas, para colocar em prática os procedimentos.

- b. O GSAC faz parte do grupo de gestão do COVID-19, grupo criado no âmbito do Plano de Contingência da empresa.
- c. Neste departamento temos uma trabalhadora em regime de teletrabalho.

Outras atividades:

No 1.º trimestre estão a ser realizadas obras de melhoramento dos balneários da lota de Peniche. No decorrer 2.º trimestre foram atribuídos o NCV à lota de Castelo do Neiva.

Durante o 3.º trimestre realizou-se a reunião da revisão pela gestão das lotas de Peniche, Portimão e Olhão. Também foi concluído o estudo sobre riscos, ameaças e oportunidades e realizado o estudo das temperaturas nas lotas de Portimão, Figueira da Foz, Matosinhos e Sagres.

De janeiro a setembro foram realizadas vistorias da DGAV às lotas de Matosinhos, Peniche, Vila do Conde, Costa da Caparica, Viana do Castelo, Vila do Conde e Castelo do Neiva.

Gabinete de Planeamento e Controlo Orçamental (GPCO)

O Gabinete de Planeamento e Controlo Orçamental é uma unidade orgânica flexível que reporta diretamente ao Conselho de Administração, que prepara o orçamento anual, em colaboração com as direções, departamentos e direções de lotas e portos de pesca, assegurando a sua execução ao longo do ano, ou seja, que os rendimentos e gastos reais se adequam ao previsto. Relata e explica desvios existentes, sugerindo eventuais medidas de correção. O gabinete de produz informação para avaliar o desempenho da organização nas suas diversas vertentes: humana, financeira, operacional e comercial. Visa também assegurar a execução da estratégia através da comparação de resultados com objetivos estratégicos. Disponibiliza indicadores de gestão que permitem fundamentar a tomada das decisões de gestão.

No âmbito das suas competências, até ao 3.º trimestre de 2021, o GPCO desenvolveu, entre outras, as seguintes atividades.

1. Elaboração do Relatório de atividades 2020, compilação dos dados fornecidos pelas Direções e Gabinetes.
2. Elaboração do Relatório de atividades do 1.º trimestre de 2021, compilação dos dados fornecidos pelas Direções e Gabinetes.
3. Elaboração do Relatório de Gestão e Contas do Exercício 2020;
4. Elaboração do Relatório do Governo Societário 2020;
5. Apresentação ao Conselho de Administração dos relatórios trimestrais de atividades e execução orçamental referentes ao 4.º trimestre de 2020 e 1.º trimestre de 2021.
6. Elaboração dos mapas financeiros referentes ao 4.º trimestre de 2020 e 1.º trimestre de 2021 e respetiva submissão dos mapas financeiros no SIRIEF.
7. Retificação do Orçamento 2021 em SAP e os respetivos lançamentos nos centros de custo.
8. Elaboração de modelo de relatório e mapas a enviar para as DPL, com efeitos de reporte mensal.
9. Preparação de orientações para o Orçamento 2022 e o respetivo calendário enviado para as DPL's e direções da empresa;
10. Preparação e apresentação ao Conselho de Administração do Plano de Atividades / Investimentos e Orçamento para 2022 – Instrumentos de Gestão 2022-2024, aprovado em setembro, e posterior submissão no SIRIEF;
11. Elaboração dos mapas financeiros referente ao PAO 2022, de acordo com o modelo do SIRIEF e respetiva submissão na plataforma;
12. A partir do mês de maio passaram a ser compilados relatórios sobre o Volume de Negócio e Gastos Operacionais das diferentes DPL, elaborados pelas mesmas;
13. Elaboração dos mapas financeiros referentes aos meses de janeiro, fevereiro, abril, maio, julho e agosto de 2021 e respetiva submissão dos mapas financeiros no SIRIEF (mensais);

14. Preparação de informação necessária à tomada de decisão para o Conselho de Administração;
15. Elaboração dos relatórios das fábricas de gelo da Docapesca (Aveiro, Figueira da Foz, Matosinhos e Sines); para o período de 2018-2020;
16. Elaboração dos relatórios sobre os postos de vendagem para o período de 2018-2020;
17. Elaboração de declarações de cabimento e respostas a pedidos de consulta de entidades de acordo com o artigo 113.º do CCP;
18. Reforço das regras para solicitação dos pedidos de declaração de cabimento, envio para as direções e departamento; novos procedimentos a adotar;
19. Relato de desvios existentes, sugerindo eventuais medidas de correção - Coordenação com os colegas das diferentes lotas responsáveis por lançamentos contabilísticos solicitando, sempre que necessário, as devidas correções, estimativas e/ou estornos dos mesmos;
20. Reorganização dos centros de custos em SAP de acordo com a nova estrutura orgânica (Ordem de Serviço CA 21/2020).
21. Monitorização mensal dos valores do pescado nas diferentes lotas e postos de vendagem;
22. Integração do software Power BI (Power BI Desktop) como ferramenta de controlo e reporte do GPCO - foi realizado um Dashboard em PowerBI com alguns dos principais indicadores da empresa, apresentado ao Conselho de Administração no final do primeiro semestre;
23. Apoio ao Conselho de Administração na elaboração de ordens de serviço e de ofícios diversos para o acionista;
24. Colaboração com o Conselho Fiscal e com o Revisor Oficial de Contas.
25. Elaboração de um estudo económico sobre a primeira venda de pescado.
26. Foi iniciada a colaboração com a DSI para estudar a solução de migração do sistema SAP para a plataforma S4Hanna da própria SAP.

Para fazer face à atual situação, durante o 1.º trimestre, com as novas medidas impostas pelo estado de emergência, nomeadamente fecho das escolas, um trabalhador do GPCO desempenhou as suas funções em regime de teletrabalho.

Gabinete de Assessoria Técnica (GAT)

O Gabinete de Assessoria Técnica é uma unidade orgânica flexível que reporta diretamente ao Conselho de Administração, responsável pela disponibilização e gestão de informação a fornecer ao Conselho de Administração, relativa a estudos e análise integrada de indicadores de gestão no âmbito de grandes projetos quer de infraestruturas quer de inovação e orientação para o desenvolvimento do mercado interno e externo de valorização do pescado e da empresa.

Até ao final do 3.º trimestre de 2021, o Gabinete de Assessoria Técnica deu continuidade ao desenvolvimento das seguintes atividades, no âmbito dos grandes projetos e infraestruturas:

- Coordenação e monitorização do desenvolvimento de Planos de Ordenamento, Projetos e Obras sob responsabilidade da DIMA e em permanente articulação com as DPL, com vista ao aumento dos níveis de eficiência e eficácia de concretização (taxa de execução);
- Coordenação de esforços comuns às diversas Direções e Gabinetes centrais, ainda com vista ao aumento dos níveis de eficiência e eficácia de concretização (taxa de execução), bem como a garantir que os produtos finais “construídos” respondem às exigências regulamentares em vigor e às expectativas das Direções regionais e das respetivas comunidades piscatórias;
- Coordenação de reuniões e sessões de trabalho multidisciplinares, envolvendo entidades externas;
- Colaboração na identificação de fontes de financiamento externas, na submissão de candidaturas e na monitorização da respetiva execução.

Neste período, o GAT, no âmbito dos grandes projetos e infraestruturas, exerceu ainda Assessoria diária ao Conselho de Administração, em aspetos como:

- Reporte do desenvolvimento das matérias elencadas em 1.;
- Emissão de pareceres técnicos decorrentes de solicitações externas;
- Emissão de reportes periódicos e outros pontuais, para envio à Tutela;
- Acompanhamento do CA e seu aconselhamento técnico e estratégico em reuniões internas, bem como junto de entidades externas.

O GAT contribui para os OE da empresa da seguinte forma:

Contributos para OE 1 Promover a valorização do pescado e circuitos de proximidade

A participação da Docapesca na Associação para a promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia do Mar Peniche, (APDPCTMP), visa apoiar a inovação ligada à economia

Azul de forma a se obter valor acrescentado ao pescado assim como o apoio a novas formas de implementar os circuitos de proximidade.

Prevê-se que no decorrer do 3.º trimestre de 2021 seja lançado o concurso para a empreitada de construção do edifício, onde irá funcionar o “SmartOcean”. Aguarda-se a ata da Assembleia Geral, para a eleição dos corpos sociais, realizada no mesmo período.

Contributos para OE 2. Contribuição para a internacionalização do sector.

A Docapesca, através da sua participação na APDPCTMP, que têm por objetivo a inovação e o desenvolvimento da economia azul, esta a apoiar o sector na inovação, transformação e na apresentação do pescado quer no mercado nacional quer no mercado externo.

Contributos para OE 3. Promover a sustentabilidade Ambiental.

A Docapesca continua a sua senda na busca constante da sustentabilidade ambiental, para além dos projetos já implementados e desenvolvidos pela empresa, como também aposta na inovação neste campo através da sua participação como sócia fundadora na APDPCTMP. Por outro lado, a Docapesca contribuiu no projeto AMPIC - Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário, na Baía de Armação de Pêra, “Preservar o presente para assegurar o futuro”.

Outras atividades:

Durante o 3.º trimestre foi efetuada a compilação de informação referente a várias DPL's da empresa sempre que ocorreram visitas por parte do Senhor Ministro do Mar, ou da Senhora Secretária de Estado.

Discussão da proposta de portaria para a criação do primeiro comité de cogestão da apanha de percebe da Reserva Natural das Berlengas, que as entidades que integram o projeto “Co-Pesca 2” entregaram na Secretaria de Estado das Pescas. A sua publicação está prevista para o mês de outubro.

Participação no encerramento do projeto “Aproveitamento das espécies rejeitadas e de baixo valor comercial”.

Direções de Portos e Lotas (DPL's)

As Direções de Portos e Lotas são as unidades orgânicas nucleares, com funções de gestão local das infraestruturas portuárias afetas à pesca (que integram lotas e postos de vendagem) e são responsáveis pela primeira venda de pescado fresco, por todas as atividades conexas e pelo cumprimento dos regulamentos de exploração dos respetivos portos.

Nas Direções de Portos e Lotas incluem-se as seguintes:

1. Portos e Lotas do Norte e Matosinhos - área de Exploração (Portos e Lotas) e Apoio à Gestão Dominial – Vila Praia de Âncora, Viana do Castelo, Castelo de Neiva, Esposende, Póvoa de Varzim e Vila do Conde;
2. Portos e Lotas do Centro Norte - área de Exploração (Portos e Lotas) - Aveiro, Mira e Figueira da Foz;
3. Portos e Lotas do Centro - área de Exploração (Portos e Lotas) – Peniche, Nazaré e Cascais;
4. Portos e Lotas do Centro Sul - área de Exploração (Portos e Lotas) – Costa de Caparica, Sesimbra, Setúbal, Sines e Vila Nova de Milfontes;
5. Portos e Lotas do Algarve - área de Exploração (Portos e Lotas) – Sagres, Lagos, Portimão, Albufeira, Quarteira, Olhão, Fuzeta, Sta. Luzia, Tavira e Vila Real de Santo António.

Direção de Portos e Lotas de Matosinhos (DPLNM)

Contributos para OE 1 – Promover a valorização do pescado e circuitos de proximidade

1. Ao nível das infraestruturas - obras de manutenção/conservação correntes em edificadros, áreas portuárias a descoberto, outras infraestruturas e fundamentalmente de equipamentos de que se realça a colaboração das restantes direções com enfoque para a DIMA, DSI e DSM - com intervenções em equipamentos - Estaleiros da Azurara, Lotas, fábricas/máquinas de gelo, câmaras de refrigeração/conservação, máquinas de lavar (caixas e pisos), estruturas flutuantes e cais de descarga/amarração, coberturas/caleiras dos edificadros em Matosinhos, ainda em Matosinhos, substituição do tapete de venda, afinação da central de captação/tratamento de água salgada, ao nível dos pisos em áreas portuárias realça-se a colocação do piso em Viana do Castelo, reparações pontuais nos pisos dos Portos da Póvoa de Varzim e Matosinhos. Nas lotas e mercado de 2.ª venda de Matosinhos foram reparadas canalizações, portões, pintadas paredes, limpeza geral das caleiras das coberturas e higienizações desinfecções mais frequentes e profundas, reabilitados empilhadores, zorras, carrinhos manuais. Criadas condições em terra no âmbito dos circuitos de comercialização - venda de lampreia e registo em tempo real nos Postos de Vendagem. Em Caminha, demolição/construção do Mercado Municipal, houve necessidade de adquirir um contentor para regularização do pescado, está instalado em área provisória cedida pela Câmara Municipal. Em Angeiras, por razões de deficientes condições de mar (época de Inverno) o pescado descarregado em Matosinhos é transferido para o Posto de controle/registo para que não se verifiquem estrangulamentos no mercado municipal local de venda ao consumidor final. Está a ser elaborado um estudo, em conjunto com a sede, com vista ao rebentamento de afloramentos rochosos que se localizam na zona frontal à rampa varadouro, pondo em risco a segurança dos pescadores, na Praia da Couve, no concelho de Esposende.
2. Melhorias nas instalações, condições do acondicionamento, caixas higienizadas, recurso ao gelo, leilão transparente e moderno - No Porto de Pesca de Matosinhos as lotas funcionam em instalações a necessitar de beneficiação, o pescado é acondicionado em caixas da Docapesca nas lotas da artesanal e arrasto, no cerco é acondicionado em cabazes propriedade dos armadores. As caixas de pescado são higienizadas em máquina adequada (túnel). O fornecimento de gelo às lotas está assegurado pela Fábrica de Gelo, possuímos ainda uma máquina de fabrico daquele produto no Posto de Registo de Angeiras, garantem a cadeia de frio (não se verificaram estrangulamentos na produção). Para incentivar a aplicação de gelo ao pescado após a estiva/pesagem, na lota há dornas para fornecimento de gelo direto a armadores a aplicar ao pescado com destino à 1.ª venda, há um funcionário a quem foi atribuída a missão aplicando gelo nas caixas de pescado sempre que o armador

não aplique gelo. Nos portos do Norte o procedimento é similar, isto é, caixas laranjas para estiva do pescado destinado à primeira venda, as principais unidade orgânicas da DPLNM estão dotadas de máquinas de fabrico de gelo, na Póvoa de Varzim, o pescado estivado é parqueado em câmara de conservação com saída direta para o tapete de venda, Viana e Matosinhos possuem ainda câmaras de conservação tradicionais, sem fabrico de gelo no local temos os Postos de Vendagem da Aguda com edificado próprio, Afurada, Valbom, Espinho, Apúlia e Caminha não há local para instalar as máquinas de gelo por não haver instalações que o permitam, em Valbom regista-se pescado vivo (lampreia), na Afurada os equipamentos informáticos estão instalados na Junta de Freguesia bem como Espinho que regista o pescado na Afurada, em Vila Chã, apesar de existirem instalações não há fabrico de gelo, em Castelo de Neiva este problema foi resolvido com gelo auto transportado de Viana, contudo a nova Lota a inaugurar brevemente está dotada de máquina de gelo e câmara de frio, assim sendo pode-se dizer que a cadeia de frio na DPL Norte e Matosinhos está assegurada.

3. Reforçar o relacionamento com as organizações de produtores, associações, outras entidades estatais e com os particulares.

Devido a pandemia a DPLNM tem realizado doações de pescado (carapau e cavala) através de Juntas de Freguesia que o distribuem por famílias carenciadas. No âmbito ambiental o projeto “Pesca por um Mar sem lixo”, prossegue e com resultados favoráveis nos três portos principais da DPLNM. Na área dominial sob nossa responsabilidade, realçar a emissão/renovação de títulos de licenças, autorização de transferências desses títulos, concluíram-se os concursos para renovação do título de licença nos Estaleiros da Azurara em Vila do Conde. Os contactos com Associações do setor da pesca, recreio náutico, outras autoridades, autarquias em geral, APDL, têm sido frequentes e é de realçar a cooperação com as 4 O.P.(s) da área da DPLNM. São ouvidas e participam com propostas e ações tendentes à melhoria das condições de venda e outras alterações operacionais e organizacionais em terra, os contactos com as autoridades e outras entidades são decorrentes das competências dos envolvidos, a par da relação institucional.

Contributos para OE 2 – Contribuir para a internacionalização do setor

1. Acolher visitantes de países terceiros com ligação ao universo empresarial e cultural.
Até ao final do 1.º semestre, o número de visitantes de países terceiros não se têm registado, ao nível cultural e ou académico as visitas às nossas áreas não se têm concretizado, foram suspensas em razão do estado de emergência, nos meses de maio e junho retomaram-se as visitas às áreas portuárias, só a nível interno. No decorrer do 3.º trimestre as visitas às áreas portuárias foram abundantes, destacando as de cariz cultural e académica.

Contributos para OE 3 – Promover a sustentabilidade ambiental

1. Promover junto dos trabalhadores, práticas para a separação de resíduos

Práticas amigas do ambiente – Nos Porto de Pesca os resíduos sólidos e líquidos a par dos industriais resultantes da atividade da pesca têm sido objeto de recolha/separação e encaminhamento para locais licenciados, incluímos os resíduos gerados e depositados desordenadamente nas áreas portuárias pelos armadores/pescadores e outros operadores (armazenistas e retalhistas de pescado) e largados nos espaços portuários. Os resíduos vegetais são igualmente recolhidos e depositados em locais licenciados. Temos como áreas portuárias mais críticas, os 3 maiores portos de pesca nos espaços adjacente aos armazéns e mercados de segunda venda e no interior destes, nos Estaleiros da Azurara os resíduos das áreas comuns são igualmente recolhidos, separados e encaminhados para área licenciada, a frequência destas operações depende dos picos de atividade e resíduos gerados, continua por implementar o processo de tratamento das caixas de esferovite que seria inovador, propõem-se pensar e reutilizar a matéria tratada no fabrico de novas caixas (economia circular), processo que arrancou este trimestre em Matosinhos (há um operador a quem já se entregaram dois armazéns, um deles para tratar/compactar/armazenar este produto, dificuldades várias têm dificultado o início da atividade a este operador).

2. Implementação de ações para a redução do consumo de energia elétrica e água potável

O uso de máquinas para lavar caixas em túnel e à pressão (estas mais utilizadas nas lavagens do piso das instalações) geram uma redução dos consumos de água, de energia e de produtos de higienização. Os mecanismos de acionamento de pedal e temporizados em torneiras públicas nas áreas de exploração das Lotas e mercados reduz os consumos. Ao nível da energia elétrica, a substituição das luminárias na rede pública para “LEDs” origina redução de consumos e abrangeu arruamentos, terra plenos e cais de amarração/descarga nos diversos portos. Produtos de higienização – está a haver uma melhoria na dosagem e diluição na água (foram adquiridos doseadores de pulverização com métricas incorporadas nas paredes laterais dos recipientes de fácil leitura e interpretação), a formação nesta área é importante quer em termos práticos quer em termos de sensibilização dos utilizadores.

Contributos para OE 4 – Modernizar e beneficiar os estabelecimentos de 1.ª venda e áreas adjacentes indispensáveis à atividade da empresa, bem como infraestruturas conexas

1. Mercado de segunda venda

As condições precárias do Mercado de 2.ª Venda em Matosinhos serão resolvidas com a nova construção agora em fase de elaboração do projeto. O edificado, para além de ser o grande gerador de receitas, é ainda o disciplinador das vendas de pescado no porto de pesca, pescado que é oriundo das lotas locais, pescado auto transportado de outras lotas, de Espanha, ilhas e de outras partes do globo, aqui se transaciona pescado não só de origem

selvagem, mas também da aquacultura. Os outros dois mercados de 2.^a venda (armador /consumidor final) estão a funcionar e a gerar mais valias para os operadores (armadores da pesca local), já a manutenção destas infraestruturas está a tornar-se pesada, não geram receitas que resolvam os custos que estão em crescendo.

Contributos para OE 5 - Assegurar as regras de higiene e segurança alimentar

1. Realização de análises periódicas no âmbito do HACCP.

Análises programadas e realizadas - Foram feitas as análises no 1.^o trimestre de 2021 na DPLNM nas lotas de Matosinhos - superfícies (tapete de venda); análise água salgada e gelo; Angeiras - análise gelo; Vila do Conde - análise ao gelo; Póvoa de Varzim – análise ao tapete de venda e gelo; Viana do Castelo – análise gelo e água salgada e Vila Praia de Âncora – análise de gelo. Os parâmetros analisados dentro do Plano considerado encontravam-se conformes.

No 2.^o trimestre de 2021 foram realizadas as seguintes análises na DPLNM: Matosinhos – Lota: água salgada (2), pescado (1), superfícies (6) =mãos, luvas, pá de gelo, balança, tapete de venda e caixas de pescado. Fábrica de Gelo: gelo (2) e superfícies (3) mãos, pá de gelo e transportador. Posto de Registo Transferência de Angeiras: gelo (2) e superfícies (3) mãos, luvas e balança. Lotas do Norte: - mês de abril: Viana do Castelo – Gelo e Água Salgada; Póvoa de Varzim – Gelo; Vila Praia de Âncora – Gelo. Mês de junho: Viana do Castelo – Gelo, Água Salgada, Balança, Pá de gelo, Tapete, Caixa de pescado, Luvas e Mãos de manipulador; Póvoa de Varzim – Gelo, Balança, Pá de gelo, Tapete, Caixa de pescado, Luvas e Mãos de manipulador; Vila do Conde – Gelo, Balança, Pá de gelo, Caixa de pescado, Luvas e Mãos de manipulador; Vila Praia de Âncora – Gelo, Balança, Pá de gelo, Caixa de pescado, Mãos de manipulador. No que toca aos resultados dos parâmetros referidos do plano analítico, há a referir que todos os resultados foram conformes à exceção da Lota de Vila do Conde no mês de junho que teve resultados negativos nas superfícies balança e tapete de venda.

Ao longo do 3.^o trimestre, foram feitas análises na DPLNM nas lotas de Matosinhos – água salgada e pescado; ao gelo da Fábrica de Gelo de Matosinhos; Angeiras – gelo e pescado; Vila Praia de Âncora – gelo; Viana do Castelo – água salgada, gelo e pescado, Castelo do Neiva – pescado; Póvoa de Varzim – gelo e pescado; Vila do Conde – superfícies (balança e caixas de pescado). Foram também realizadas auditorias no âmbito do HACCP, pela GSAC, a Matosinhos em julho e a Vila Praia de Âncora, Viana do Castelo e Vila do Conde em setembro. Em julho e agosto foram também realizadas auditorias pelo DGAV a Vila do Conde, Castelo do Neiva e Viana do Castelo.

Finalmente, no âmbito da certificação, Viana do Castelo e Póvoa do Varzim foram auditadas em julho.

2. Receção de resíduos oriundos do mar.

Desenvolvida ação piloto em Matosinhos (envolvendo os pescadores no mar), foram distribuídos sacos plásticos para embarcações mais pequenas e contentores para embarcações mais espaçosas, os resíduos recolhidos do mar e produzidos a bordo são depositados nos cais ensacados, recolhidos e depositados em local adequado pelos serviços de higiene do Porto de Pesca (empresa prestação serviços externa) e ou vazados diretamente pelos pescadores nos RSU(s) espalhados nos cais, o mesmo é feito com os contentores de resíduos de bordo, este projeto continua aberto a novos aderentes.

3. Incentivar os operadores (armadores) a colocar gelo nas caixas de pescado, por forma assegurar a cadeia de frio ao longo de todo o processo de venda.

Na lota artesanal/arrasto são disponibilizadas, diariamente, dornas com gelo, de forma a que este seja colocado em todas as caixas, após a classificação/pesagem, este procedimento consolidou-se neste trimestre em Matosinhos com contratualização de um colaborador para esse fim, nos restantes portos a adição de gelo já é realizada há anos por norma pelo armador complementado com a manutenção da cadeia de frio (recurso a câmaras de conservação especificamente para esse objetivo até ao momento do leilão enquanto o espaço daquelas o permita).

4. Promover as condições de higiene e segurança no trabalho.

As equipas HACCP, de forma a promover a melhoria das condições de higiene nas lotas e no âmbito da rastreabilidade foram reestruturados os parques do pescado com destino à 1.ª venda, tendo em conta as superfícies das caixas de pescado não estarem em contacto direto com o piso (recurso a caixas azuis e/ou paletes), em Matosinhos e no parque de entrega, as caixas são distribuídas sobre a superfície de paletes para as isolar do piso da lota apesar deste ser frequentemente higienizado, o auto levantamento pelo comprador foi suspenso por razões de higiene e por razões pandémicas (redução de pessoas na área de exploração). A supervisão e orientação nas tarefas de higienização das lotas foi reforçada, a higienização das caleiras das águas de lavagens é frequente, a limpeza/higienização dos equipamentos de pesagem e movimentação é frequente e diária, áreas conexas da exploração tais como arrecadações, corredores, w.c.(s), salas de apoio, balneários/vestiários são frequentes e diárias em particular na área afeta a exploração, os registos que ilustram as evidências assim o demonstram. Foi implementada a medição e registo da concentração de cloro na água salgada nas lotas com fornecimento de água salgada, em Matosinhos a estação de captação/distribuição de água salgada é monitorizada, está agendada a limpeza e desinfeção dos tanques que dependeu da conclusão dos trabalhos de reabilitação/substituição das caleiras da cobertura já concluídas. Os trabalhadores têm tido formação nesta área e estão mais sensibilizados para as questões quer da higiene quer da segurança, neste âmbito os equipamentos de proteção individual são utilizados, realça-se também os relacionados com a epidemia Covid-19.

No decorrer do 2.º trimestre ocorreram outras atividades no âmbito do HACCP tais como: simulacro de recolha/retirada de produto; realizadas três verificações mensais de HACCP; realizados 3 controlos de pragas com a assistência técnica da Pestox; uma higienização aos tanques de água salgada.

No 3.º trimestre foram realizados controlos de pragas nos portos de pesca pertencentes à DPLNM.

Contributos para OE.7 – Garantir adequação das competências dos RH aos novos desafios

1. Gestão Recursos Humanos – No decurso do 1.º trimestre na DPL Norte e Matosinhos contrataram-se três trabalhadores, dois em Matosinhos e um na Póvoa de Varzim.

Dois trabalhadores da lota de Matosinhos diariamente se deslocam para a lota de Viana de Castelo (3 horas de trabalho) para auxiliar na realização do leilão, terminado estes regressam à origem para completar o horário de trabalho. Esta situação acontece devido à ausência de dois trabalhadores daquela unidade orgânica que tiveram a necessidade de acompanhar os filhos menores de doze anos (estado de emergência - fecho das escolas), outra trabalhadora esteve de baixa e na área de exploração haver apenas três trabalhadores (estes realizaram as tarefas da lota fora do horário do leilão da Artesanal, inclusive realizavam o leilão da lampreia às 9h00). Na Póvoa de Varzim, houve trabalhadores que ativaram o acompanhamento dos filhos menores de 12 anos em idade escolar mas não afetos diretamente ao sector de exploração, uma das razões para a não realização de teletrabalho nesta Unidade orgânica, em Matosinhos, a par de alguns casos de Covid, na exploração os trabalhadores com filhos em idade escolar menores de 12 anos acionaram o acompanhamento dos filhos pelas escolas que recebiam as crianças de trabalhadores cujas tarefas/funções estão contempladas no Anexo I do decreto regulamentar do estado de emergência. No 2.º trimestre na lota de Viana do Castelo, contrataram-se 2 trabalhadores, um para a exploração e outro para os serviços administrativos, este em razão de ter de substituir o trabalhador, que se encontrava na área administrativa, que passará a exercer funções de coordenação da Lota quer na área administrativa quer na exploração, porto de pesca e postos de vendagem afetos à área de Viana do Castelo, o encarregado da lota passou à situação de reforma a 30/6/2021. Relativamente às ações de formação, há a referir formação de sensibilização lotas da Póvoa de Varzim e Matosinhos, com o tema “Noções de Higienização” para os colaboradores da exploração. Formação certificada: Contabilidade Inicial (19 a 22 abril); Contabilidade Avançada (19 a 22 abril); Liderança e Gestão Equipas (08 a 15 abril); Ética e Integridade na Gestão Pública – 12 a 20 abril; Comunicação Interna 2ª ação – 22 a 25 junho; Comunicação Interna 3ª ação – 28/06 a 01/07; Ética e Integridade – 28 e 29/06; 05 e 06/07; Trabalhador Designado – início 05 de maio até 05 de julho.

Contributos para OE 8 – Garantir Volume de Negócios

1. Há um aumento do volume de negócio no final do 3.º trimestre 2021 por comparação com período homólogo do ano anterior no Norte, devido principalmente à primeira venda de pescado, e aos serviços de portos de pesca.

Atividades transversais:

Outras atividades:

Continua ativo o plano de contingência em razão da propagação da pandemia Covid-19. A atividade nos portos de pesca, mesmo em estado de emergência, tem-se mantido aberta e com a relativa normalidade em razão dos condicionalismos resultantes e estado de emergência, o distanciamento social com redistribuição de utentes pelos espaços, barreiras materiais e informação com destino os utilizadores em geral. Destacamos no leilão a distribuição dos compradores nas bancadas, redução de utilizadores na área de exploração, acesso aos parques de entrega de pescado controlado, o auto levantamento foi suspenso em Matosinhos vedado, nas áreas de receção de pescado (estiva/pesagem) os representantes das embarcações foram reduzidos a dois elementos há separação e ou redistribuição por várias balanças separadas na área de exploração onde se justifique, estiva do pescado redistribuída na lota e há momentos que chegam a utilizar-se os cobertos do cais, controle de pessoas nas portas de entrada, em Matosinhos aquela tarefa é realizada por empresa de segurança/vigilância tal como no mercado de segunda venda, há controle de temperatura dos utentes à entrada dentro do que é possível, o fornecimento de gelo realiza-se com normalidade e com controle no distanciamento social. Há retração das atividades comerciais em geral, a diminuição dos preços por influência da procura não foi tão significativamente como se chegou a temer no início da pandemia, essa baixa reporta-se mais a pescado de maior valor comercial (a redução da exportação e a restauração encerrada, deverão explicar parte dessa baixa).

Durante o 1.º semestre verificou-se várias ausências de trabalhadores por isolamento profilático e encerramento de estabelecimentos de ensino com filhos menores de 12 anos (apoio).

Direção de Portos e Lotas do Centro Norte (DPLCN)

Contributo para OE 3 – Promover a sustentabilidade ambiental

1. Promover junto dos trabalhadores, práticas para a separação de resíduos:

Tem vindo a ser prática regular, por todos os colaboradores, a implementação de medidas operacionais “amigas do ambiente” implementadas ao nível da triagem de resíduos; tanto ao nível da exploração, como ao nível da área administrativa.

Os trabalhadores do sector administrativo e do sector da exploração, já se encontram neste momento a efetuar a triagem dos resíduos produzidos nas instalações, nomeadamente o papel e os plásticos. Os procedimentos estão enraizados nas suas práticas diárias, fazendo a separação diária dos resíduos recicláveis junto dos ecopontos que se encontram no interior/exterior das instalações.

Na lota da Figueira da Foz foi feito, em sala, uma ação de sensibilização a todos os colaboradores.

2. Implementação de ações para a redução do consumo de energia elétrica e água potável (verificação trimestral dos consumos face ao período homólogo)

No porto de pesca de Aveiro, no decorrer do 3.º trimestre de 2021, deu-se continuidade à substituição da iluminação que foi ficando danificada, por lâmpadas LED, em substituição das tradicionais lâmpadas de halogénio. Esta prática será implementada faseadamente, tendo em conta as necessidades futuras de substituição, o que permitirá uma futura redução de custos.

No 4º trimestre irá ser apresentado um acompanhamento (mapa de controlo) dos consumos face ao período homólogo.

No porto de pesca da Figueira da Foz, foram colocados contadores de água com telemetria. (fabrica de gelo e lota). Nestes 3 trimestres os consumos de energia elétrica na lota obtiveram uma redução significativa face ao período homólogo de 2020. A água potável devido aos nossos compromissos em termos da necessidade de higienização diária das infra estruturas e equipamentos, por via do nosso SGSA manteve-se com os valores gastos no mesmo período de 2020.

3. Acompanhamento trimestral do projeto: "A Pesca por um Mar sem Lixo".

No porto de pesca de Aveiro o projeto encontra-se em curso. Os pescadores têm seguido as práticas inerentes do projeto (recolha de sacos para separação dos resíduos / colocação nos contentores específicos etc). Quanto às restantes artes de pesca, em especial a artesanal costeira/local, constata-se pouco envolvimento/compromisso na aplicação efetiva

do projeto. A lota de Aveiro, em colaboração com o DIM, irá propor às OP'S que aderiram ao projeto, uma nova ação de sensibilização, a realizar no 4.º trimestre de 2021, para tentar influenciar e sensibilizar para a importância da sua aplicabilidade/cumprimento nas embarcações aderentes. Foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Reforço na identificação do material referente ao projeto;
- Reforço na sensibilização local para as boas práticas ambientais junto da comunidade piscatória;
- Ação de limpeza do Porto de Pesca no âmbito do projeto “CleanAtlantic”.

No porto de pesca da Figueira o projeto foi iniciado em Outubro 2018. É feita uma monitorização constante do projeto estando os resíduos a ser encaminhados devidamente separados. Realizou-se a entrega de sacos plásticos para a recolha do lixo marinho a todos os aderentes do projeto. Estava prevista uma ação de limpeza costeira para o dia 25 de setembro, mas que não se realizou devido ao mau tempo.

Contributo para OE 4 – Modernizar e beneficiar os estabelecimentos de 1.ª venda e áreas adjacentes indispensáveis à atividade da empresa, bem como infraestruturas conexas

1. Garantir a segurança dos acessos marítimos às infraestruturas portuárias da área concessionada à Docapesca (cais de acostagem do porto de pesca de Aveiro).

Aveiro - A dragagem da área molhada concessionada à Docapesca, no Porto de Pesca de Aveiro, não está concluída. Esta situação já foi comunicada à DIMA, tendo a DPLCN manifestado a sua preocupação na conclusão da dragagem, por forma a não condicionar o normal funcionamento do Porto. De acordo com informação da DIMA a conclusão da dragagem estava prevista para o início de maio de 2021, mas infelizmente não se iniciou.

No entanto, reforça-se o alerta para o facto do atual estado da área molhada concessionada à Docapesca no porto de pesca de Aveiro (junto às pontes cais), não reunir as condições de segurança de acostagem para embarcações de maior calado, condicionando o normal funcionamento da Lota em dias de maior fluxo de embarcações. Ou seja, as embarcações de maior calado encontram-se atualmente a atracar junto ao cais de descarga, condicionando o espaço físico necessário para as diversas operações de desembarque, e colocando em causa as condições de segurança para as restantes embarcações que efetuam a descarga.

Figueira da Foz - Foram recolocados colares de pneus no cais de descarga, bem como escadas novas para garantir a segurança nas atracções das embarcações que nos visitam. No 1.º trimestre procedeu-se ao levantamento hidrográfico da zona molhada concessionada, para efetuar as dragagens necessárias, tendo em vista estabelecer as quotas de serviços nas diferentes áreas. (cais de descarga, cais de aprovisionamento, pontes cais de descanso e respetivas bacias de manobra). Igualmente teve início a construção da portaria e vedação da área concessionada, para melhor controlo de pessoas

e bens. No 2.º trimestre a obra ficou concluída, ficando por finalizar a sua sinalética e circuito de CCTV para começar a funcionar. Ainda no 2.º trimestre o piso dos arruamentos em frente aos armazéns de comerciantes foi requalificado, a obra estava contemplada em PIE.

No 3.º trimestre foi adjudicada a obra de requalificação do telheiro de apoio à pesca do cerco e a requalificação da central de bombagem de água salgada.

2. Substituir/reparar infraestruturas portuárias no porto de Aveiro (manutenção corretivas urgentes - exemplos: escadas, defensas, iluminação).

Aveiro - No 1.º trimestre de 2021, a ponte cais n.º 1, da área concessionada no porto de pesca de Aveiro foi intervencionada, tendo sido substituídas, defensas, escadas e iluminação. Para conclusão da intervenção, regista-se a ligação definitiva da iluminação, água e procedimentos operacionais dos meios de controlo do seu funcionamento (formação do funcionamento dos pontos de abastecimento/controlo da energia e água às embarcações). Este processo está a ser coordenado pela DIMA e pela DPLCN.

No 3.º trimestre deu-se início à empreitada de intervenção na ponte cais n.º 2 (substituição de defensas, escadas e iluminação). Carece de urgente reparação ao nível das condições de segurança no porto de pesca de Aveiro (manutenção corretiva urgente - exemplos: escadas, defensas) esta situação já foi reportada à DSM (Direção de Segurança e Manutenção).

3. Modernização/restruturação dos processos de pesagem, venda e entrega de pescado na Lota da Figueira da Foz.

Procedimento implementado, verificando-se zero reclamações por parte dos nossos comerciantes

Todos os colaboradores envolvidos nestas tarefas tiveram formação localmente

Contributo para OE 5 – Assegurar as regras de higiene e segurança alimentar

1. Determinar como obrigatório a colocação de gelo nas caixas de pescado, por forma assegurar a cadeia de frio ao longo de todo o processo de venda (aplicação de uma taxa de gelagem por caixa de acordo com o tarifário);

Aveiro tem vindo a encetar esforços no sentido de sensibilizar os armadores para a colocação de gelo nas caixas de pescado, com o objetivo de assegurar a manutenção da cadeia de frio ao longo de todo o processo de transação do pescado em Lota. Contudo, tem-se verificado o constante recuo dos armadores na aplicação desta boa prática, alegando que essa será uma responsabilidade da Docapesca. Os armadores não pretendem acarretar com esse custo operacional, devendo pelo exposto a Docapesca criar regras/procedimentos comuns a nível Nacional, de modo a assegurar a cadeia de frio.

Em relação à Figueira da Foz a boa prática de colocação de gelo no pescado está implementada garantindo a cadeia do frio em qualquer momento. Este gelo é cobrado aos nossos clientes de acordo com o tarifário em vigor.

2. Monitorização trimestral dos processos operacionais relacionados com a implementação da norma ISO 22000 nas Lotas de Aveiro e da Figueira da Foz.

O Sistema de Gestão de Segurança Alimentar na Lota de Aveiro, de acordo com a norma NP EN ISO 22000, é já considerado um processo integrado nas rotinas de todos os colaboradores, sempre com o objetivo de melhoria contínua em toda a cadeia de processo operacional da lota.

O acompanhamento operacional da equipa (RESA), coordenada pelo veterinário, nas auditorias internas/externas, são fundamentais na medida em que são detetadas não conformidades que são de imediato corrigidas ou definidas ações corretivas, estabelecidas com base no conhecimento de uma equipa multidisciplinar. Foram desenvolvidas as ações de capacitação/sensibilização a todos os membros da equipa de HACCP; e um acompanhamento contínuo aos colaboradores, de modo a assegurar o cumprimento das boas práticas.

Na lota da Figueira da Foz, o Sistema de Gestão de Segurança Alimentar, está a ser monitorizado com frequência de forma a garantir um produto seguro, e a continuidade da certificação pela ISO22000:2018. No 2.º trimestre a equipa HACCP foi alterada, sendo a responsável com formação de capacitação para execução da função.

Contributo para OE 6 – Promover a desmaterialização de procedimentos

1. Contribuir de forma ativa para reestruturação de todo o sistema informático da empresa, em especial o sistema da 1ª venda de pescado. Os recursos humanos da Figueira da Foz, estão informados e recetivos a uma reestruturação de todo o sistema informático da 1ª venda, tendo em vista a melhoria contínua de processos.

Contributo para OE 7 – Garantir adequação das competências dos RH aos novos desafios

1. Efetivar a formação dos colaboradores das lotas de Aveiro/Figueira nos procedimentos relacionados com o hardware e o sistema informático de primeira venda.

No porto de pesca de Aveiro, no decurso de 2020, não foi possível articular com a DRH a realização de formação dos colaboradores, tendo em conta o objetivo proposto. Vamos reforçar as necessidades urgentes de formação, em 2021, propondo mesmo recorrer a formação interna, a efetivar pelos colaboradores mais antigos/experientes das lotas a nível Nacional, ou alguém dos serviços centrais.

Na Lota da Figueira da Foz, de acordo com o plano anual de formação no 1.º trimestre foi ministrada a formação “higiene de espaços e equipamentos”.

2. Implementar um modelo operacional de otimização de RH, alocados a várias áreas consoante as necessidades/horários de maior incidência.

De forma a garantir a sustentabilidade económica e financeira da Lota de Aveiro, é objetivo da DPLCN implementar um modelo operacional de otimização de RH, alocados a várias áreas, consoante as necessidades/horários de maior incidência. Exemplo: Um trabalhador estar alocado 50% do horário à exploração, garantindo o funcionamento do leilão, e 50% do horário estar alocado à área administrativa.

A Lota de Aveiro tem vindo a promover a reestruturação de procedimentos operacionais que envolvam RH, com o objetivo de aumentar a polivalência dos seus colaboradores e respetivas chefias. Tem sido utilizado como meio de implementação das ações de reestruturação, para as funções mais técnicas, a formação interna de modo a promover uma maior independência operacional de cada trabalhador e uma menor interferência com os seus períodos de férias. Assim, nas formações internas realizadas, têm sido apresentadas as noções básicas/procedimentos afetos a cada tarefa, para que os colaboradores possam autonomamente substituir os colegas, em situações imprevistas de ausência e sob supervisão e orientação das chefias.

Está em curso, dando continuidade aos procedimentos já instituídos, a descentralização de alguns serviços básicos da área administrativa para a exploração, que até então eram feitos em coordenação/cooperação com as duas áreas em simultâneo. Prevê-se que esta descentralização possa trazer benefícios ao nível da especialização de serviços, estando previsto analisar os resultados obtidos com essas mesmas alterações, com o objetivo de assegurar a melhoria contínua dos processos.

Outras atividades - COVID-19:

Ações desenvolvidas pela DPLCN – Lota de Aveiro:

- Procedeu ao cumprimento operacional do plano de contingência relativo ao COVID-19;
- Procedeu à reformulação dos horários de laboração dos serviços administrativos de Aveiro;
- Procedeu à reformulação do atendimento dos serviços administrativos, limitando o atendimento, privilegiando o contacto telefónico/email;
- Procedeu ao reforço operacional efetivo dos processos de higienização da lota, com recurso à aquisição de produtos de limpeza/higienização, bem como à reestruturação de procedimentos operacionais;
- Procedeu à contratação externa da desinfeção das áreas de maior relevância.

Atividades transversais:

- Elaboração do orçamento anual

Direção de Portos e Lotas do Centro (DPLC)

Contributos para OE 3 – Promover a sustentabilidade ambiental

1. No âmbito da estratégia de promoção da sustentabilidade ambiental a DPLC tem vindo a melhorar a eficiência energética nos seus Portos e Lotas.

Para tal, e com vista à racionalização e redução do consumo de energia, a iluminação convencional, até então em armaduras fluorescentes, tem vindo a ser substituída, ao longo do 1.º semestre, por iluminação LED.

Assim, já se encontra totalmente substituída toda a iluminação dos Portos de Peniche e Nazaré, bem como parte da iluminação das respetivas Lotas.

Igualmente, e por forma a minimizar o impacto ambiental, terminaram as intervenções com vista à substituição da caldeira da máquina de lavar caixas, da Lota de Peniche, alimentada a combustível fóssil para resistências elétricas.

No 1.º trimestre foi dado início à monitorização do contador geral de água do porto da Nazaré, por forma a aferir os elevados consumos de água naquele porto. Pretendeu-se com este procedimento antecipar não só a deteção de fugas como também a redução significativa de perdas, contribuindo para um menor custo, melhor eficiência na utilização deste recurso e a conseqüente diminuição da pegada ecológica, a obra de reabilitação do troço de água doce, no porto da Nazaré ficou terminada no 2.º trimestre de 2021.

Foi também instalado, no âmbito política ambiental, um carregador de viaturas elétricas no porto de pesca de Peniche. ADPLC submeteu para aprovação superior, duas alternativas com vista à instalação, no Porto de Peniche, de uma Unidade de Produção para Autoconsumo, designadamente UPAC. Igualmente, foi lançado o concurso para instalação de uma UPAC fotovoltaica do Porto da Nazaré.

Esta nova central fotovoltaica, será constituída por 270 painéis, permitirá injetar potência na rede elétrica, contribuindo para uma melhoria energética no contexto do projeto piloto do Porto Sustentável da Nazaré.

É objetivo da DPLC garantir a continuidade das ações de sensibilização ambiental junto dos seus colaboradores, bem como de comerciantes e comunidade piscatória, por forma a incentivar comportamentos que garantam poupança de energia, economia de água e ainda triagem e valorização dos resíduos produzidos.

Ainda com objetivo de promover a sustentabilidade ambiental, no âmbito do CleanAtlantic Project, projeto que visa a sensibilização ambiental que tem como principais objetivos proteger a biodiversidade e os serviços dos ecossistemas no espaço Atlântico, decorreu no Porto de Peniche uma ação de recolha de lixo marinho. Esta iniciativa, que decorreu no Dia Mundial do Ambiente, contou com a participação de voluntários de várias ONG e com a colaboração dos colaboradores da DPLC.

Foi celebrado, no 2.º trimestre, um protocolo com a Ocean Tech Hub, Lda. com o objetivo da persecução de objetivos definidos pela Docapesca, para a gestão dos resíduos que decorrem

da atividade da pesca, centrados, por um lado nos princípios da Economia Circular, promovendo a preservação dos recursos recorrendo através de sistemas de produção e consumo em circuitos fechados e por outro, na Economia Azul, com a contribuição para a preservação dos ecossistemas marinhos. Foi efetuada uma recolha de materiais no Porto de Peniche.

Contributos para OE 4 – Modernizar e beneficiar os estabelecimentos de 1.ª venda e áreas adjacentes indispensáveis à atividade da empresa, Bem como infraestruturas conexas

1. Tendo a conta a reorganização orgânica ocorrida no início do ano mostrou-se necessário proceder também à reorganização dos serviços. Para tal, foram criados novos procedimentos internos e redistribuídas as tarefas diárias. Ao nível financeiro, e tendo por base o cumprimento da UTE, foi necessário solicitar aos clientes que apenas efetuassem o pagamento das suas dívidas para a conta do IGCP. Igualmente, também os depósitos diários passaram a ser efetuados na referida conta. Tem havido um esforço, por parte da DPLC, por forma a garantir que o incumprimento, muitas vezes causado pelas dificuldades provocadas pela pandemia, não afete o desempenho desta direção.
2. Houve também a necessidade de criar uma nova dinâmica de trabalho com a DSM, por forma a garantir não só uma rápida resolução dos problemas de manutenção que diariamente ocorrem na DPLC, como também a definição de um plano de ação preventiva que minimize custos futuros, tem sido possível obter e garantir uma substancial melhoria nos trabalhos realizados.

Está a ser desenvolvido um plano de trabalhos para a área de exploração dos portos de pesca do Centro com o intuito não só de reorganizar estes os portos, como também com o objetivo de criar melhores condições a todos os seus utentes. No 3.º trimestre, estes trabalhos continuaram em curso.

Lota da Nazaré

1. No âmbito do processo de Reabilitação da Lota da Nazaré encontra-se concluída a 1ª Fase das obras para a obtenção da certificação pela norma NP EN ISO 22000.
No 1.º trimestre foi lançado o procedimento concursal sendo adjudicado no decorrer do 2.º trimestre a empreitada de reabilitação do edifício da lota da Nazaré. Esta intervenção contribuirá para a melhoria das características físicas, de higiene, segurança e ambientais nas instalações da lota, com vista à obtenção da certificação pela Norma EN ISO 22000.
Será contemplado um conjunto de intervenções em diversas zonas nomeadamente as reservadas a operações de pescado e público. Foram definidos novos circuitos e realocadas as cabines de pesagem e venda, bem como a passadeira.

Procedeu-se à reparação da bomba recicladora de tratamento da água salgada.

Tais intervenções procurarão manter o mais possível as pré-existências, respeitando a linha arquitetónica e construtiva original, introduzindo, paralelamente, o fator de valorização, entendido tanto numa perspetiva ambiental, social e económica.

Porto da Nazaré

1. Foram desenvolvidas ações conjuntas com a DSM essencialmente com o intuito de reparar circuitos elétricos obsoletos, nomeadamente nos armários de distribuição e alimentação elétrica dos armazéns de comerciantes, do sistema de alimentação da estação elevatória de águas residuais e esgotos, reparação de fugas de água nos passadiços flutuantes, bem como substituída uma das pontes de acesso ao passadiço flutuante.
2. Foi elaborado um primeiro draft, para apresentação ao CA, do plano de ordenamento do Porto na Nazaré onde foram definidas as diversas áreas do Porto, em função das atividades económicas a desenvolver.
3. Iniciou-se ainda o estudo de viabilidade económica para a concessão do serviço público do travelift.
4. Foi reabilitado o troço de água no porto da Nazaré.
5. Foi realizada uma intervenção de reabilitação do ramal de água de acesso às vivendas.
6. Foi lançado o concurso de reabilitação dos faróis de assinalamento marítimo dos molhos Este e Oeste contíguos ao porto da Nazaré.
7. Foi criado um armário de contadores de água doce, de modo a permitir aferir os consumos reais.
8. Foi efetuada uma reparação do travelift.
9. Foi instalado um novo controlador para sistema de tratamento de água salgada.
10. Foram substituídos os cunhos de amarração e parafusos de fixação nos cais flutuantes do porto.
11. Foi realizada a intervenção de reabilitação dos faróis de assinalamento marítimo dos molhos Este e Oeste contíguos ao Porto da Nazaré.

Lota de Peniche

1. Tendo presente a necessidade de certificação da lota de Peniche pela norma NP EN ISO 22000, no ano de 2021, foi efetuado o levantamento de necessidades da lota para obras de requalificação.

Para tal, está em curso o projeto de execução da reabilitação da lota de Peniche, nomeadamente no que concerne a obras de melhoramento das paredes e pavimentos, bem como à reorganização dos espaços e melhoria das condições dos trabalhadores, necessárias para obtenção da certificação.

2. Procedeu-se à reconversão da fonte de alimentação, anteriormente a combustível em resistência elétrica, de aquecimento de águas da máquina de lavar caixas.

3. Foi adjudicado o procedimento para substituição das condutas de água salgada que se encontravam em péssimo estado de conservação, no entanto, devido a constrangimentos provocados pela COVID-19, não foi possível ao fornecedor executar tal intervenção.
4. Foi criada uma sala técnica na qual foram reinstaladas as UP's e bastidores da Lota de Peniche.
5. Foi realizada uma obra de reabilitação do pavimento da Lota que se encontrava em mau estado.

Porto de Peniche

1. Foi lançado e adjudicado o concurso público para a reabilitação do cais de estacionamento e abastecimento. Pretende-se com esta intervenção melhorar as condições de segurança dos profissionais da pesca e das embarcações que operam neste porto.
2. Foram efetuadas obras de beneficiação da estaca e anel do passadiço flutuante afeto à atividade marítimo-turísticas.
3. Com o início da atividade da atividade do cerco, que ocorreu excecionalmente no 1.º trimestre de 2021, mostrou-se necessário reorganizar o cais de descarga desta arte. Esta intervenção visa não só melhorar as condições de acesso e descarga como também aumentar a capacidade de embarcações no cais. A obra de pavimentação do cais de descarga do cerco foi concluída durante o 2.º trimestre.
4. Foi efetuada a pavimentação do cais de descarga junto à lota que carecia de intervenção.
5. Foi efetuado o levantamento de necessidades para a instalação de um novo sistema de videovigilância no Porto.
6. Foi substituído o varandim de acesso ao passadiço flutuante afeto à atividade marítimo-turísticas.
7. Foram criados pontos de água salgada e reabilitada a instalação elétrica no cerco.
8. Foi lançado o concurso de reabilitação dos faróis de assinalamento marítimo dos molhos Este e Oeste contíguos ao Porto de Peniche.
9. No âmbito da intervenção de pavimentação do cais de descarga do cerco no porto, por forma a garantir o fornecimento de água salgada e eletricidade às embarcações, foram criados pontos de água salgada e eletricidade.
10. Procedeu-se à colocação de uma nova sinalética vertical e pintura da sinalética horizontal de trânsito.
11. Substituição do ramal de entrada de água doce e salgada na lota que se encontrava em muito mau estado.

Lota de Cascais

1. No âmbito no protocolo de Utilização e Exploração das Instalações do Posto de Transferência de Cascais, celebrado entre a Docapesca e a C. M. Cascais, foi dado início

ao procedimento de requalificação do edifício da Lota, por forma a requalificar uma Lota que há muito carecia de intervenção.

Porto da Ericeira

1. Durante o 1.º semestre foram efetuadas intervenções para a remoção de areias na rampa varadouro do porto de pesca da Ericeira. O objetivo foi a reposição das condições de operacionalidade da rampa de forma a voltar a permitir a movimentação das embarcações nas operações de alagem e bota-abaixo. A rampa varadouro do porto de pesca da Ericeira encontrava-se com um elevado estado de assoreamento, impossibilitando a movimentação das embarcações
2. . No 1.º semestre foi desenvolvido e concluído o projeto para o novo Posto de Vendagem da Ericeira

Contributos para OE 5 – Assegurar as regras de higiene e segurança alimentar

1. Continuação da implementação do HACCP e implementação de práticas de Política Ambiental nas lotas de Peniche e Nazaré:
Não tendo sido possível certificar a lota de Nazaré pela norma NP EN ISO 22000, no ano de 2020, e dada a necessidade de certificação no ano de 2021, foi dado continuidade ao processo de implementação de toda a documentação e registos. Apesar das medidas de contingência impostas devido à Pandemia COVID-19, foram mantidas as visitas com frequência semanal para verificação e implementação da documentação atualizada e produzida durante o primeiro semestre, essencial ao processo de certificação.
Durante estas visitas foram ainda realizadas sessões de esclarecimento, relativas a metodologias e registos, com o responsável local por cada área de intervenção do sistema e com o responsável pela equipa HACCP.
Esta visitas permitem não só uma avaliação regular do processo como também a correção de “Não conformidades” levantadas nas auditorias realizadas no ano anterior. Foi dado início às obras de requalificação da Lota da Nazaré, o que irá permitir corrigir as não conformidades até então levantadas e contribuir para que a certificação pela norma NP EN ISO 22000 ocorra.
2. Desenvolver ações preventivas, corretivas e fiscalização das normas implementadas:
Dada a necessidade de certificação da lota de Peniche pela norma NP EN ISO 22000, no ano de 2021, foi efetuada uma auditoria de diagnóstico no 1.º trimestre. Atendendo a que até então os registos efetuados e a documentação utilizada não se encontravam conforme, procedemos à atualização de toda a documentação e registos necessários que da auditoria de diagnóstico resultou um relatório com as Não Conformidades (10) e as Oportunidades

de Melhoria (8), aí identificadas. Foi dado seguimento ao plano de ação para a resolução das “Não Conformidades”. Foram corrigidas algumas Não Conformidades, nomeadamente no que diz respeito a processos e documentação.

Atualmente ainda se encontram em aberto algumas Não Conformidades atendendo a que, apenas após as obras de requalificação da lota, que terão uma maior intervenção a nível estrutural nos balneários e instalações sanitárias dos colaboradores e públicas, bem como em melhorias no pavimento e paredes, será possível regularizar tais Não Conformidades. Prevê-se que no quarto trimestre de 2021 haja necessidade de realizar uma reorganização de equipa de HACCP da Lota de Peniche, por forma a cumprir pressupostos inerentes ao processo de certificação.

Contributos para OE 7 – Garantir a adequação de competências dos RH aos novos desafios.

1. Durante o 1.º trimestre dadas as condicionantes decorrentes do Estado de Emergência não foi possível realizar as formações agendadas. No entanto, no 2.º trimestre os colaboradores da DPLC, nas suas diversas áreas, participaram em ações de formação, quer em contexto presencial quer em contexto digital. Os colaboradores também tiveram ações de formação ao nível da norma ISO 22000, higienização de espaço e equipamentos, subprodutos e resíduos, bem como no âmbito da segurança alimentar e sistema HACCP.
2. Dada a necessidade de certificar as Lotas da DPLC pela norma NP 22000, no ano de 2021, têm vindo a ser desenvolvidas ações de sensibilização dos trabalhadores, nomeadamente no que concerne a boas práticas, bem como ações de capacitação, por forma a dotar os colaboradores de melhores conhecimentos face às exigências do processo de certificação.

Outras atividades

Não obstante a situação pandémica vivida ao longo do primeiro trimestre de 2021 foi intenção da DPLC desenvolver atividades para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos.

Com a alteração orgânica sofrida no início do ano mostrou-se necessária uma reorganização das tarefas e serviços. Tem sido objetivo da DPLC melhorar os processos em curso bem como desenvolver novas competências que permitam melhorar a qualidade do serviço prestado.

Direção de Portos e Lotas do Centro Sul (DPLCS)

Contributos para OE 3 – Promover a sustentabilidade ambiental

1. Dar continuidade às boas práticas na separação de resíduos, quer para trabalhadores, bem como utentes, através de informação visual e colocação de pontos de reciclagem.
Todos os estabelecimentos do Centro Sul, continuam a aplicar boas práticas no que respeita à separação de resíduos e ao seu encaminhamento, sempre que possível.
2. Reforçar as boas práticas na diminuição do consumo energético e de água, através da utilização de lâmpadas economizadoras e informação visual indicadora da utilização racional da energia e da água.
Na lota de Sesimbra e Setúbal, já se deu início à substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED e no porto de pesca de Sesimbra foi aproveitado 7 luminárias LED de rua, para substituir equipamento obsoleto.
A lota da Trafaria, já se encontra equipada com iluminação LED, por se tratar de uma instalação nova.
Na lota de, já começamos a substituir lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED. A lota da Costa da Caparica, também, já se encontra dotada de iluminação LED, quando foi requalificada.

Contributos para OE 4 – Modernizar e beneficiar os estabelecimentos de 1.ª venda e áreas adjacentes indispensáveis à atividade da empresa, Bem como infraestruturas conexas

Sesimbra

1. Início da construção do Pavilhão de Apoio à descarga do Cerco - O Concurso público para a construção deste pavilhão ficou deserto, o que obrigou a uma revisão do caderno de encargos para diminuição de custos e abertura de novo concurso. Encontra-se em fase de adjudicação de meios técnicos de engenharia, para alteração pela Docapesca, do projeto de execução do pavilhão de apoio à trasfega do porto de pesca de Sesimbra.
2. Colocação de equipamentos que evitem a permanência das gaiotas nos telhados dos edifícios - Ainda não foi encontrada nenhuma solução que mantenha as gaiotas afastadas, sem que haja situações colaterais negativas.
3. Alteração do tapete de venda e incorporação da pesagem no circuito de venda - Conclusão dos trabalhos de alteração do tapete de venda e colocação de ecrã e câmara para visualização do pescado antes da venda, no final do mês de janeiro. No entanto, chegou-se à conclusão de que na lota de Sesimbra, não faz sentido a pesagem em linha, pelo é necessário arranjar uma solução para o equipamento que até à data ainda não foi usado.

Foram iniciados os testes para efetuar a verificação do equipamento, para que possa ser utilizado na venda de pescado. Não condiciona a venda.

4. Criação e reordenação de espaços para estacionamento de viaturas no porto de pesca de Sesimbra – Foi solicitado a uma empresa especializada, um projeto para a criação de novos estacionamentos nas áreas circundantes à lota e no cais 150 m. O projeto dos estacionamentos só vai ser implementado em setembro/outubro, quando diminuir o movimento dentro do porto de pesca de Sesimbra. No mesmo cais, foi solicitado projeto para a colocação de jerseys, com a função de criar espaços para redes de pesca, do cerco e artesanal, com dimensões que não permitam a utilização de “caixotes para redes”. No 2.º trimestre deu-se início à colocação de alguns jerseys.

A marcação dos estacionamentos está prevista para outubro. Iniciámos testes para a utilização dos espaços para redes de pesca de cerco e artesanal.

5. Expansão da estação de lavagem de covos - Projeto a equacionar para o final do ano.
6. Reordenamento do espelho de água do porto de pesca de Sesimbra - Após a construção da ponte cais 4, concluída em maio de 2021, a DPL está a efetuar estudos internos para o reordenamento do espelho de água e outros locais de estacionamento de embarcações.
7. Otimização da utilização da zona dedicada ao estendal de artes de palangre - No 1.º trimestre foi efetuado o levantamento de necessidades para iluminação do telheiro situado na zona dedicada ao estendal de artes de palangre. Durante o 2.º Trimestre foi concluída a iluminação do telheiro situação na zona do estendal de redes, de forma a facilitar o trabalho em horário noturno e/ou períodos do dia com menos luz.
8. Continuação da requalificação dos armazéns de comerciantes e de aprestos - Projeto previsto para o último trimestre do ano;
9. Início da repavimentação do porto de pesca de Sesimbra - Em estudo por parte da DPLCS.

Setúbal

1. Reajustes no horário de funcionamento da lota de Setúbal - No início do 1º trimestre de 2021, procedeu-se à antecipação do horário da lota de Setúbal, para ir ao encontro das necessidades da comunidade piscatória e também pela situação pandémica que se agravou nessa época do ano; esse horário manteve-se ao longo do 2.º trimestre embora com algumas reclamações, mas a DPL tem conseguido uma melhor organização do serviço.

No 3.º trimestre continuamos a receber sucessivos pedidos para a reposição dos horários de Setúbal e Sesimbra.

2. Limpeza e Higienização regular do porto de pesca de Setúbal - Embora este porto de pesca, pelas suas dimensões, não disponha de uma empresa que preste o serviço de higienização

regular do mesmo, foram encontradas algumas soluções, que permitiram minimizar as falhas nestas matérias. Sempre que possível, os trabalhadores da Docapesca, procedem à higienização do cais e zonas adjacentes. Foram removidos vários monos e aprestos de pesca que se encontravam abandonados no local. No Dia Internacional da Limpeza a Costeira, 18 de setembro, procedeu-se a limpezas promovidas por várias organizações (com apoio de várias entidades, entre elas a Docapesca) nos 3 principais portos de pesca da DPLCS.

3. Reabilitação parcial e/ou total do plano inclinado do porto de pesca de Setúbal - Foi solicitado projeto de requalificação desta área, encontrando-se em fase de conclusão.

Sines

1. Construção do Pavilhão de apoio à trasfega do cerco e requalificação da área envolvente - A previsão de início de obra, será no último trimestre de 2021, para permitir que a época da “sardinha” decorra sem interferências de maior. Foi assinado o contrato de empreitada da obra no 3.º trimestre de 2021.
2. Construção de Telheiro para abrigo de equipamento de acondicionamento do pescado do cerco – A construção do telheiro teve início no 3.º trimestre, prevendo-se o seu término no início do 4.º trimestre.
3. Continuação da reabilitação dos armazéns de comerciantes e aprestos do porto de pesca de Sines - Esta reabilitação será retomada assim que possível.
4. Requalificação da Rampa Varadouro do Porto de Pesca de Sines - Sempre que necessário, efetuam-se pequenas reparações que permitem continuar a utilizar esta rampa, minimizando o risco para pessoas e embarcações. Até ao final do corrente ano, será efetuado estudo para a sua requalificação.
5. Início da repavimentação do porto de pesca de Sines. Por se tratar de áreas extensas, a reparação do pavimento vai sendo efetuada zona a zona, permitindo assim o bom funcionamento de todas as empresas residentes neste porto. Com a construção do telheiro de apoio ao cerco e o pavilhão de trasfega do cerco, serão intervencionadas áreas importantes de circulação de pessoas e equipamentos.

Costa da Caparica

Garantir o espaço adequado para a descarga do pescado proveniente da arte da Xávega e o seu acondicionamento em equipamento frigorífico móvel, sem criar constrangimentos à população que habita na zona contígua à lota - A área destinada ao acondicionamento do

pescado proveniente da arte Xávega, foi dotada de água potável para higienização da mesma e deslocalizada da zona onde se encontra a lota.

Atualmente sempre que se verificam descargas de cerco, os comerciantes armazenam o pescado em camiões contentorizados com equipamento de frio.

Carrasqueira

Criação de condições para a reativação do Posto de Vendagem da Carrasqueira, junto ao Porto Palafítico - Visita ao local efetuada, com a início da construção da nova lota da Carrasqueira prevista para Novembro de 2021.

Zambujeira do Mar e Azenha do Mar

Estudo para a requalificação do Posto de Vendagem da Zambujeira do Mar - Durante o 1.º semestre com a situação da pandemia não foi possível reativar o referido posto. Todo o pescado foi transportado para Vila Novas de Milfontes ou Sines. No 3.º trimestre, o posto da Zambujeira do Mar iniciou o seu funcionamento agregado ao posto da Azenha do Mar, com bastante sucesso (ainda que em fase experimental).

Póvoa de Santa Iria

Garantir o bom funcionamento do Posto de Transferência de Pescado - O posto continuou a operar, com a transferência de pescado para as lotas da Costa da Caparica e Sesimbra. Verificou-se algum apoio a zonas onde ainda não foi possível reabrir postos de transferência de pescado, que prevê que aconteça no próximo trimestre.

Paço d' Arcos

Garantir o bom funcionamento do Posto de Transferência de Pescado - Situação a rever, com envolvimento da Câmara Municipal de Oeiras e da associação de pescadores local.

Barreiro

Criação do posto de transferência de pescado - Este posto foi inaugurado no 2.º trimestre de 2021, conforme estava previsto. Atualmente, encontra-se em pleno funcionamento, aguardando infraestruturas de apoio à descarga das embarcações, tais como cais de descarga.

Montijo

Criação do posto de transferência de pescado - A Docapesca, a Câmara Municipal do Montijo e a SCUPA (Associação de pescadores local) – prevista a inauguração deste posto, no início do 4.º trimestre.

Alcochete e Samouco

Criação do posto de transferência de pescado – O posto do Samouco ficará agregado Alcochete. Aguardamos instalações para a sua instalação, sem previsão de conclusão.

Contributo para OE 5 – Assegurar as regras de higiene e segurança alimentar

1. Iniciar o processo de certificação da lota de Sines de acordo com a Norma EN NP ISO 22000. Foi efetuada a avaliação para a requalificação da lota de Sines, única lota do país por requalificar. esta lota necessita de uma intervenção muito grande e que não será possível efetuar sem deslocalização da lota em determinadas etapas. é necessário que a construção do pavilhão de apoio ao cerco, aconteça primeiro, para depois se proceder ao pedido de certificação desta lota.
Para que no próximo ano, 2022, seja possível certificar a lota de Sines, este processo terá que se iniciar ainda em 2021.
2. Assegurar a manutenção da certificação pela Norma NP EN ISO 22000 da lota de Setúbal. Continuamos a manter todos os procedimentos definidos e a implementar todos aqueles se consideram adequados e que podem melhorar a nossa prestação, como empresa do setor alimentar.
3. Assegurar a manutenção da certificação pela Norma NP EN ISO 22000 da lota de Sesimbra. Continuamos a manter todos os procedimentos definidos e a implementar todos aqueles que se consideram adequados e que podem melhorar a nossa prestação, como empresa do setor alimentar.
4. Manutenção do NCV da Lota da Costa da Caparica e preparação para a certificação de acordo com a Norma ISO 22000:2018;
Continuamos a manter todos os procedimentos definidos e a implementar todos aqueles se consideram adequados e que podem melhorar a nossa prestação, como empresa do setor alimentar.

Direção de Portos e Lotas do Algarve (DPLA)

Contributos para OE 3 – Promover a sustentabilidade ambiental

1. A DPLA continua a sensibilizar os seus colaboradores e clientes para os valores de responsabilidade ambiental nomeadamente no incentivo a comportamentos de poupança de energia, promovendo a eficiência energética; a economia da água e a separação dos resíduos, disponibilizando para o efeito ecopontos nas instalações das lotas e postos de vendagem assim como contentores diferenciados por tipologia de resíduo nos portos de pesca, onde a higienização e a gestão dos resíduos produzidos são efetuados por prestadores de serviços externos. Foram realizadas diversas ações de limpeza, nomeadamente no porto de pesca de Olhão em conjunto com o Centro de Ciência Viva de Tavira, no porto de Albufeira no passado dia 18 de setembro em conjunto com o município de Albufeira e entre o porto de pesca do Arade e a Vila de Ferragudo em conjunto com o município de Lagoa, estas ações contaram com a participação de diversos trabalhadores da Docapesca, contribuindo para a sensibilização do problema.
2. Continua a verificar-se a necessidade de implementar "Parques De Resíduos" nos portos de pesca, o que permitiria um controlo mais eficaz da quantidade e tipologia dos resíduos colocados exclusivamente pelos utilizadores portuários, promovendo a sua separação e impedindo situações como a colocação de subprodutos que exigem um encaminhamento diferenciado em contentores de resíduos indiferenciados. A DIMA já fez uma primeira visita ao porto de pesca de Olhão, para levar a cabo a construção de um parque de resíduos previsto no PIC 2021, no entanto ainda não avançou para procedimento concursal.
3. A DPLA concluiu em fevereiro a obra de construção de um "Ponto de Oleão", no porto do Arade, uma infraestrutura que cumpre os requisitos legais para a recolha de resíduos perigosos tais como os óleos de motores, transmissões e lubrificação. Este projeto piloto da DPLA, encontra-se em fase de avaliação da sua ecoeficiência, que almeja ser implementado nos restantes portos de pesca da DPLA de acordo com o PIC 2021. Está em fase final a proposta para a nova versão dos "Pontos de Oleão" para os portos de pesca de Sagres, Vila Real de Santo António, Quarteira, Lagos e Albufeira. A nova versão da proposta foi efetuada com base na compilação de pareceres técnicos; sugestões de melhoria e feedback in loco do desempenho do projeto piloto do "Ponto de Oleão" implementado no porto do Rio Arade.
4. As limpezas dos tanques de água salgada do porto do Arade foram efetuadas com vista à requalificação dos tanques que apresentavam algum desgaste e necessidade de reparação. No entanto as necessidades de limpeza em todos os tanques mantêm-se, não tendo sido iniciado o procedimento de contratação para este serviço especializado.
5. O contrato para a prestação de serviço de controlo de pragas foi iniciado em janeiro em todos os portos e lotas do algarve. Este serviço só estava a ser realizado nas lotas. Com este contrato o serviço fica mais completo e ampliado o serviço aos nossos clientes nos portos.

6. O contrato para a prestação de serviços de limpeza e gestão de resíduos nos portos de pesca do Barlavento continua a registar incumprimentos na periodicidade de realização das tarefas, tendo a mesma sido, por diversas vezes, advertida por email para retificar as situações não conformes, a DPLA em colaboração com a DEXP iniciou a elaboração das peças do novo concurso para o barlavento uma vez que se aproxima o término do contrato ativo.
7. Continua a ser prática corrente na DPLA o encaminhamento dos resíduos provenientes dos materiais e equipamentos inoperacionais e tecnologicamente obsoletos que fazem parte do ativo patrimonial da Docapesca, a vazadouro, promovendo a triagem e a reciclagem dos resíduos e a libertação de espaço de ocupação nos armazéns;
8. Durante o 2.º trimestre foi efetuado o encaminhamento dos resíduos da lota de Olhão. Encontra-se em processo de análise pela Dir. Financeira o procedimento de encaminhamento dos resíduos da lota de Vila Real de Santo António. A DPLA iniciou o encaminhamento para vazadouro do arquivo morto da lota de Olhão promovendo a reciclagem do papel e cartão. Este procedimento será implementado em todo o Algarve.
9. A DPLA rececionou os selos 2021 para o certificado Ecolub, atestando que enquanto Produtor de Óleos Usados (PrOU), os encaminhou corretamente, no ano transato, para o circuito de gestão dos óleos usados gerido pela SOGILUB dando assim cumprimento ao artigo 46º, nº 2 do Decreto-lei nº 152-D/2017 de 11 de dezembro.
10. A DPLA participou, via Plataforma ZOOM, na 1ª Reunião do LIFE Ilhas Barreira enquanto membro da Comissão de Acompanhamento (CA) do projeto LIFE Ilhas Barreira (LIFE18 NAT/PT/000927) que visa a conservação das Ilhas Barreira no Algarve, para proteger espécies e habitats prioritários;
11. Foi realizada uma ação de limpeza do porto de pesca de Olhão em conjunto com o Centro de Ciência Viva de Tavira, contou com a participação de diversos trabalhadores de Olhão e a presença de um elemento do Conselho de Administração.
12. A Docapesca promoveu e divulgou as ações de sensibilização ambiental da Associação Vita Nativa sobre o Projeto Camaleão, levadas a Cabo nas áreas de jurisdição da DPLA.
13. A gasolinera Repsol solicitou autorização à Docapesca e procedeu no decorrer do mês de setembro à instalação de piezómetros para monitorização da poluição dos solos nas proximidades dos seus postos mar. Foram contemplados os postos mar dos Portos de Albufeira e Arade.

Contributos para OE 4 – Modernizar e beneficiar os estabelecimentos de 1.ª venda e áreas adjacentes indispensáveis à atividade da empresa, bem como infraestruturas conexas

A lota de Lagos passou em janeiro de 2021 a encerrar à segunda-feira o que permite uma melhor rentabilização dos seus Recursos Humanos.

Porto da Baleeira

1. Requalificação da rampa varadouro - Estava previsto em PIC 2020, no entanto após identificação das necessidades para a requalificação verificou-se que precisava de um projeto para poder avançar, assim o processo de requalificação está suspenso até melhor dotação técnica do assunto.
2. Arranjo da zona de aprestos com a aquisição de contentores de maior dimensão e organização das artes de pesca - Já foram comprados e rececionados os contentores de maior dimensão dando início ao arranjo da zona das artes de pesca. No entanto, verificou-se a necessidade de mais contentores para que a zona esteja totalmente organizada. A aquisição de mais contentores está prevista para 2021. Foi também identificada a necessidade de reparação das caleiras naquela zona, para dotar de melhores condições. A reparação da referida caleira iniciou-se a 20 de janeiro de 2021, estando já concluída.
3. Análise, recolha e encaminhamento das embarcações abandonadas - Os serviços de exploração de Sagres encontram-se a efetuar as diligências necessárias para o abate e posterior demolição dessas embarcações.
4. Requalificação da ponte Cais Sul - Está previsto o início dos trabalhos durante o mês de agosto. Até ao momento não deram início os trabalhos da empreitada de requalificação da Ponte Cais Sul, contudo o local de estaleiro já se encontra devidamente vedado e publicado Edital de aviso aos utentes pela Autoridade Portuária.
5. Encontra-se em execução a reparação de tanque nº1 do sistema de tratamento e captação de água salgada do Porto de Sagres. Esta intervenção encontra-se prevista em PIC 2021.

Porto de Lagos

1. Análise, recolha e encaminhamento das embarcações abandonadas - Foram identificadas algumas embarcações que se encontravam no porto abandonadas e foi possível encontrar os proprietários e as mesmas foram retiradas.
2. Implementação do projeto na zona de estendal de redes - A obra do estendal de redes encontra-se concluída. Está em curso a elaboração de regulamento para a exploração e utilização da mesma.
3. Reordenamento do espaço portuário - Estamos a desenvolver uma minuta do regulamento do porto de Lagos para contribuir para o reordenamento do espaço portuário.
Continua-se a desenvolver as obras de repavimentação da entrada da zona concessionada. O pontão dos pescadores encontra-se em mau estado, havendo necessidade de uma intervenção profunda ou substituição completa. No primeiro semestre houve uma intervenção na referida estrutura para minimizar o estrago.

Porto de Alvor

1. Reorganização dos espaços no porto de pesca, bem como rever a localização dos utilizadores dos armazéns de aprestos - Estão a ser analisadas as possibilidades de organização do espaço dentro do porto.

2. Análise, recolha e encaminhamento das embarcações abandonadas - Existem embarcações naufragas e abandonadas no espelho de água, trata-se de embarcações de matrícula estrangeira de proprietários desconhecidos.

Porto do Rio Arade

1. Análise, recolha e encaminhamento das embarcações abandonadas - foi concluído o procedimento para abate, demolição e encaminhamento a vazadouro autorizado de uma embarcação que se encontra há largos anos em estado de abandono na rampa varadouro do Porto do Rio Arade. O desmantelamento e remoção da embarcação foi efetuado durante o 2.º trimestre.
2. Reordenamento do espaço portuário - Estamos a desenvolver uma minuta do regulamento do porto do Arade para contribuir para o reordenamento do espaço portuário.
Foi realizada uma visita ao porto do Arade para poderem ser identificadas as áreas que devem ser definidas para cada atividade.
No 2.º trimestre decorreu a empreitada de instalação de central fotovoltaica para autoconsumo no porto de pesca do Arade, permitindo melhorias na eficiência energética do referido porto.
Foi reanalisado o espaço disponível e continuado o estudo de definição de áreas para cada atividade. Foi analisada a potencial instalação no local de uma maternidade de bivalves.
3. Requalificação das vias de circulação portuárias - Está previsto no PIE a melhoria das vias de circulação no porto do Arade, no entanto ainda não foi iniciado o processo de contratação. Na zona dos estaleiros navais existem depressões no pavimento que colocam em causa a segurança das operações de Pórtico. Essas depressões encontram-se sinalizadas e são fator de perigo para a circulação rodoviária. Essas depressões têm origem na falta de estrutura do pavimento para a carga de exposição da passagem do Travelift.
A DSM está a acompanhar a situação e encontra-se a efetuar diligências, recentemente ocorreu o levantamento topográfico das mesmas com vista a preparação de uma solução curativa. O troço de acesso entre a portaria principal do porto e a zona do porto de pesca encontra-se muito degradada e com elevado número de depressões no pavimento, o que coloca em causa a segurança rodoviária dos utilizadores. No primeiro semestre foram vários os registos de danos em pneus e jantes de viaturas. Vários foram os lesados que já apresentaram queixa e o processo de restituição desses danos encontra-se a correr junto da seguradora.
No terceiro trimestre foi realizado pela firma Bota e Guerreiro uma intervenção pontual para enchimento com massas frias das depressões existentes no pavimento entre a Portaria, Edifício da Lota e armazéns de comerciantes. Esta intervenção foi conduzida pela DSM em colaboração com os serviços locais de exploração.
4. Implementação do funcionamento da rede de esgotos - Foi analisado o projeto que existia ainda do IPTM e está em causa atualizar o projeto para podermos passar à execução do mesmo, encontrando-se a DSM encarregue de dar continuidade ao processo.

5. Analisar a possibilidade de elaborar um regulamento para o Porto de Arade – Estamos a desenvolver uma minuta do regulamento do porto do Arade para contribuir para o reordenamento do espaço portuário.

Silves

1. Avaliar as condições para atribuição de mais utentes das embarcações Marítimo Turística - A Docapesca não realizou qualquer intervenção, mas a Camara Municipal de Silves efetuou pequenas reparações (escadas, cunhos). A avaliação está suspensa devido à análise do futuro das licenças Marítimo Turísticas para 2021 atendendo ao contexto Covid-19.
2. Os canais de navegação entre Portimão e Silves encontram-se muito assoreados. O elevado assoreamento faz com que para além da dificuldade de navegação e apertado limite de horas de navegação, exista problemas de piso escorregadio e excesso de lamas na zona das escadas do cais de acostagem. As escadas ficam cobertas de lamas nos primeiros degraus.

Albufeira

1. Análise, recolha e encaminhamento das embarcações abandonadas - Existe um caso pontual de embarcação abandonada que deriva do falecimento de armador profissional no ativo e cujos herdeiros legítimos repudiaram a herança. A situação encontra-se identificada.
2. Reordenamento do espaço Portuário - Temos vindo a reforçar o controlo de modo a promover o ordenamento do espaço portuário. O facto deste porto ter uma única entrada e um controlo de acessos na entrada facilita a melhoria do ordenamento do espaço.
A REPSOL iniciou no 4.º trimestre de 2020 as obras de construção de posto de abastecimento marítimo. As obras terminaram na primeira quinzena de junho e foi realizada a vistoria final pela Câmara Municipal de Albufeira no passado dia 25 de junho de 2021. A gasolinera solicitou autorização á Docapesca e procedeu no decorrer do mês de setembro à instalação de piezómetros para monitorização da poluição dos solos nas proximidades dos seus postos mar.
3. Quadra de boias no porto de pesca de Albufeira - A quadra de boias continua com problemas construtivos que levam a que as embarcações se soltem e fiquem à deriva. Existe a necessidade de uma intervenção urgente nesta quadra de boias uma vez que está a causa a segurança de pessoas e bens.

Quarteira

1. Análise, recolha e encaminhamento das embarcações abandonadas - Ainda não foi possível iniciar o levantamento das embarcações abandonadas e respetiva identificação.
2. Reordenamento do espaço portuário - Com a entrada do novo trabalhador para o serviço de exploração portuária, passou-se a efetuar um controlo mais rigoroso de todas as embarcações em porto, abordando os pescadores e outros utentes das infraestruturas portuárias com mais frequência relativamente a alguns problemas operacionais, nomeadamente redes sobre os passadiços.

Foram notificados os proprietários de embarcações de recreio que estacionam dentro do porto sem que tenham autorização para o efeito, para que efetuem o pagamento dos valores em dívida e retirem as suas embarcações do porto o mais breve possível.

3. Implementação do projeto para o estendal de redes - Encontra-se em fase de projeto de execução do estendal de redes.
4. Requalificação do edifício da lota com construção de telheiro - Estão a decorrer por parte da equipa projetista a análise das melhores soluções para levar a cabo o projeto de requalificação do edifício. Foram realizadas visitas ao local para identificar constrangimentos. Prevê-se o início da obra ainda este ano de 2021;
5. Outros - Foi concluída a reparação da grua n.º 1 de 150 Kg, retomando-se assim a normalidade da descarga de pescado deste porto, que estava a ser dificultada pela ausência deste equipamento.

Foi substituída a câmara do sistema CCTV do cais de descarga da lota e durante o mês de março foi realizado um teste hidráulico ao sistema de incêndio do porto de pesca, não se conhecendo ainda o relatório final.

No 2.º trimestre houve necessidade de uma reparação urgente na tubagem de alimentação de água às fábricas de gelo da lota de Quarteira, que impossibilitou a produção obrigando ao fornecimento externo de gelo.

Foi efetuada uma reparação no veio central e caixa redutora da fábrica de gelo n.º 1, bem como uma intervenção no silo para se efetuar uma carga de azoto.

Olhão

1. Análise, recolha e encaminhamento das embarcações abandonadas - Ainda não foi possível iniciar o levantamento das embarcações abandonadas e respetiva identificação.
2. Foi iniciada a 2.ª fase do projeto de instalação do sistema CCTV para toda a área do Porto de Pesca de Olhão. Foi remodelado o sistema CCTV da lota de Olhão, tendo-se definido novos posicionamentos, a sua conclusão verificou-se no final do primeiro semestre de 2021.
3. Foi adjudicado no final de setembro de 2020 a empreitada para requalificação do cais de descarga da lota e cais do cerco, a obra foi concluída no 1.º semestre de 2021.
4. No âmbito da Execução do Plano de Ordenamento e Usos do Porto de Pesca de Olhão, foi realizada no dia 18 de janeiro a 1.ª visita e arranque de trabalho.
5. Durante o mês de fevereiro, na sequência do encerramento das instalações de Faro, procedeu-se à reorganização e distribuição do mobiliário por vários gabinetes da lota de Olhão.
6. No edifício da lota de Olhão o serviço de manutenção tem vindo a proceder à beneficiação das entradas da lota (portões 11 e 12), nomeadamente a reabilitação dos portões e das caleiras, onde foi necessário a abertura de valas para substituição das calhas do gradil.
7. Iniciou no mês de março, a execução de ampliação do estaleiro Marina Formosa bem como o novo acesso rodoviário à rampa varadouro existente no núcleo de estaleiros de Olhão.

8. Foi realizado no 1.º trimestre o levantamento topo-hidrográfico no porto de pesca de Olhão e zona envolvente.
9. Foi realizada no mês de junho a desobstrução integral da rede de esgotos do porto de pesca de Olhão;
10. Foi efetuada a alteração/reparação do ramal elétrico do ISN e Marinha do Porto de Pesca de Olhão, por forma a normalizar a situação de consumos não contabilizados pela Docapesca devido à inexistência de meios de leitura e controlo.
11. Foi instalada a bomba n.º 2 para captação de água salgada para o porto de pesca de Olhão.
12. Ficou concluída a empreitada de reabilitação parcial do edifício “Bar Cantina” do porto de pesca de Olhão.
13. Foi concluída a obra de requalificação do cais de descarga e cais do cerco.

Fuzeta

1. Melhoria das condições de venda com as obras no edifício da lota - Os trabalhos de requalificação da lota da Fuzeta estão praticamente concluídos. Para cumprimento dos requisitos necessários para obtenção do número de controlo veterinário, faltam ainda alguns equipamentos nesta lota, nomeadamente uma câmara para subprodutos e cacifos.
Em 31 de maio foi realizada a inauguração oficial da lota, com a presença da Secretária de Estado das Pescas, Presidente da Docapesca e Presidente da Câmara Municipal de Olhão.

Santa Luzia, Tavira e Cabanas

1. Análise, recolha e encaminhamento das embarcações abandonadas - Este ano ainda não foi possível iniciar o levantamento das embarcações abandonadas e respetiva identificação.
2. Melhoria das condições nas zonas de embarque e desembarque de passageiros - Foi efetuada pelo serviço de manutenção uma pequena intervenção no cais de embarque de passageiros de Santa Luzia, com fixação de tábuas e chapas, por forma a garantir uma maior segurança aos utilizadores desta infraestrutura. Igualmente foram identificados alguns problemas ao nível da fixação do tabuado do passadiço porto de pesca, que está a necessitar de intervenção. O serviço de manutenção procedeu também à substituição (fevereiro de 2021) das 2 escadas existentes no cais descarga de Santa Luzia que se encontravam num estado avançado de degradação, possibilitando assim normalizar o uso e a segurança desta infraestrutura portuária.
3. Nova estrutura do edifício da lota a construir em Tavira - Ficou terminado no 1.º trimestre a empreitada de requalificação da lota de Santa Luzia, relativamente à substituição do telhado, de uma viga e pintura exterior, faltando apenas para concluir os trabalhos a colocação das redes mosquiteiras, isolamento de janelas e colocação de 2 portas na zona da nave da lota. Haverá algumas situações a corrigir nomeadamente as aberturas de luz verificadas na cobertura e a entrada de pássaros dentro do recinto.
4. Está em fase de projeto a concretização da lota de Tavira localizada nas Quatro Águas. A Docapesca promoveu alguns contatos com o titular da licença do estaleiro existente nas

Quatro Águas, no sentido de transmitir e acordar sobre a nova área de ocupação do estaleiro, relativo à parcela onde se pretende instalar a nova lota e já foi possível chegar a acordo com a nova localização da licença para dar seguimento ao projeto da nova lota.

Em Cabanas de Tavira a existência de alguns problemas que prejudicam o normal funcionamento das infraestruturas portuárias daquela localidade, principalmente na área porto de pesca em que algumas embarcações já ficam em seco e as manobras se fazem com grande dificuldade junto da infraestrutura, devido ao forte assoreamento que se verifica naquele local.

Vila Real de Santo António

1. Análise, recolha e encaminhamento das embarcações abandonadas - Tem sido dada continuidade à tentativa de resolução das situações existentes no porto de anos anteriores. No decorrer do 1.º semestre foi solicitado orçamentos para o serviço de remoção de 2 embarcações existentes na rampa do porto de pesca de Vila Real de Santo António e realocização das mesmas no parque de atrelados. As mesmas aguardam remoção devido a constrangimentos burocráticos com os proprietários das embarcações.
2. Melhoria das condições nas zonas de embarque e desembarque de passageiros nomeadamente a colocação de cais para as embarcações na área molhada, melhoria da iluminação e esgotos. Estão a ser analisadas as várias possibilidades para a concretização do objetivo sem colocar em causa a capacidade financeira da empresa. Foi feita a avaliação do estado das defensas do cais de descarga da lota, encontrando-se a aguardar o desenvolvimento de uma solução.
3. A atividade Marítimo-Turística continua a utilizar o cais das carreiras fluviais que liga Vila Real de Santo António a Ayamonte, em virtude de se manter a interdição do antigo cais MT, devido ao seu mau estado de conservação.
4. Monitorizar a acessibilidade ao porto através do controlo de acessos - Continuamos a trabalhar para a colocação de um controlo de acesso por reconhecimento de matrículas, encontrando-se numa fase avançada. Já foi colocada uma banda de redução de velocidade para evitar que a cancela seja danificada. É necessário a aquisição de um semáforo e verificou-se a necessidade de substituição das cancelas atuais.
5. Outros: No 1.º trimestre foi executada a beneficiação e melhoramento da iluminação pública do porto de pesca de Vila Real de Santo António, com a colocação de iluminação LED. Ainda se procedeu à substituição das defensas e escadas do cais de descarga da lota. Foi substituído o gerador de 5 ton. da fábrica de gelo que se encontrava avariado sem possibilidade de reparação, por um gerador com as mesmas características trazido da lota da Nazaré. Foi igualmente substituído o servidor de ICL devido a avaria no disco. No 2.º trimestre de 2021, surgiram alguns problemas operacionais no funcionamento da lota de Vila Real de Santo António, que obrigou à realização de intervenções nos seguintes equipamentos: Substituição dos ventiladores dos evaporadores da câmara frigorífica que se encontravam danificados, tendo como consequência temperaturas mais altas; Intervenção

no silo e fábrica de gelo, o sistema não arrancava por falta de óleo no circuito e também devido à falta de gás não produzia o previsto.

Em 20 de abril surgiu na nossa área de jurisdição uma baleia (cadáver) de grandes dimensões, nomeadamente 19,5 metros de comprimento e com cerca de 40 toneladas. Dadas as características do cetáceo foi necessário a intervenção de diversas entidades, de forma a definir qual a melhor solução para o encaminhamento da mesma para aterro.

As dimensões do cetáceo e o seu estado de decomposição, condicionaram o encaminhamento para aterro, tendo sido a mesma depositada nas proximidades do estaleiro, com a autorização da CCDR e cumprindo todas as recomendações por eles apresentadas.

Guadiana

1. Melhoria de condições de todos os locais de embarque e desembarque ao longo do Guadiana – Foi assinado protocolo com as Câmaras Municipais de Mértola, Alcoutim e Castro Marim, para avaliação do estado de navegabilidade e infraestruturas de acostagem ao longo do Guadiana.
2. Avaliação da balizagem do Rio Guadiana para posterior manutenção. Este trimestre nada foi realizado. Até ao final do 3.º trimestre nada foi realizado.

Contributos para OE 5 – Assegurar as regras de higiene e segurança alimentar

1. Assegurar a manutenção da certificação pela Norma ISO 22000 nas lotas de Sagres, Vila Real de Santo António e Quarteira - Apesar das medidas de contingência impostas devido à Pandemia COVID-19, nestes três trimestres mantiveram-se as visitas mensais para a verificação e manutenção das condições para a certificação e adaptação à nova versão da norma ISSO 22000:2018.

Foram efetuadas ações de sensibilização “On Job” com vista a otimizar os recursos humanos de que dispomos e a dotar os novos trabalhadores dos conhecimentos necessários sobre a ISO 22000 e boas práticas na Docapesca.

Nas três lotas em questão têm se verificado alguns constrangimentos e problemas que têm sido solucionados.

2. Certificar a lota do Arade pela norma NP EN ISO 22000 - Foram efetuadas visitas preliminares internas e a auditoria de diagnóstico. O relatório foi entregue e as respetivas não conformidades e oportunidades de melhoria, encontram-se em análise e tratamento. Foi feita a verificação e implementação da documentação atualizada e produzida durante este primeiro semestre, essencial ao processo de certificação. Foram ainda realizadas sessões de esclarecimento, relativas a metodologias e registos, com o responsável local por cada área de intervenção do sistema e com o responsável pela equipa HACCP. Aproveitando as deslocações tem sido efetuado o acompanhamento das 28 Não Conformidades levantadas e 10 oportunidades de melhoria na auditoria de diagnóstico realizada em abril.

A evolução tem sido positiva tal como se pode verificar pela melhoria da taxa de cumprimento das Listas de Verificação Mensal em que tivemos uma média de taxa de cumprimento de 87% no 1.º trimestre para uma média de 88% no 2.º trimestre (apesar da atualização da LVM em junho) e a manutenção deste valor no 3.º trimestre.

3. Certificar a lota de Olhão pela norma NP EN ISO 22000 - Foram efetuadas visitas preliminares internas e a auditoria de diagnóstico. O relatório foi entregue e as respetivas não conformidades e oportunidades de melhoria, encontram-se em análise e tratamento. Verificação e implementação da documentação atualizada e produzida durante este primeiro semestre, essencial ao processo de certificação. Foram ainda realizadas sessões de esclarecimento, relativas a metodologias e registos, com o responsável local por cada área de intervenção do sistema e com o responsável pela equipa HACCP. Aproveitando as deslocações tem sido efetuado o acompanhamento das 28 Não Conformidades levantadas e 9 oportunidades de melhoria na auditoria de diagnóstico realizada em abril. E também das 21 Não Conformidades e 10 Oportunidades de melhoria apontadas na auditoria interna realizada em setembro, das quais já foram resolvidas 7 Não Conformidades e 4 Oportunidades de melhoria.

A evolução tem sido positiva tal como se pode verificar pela melhoria da taxa de cumprimento das Listas de Verificação Mensal em que tivemos uma média de taxa de cumprimento de 87% no 1.º trimestre para uma média de 89% no 2.º trimestre (apesar da atualização da LVM em junho). De julho em diante derivado à aplicação da nova lista de verificação e de no mês de agosto ter ocorrido uma redução abrupta para o nível de cumprimento na ordem dos 75% causada pela combinação de elevado volume de pescado transacionado e à ausência de operadores por motivo de férias neste mês levou à quebra da média neste trimestre para os 81%.

4. Melhorar as condições estruturais posto de vendagem da Fuzeta para cumprimento da legislação em vigor para o licenciamento, implementar os princípios de HACCP. Concluídas as obras no edifício da Fuzeta, deram-se início, em colaboração com as restantes unidades orgânicas à dotação do espaço com os equipamentos necessários ao seu correto funcionamento com vista à obtenção de NCV.

Elaboração e implementação do Sistema de Gestão de Segurança Alimentar com base nos princípios HACCP.

5. Adaptação do posto de vendagem de Stª Luzia para a obtenção do NCV, nomeadamente a substituição de toda a cobertura da lota - Foram realizadas obras de substituição da cobertura bem como a caixilharia e portas. A obra ainda não se encontra totalmente acabada para podermos dar seguimento ao processo de atribuição do NCV.

Outras atividades

O surgimento da pandemia devido ao Covid-19 tem condicionado as intervenções dos trabalhos previstos. Em complemento e por causa do Covid19 fomos obrigados a cancelar o atendimento nos serviços administrativos na medida do possível, aumentamos as

higienizações nas lotas, impedimos a permanência no recinto das lotas sem a máscara, os circuitos dos compradores e armadores nas lotas, dentro do que é possível temos tentado reduzir.

O esforço que os recursos humanos têm feito nesta fase de pandemia tem sido essencial para conseguirmos prestar o serviço sem grandes sobressaltos, no entanto o receio permanente é visível por parte de todos os trabalhadores, embora com equipamentos de proteção disponíveis, é de louvar todo o esforço.

Tem se verificado uma grande necessidade de reforço de recursos humanos, quer a nível da exploração como nos serviços administrativos. Os recursos humanos estão cada vez mais envelhecidos e as saídas para a reforma e as baixas por doença são uma constante nesta direção dificultando a concretização dos objetivos diários propostos. Como não existe um período em que o trabalhador que vai embora e o que o vai substituir se encontram a trabalhar em simultâneo a transmissão do conhecimento é feita de forma deficitária, pois os recursos humanos existentes já são poucos para as funções atuais, quanto mais para dar formação on the job.

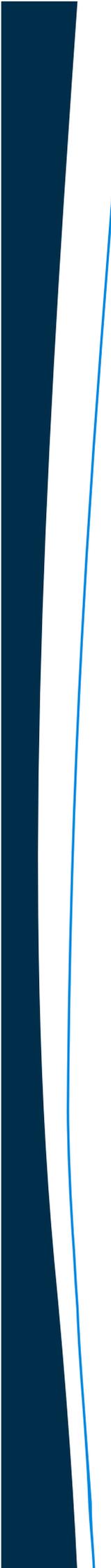
Lisboa, 27 de outubro de 2021

Gabinete de Planeamento e Controlo Orçamental

Margarida R. Silva
Bernardo Almeida

O Conselho de Administração





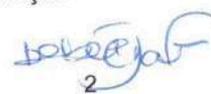
Demonstrações Financeiras

Balanças em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020		Unidade: Euros
	30-09-2021	31-12-2020
Ativo		
Ativo não corrente		
Investimentos financeiros	145 000,00	145 000,00
Participações de capital	145 000,00	145 000,00
Ativos fixos tangíveis	24 295 185,50	23 175 030,22
Edifícios e outras construções	15 458 866,80	15 262 588,29
Equipamento básico	2 088 468,89	2 346 650,50
Equipamento de transporte	220 614,21	186 396,75
Ferramentas e utensílios	44 037,34	44 682,15
Equipamento administrativo	390 011,30	447 447,12
Taras e vasilhames	232 210,30	211 056,87
Outros ativos tangíveis	169 385,63	213 335,53
Imobilizado em curso	5 691 591,03	4 462 873,01
Ativos intangíveis	10 343,78	295 484,62
Programas de computador	9 721,47	29 814,28
Propriedade industrial e outros direitos	622,31	622,31
Ativos intangíveis em curso	-	265 048,03
Outros Ativos Financeiros	71 632,23	53 595,96
Ativos por impostos diferidos	545 295,65	584 344,86
Ativo corrente	25 067 457,16	24 253 455,66
Inventários	135 979,49	96 890,87
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	87 184,64	48 173,41
Produtos acabados	3 017,89	3 017,89
Mercadorias	45 776,96	45 699,57
Clientes	3 506 449,89	3 498 558,62
Estado e outros entes públicos	-	388,11
Outros créditos a receber	12 179 892,32	5 374 160,17
Diferimentos	104 120,89	157 782,98
Caixa e depósitos bancários	11 502 598,42	5 897 989,66
	27 429 041,01	15 025 770,41
Total do ativo	52 496 498,17	39 279 226,07
Capital próprio e passivo		
Capital próprio		
Capital realizado	9 028 400,00	8 528 400,00
Reserva legal	912 579,91	682 434,25
Resultados transitados	4 192 446,25	3 271 863,60
Outras Variações no Capital Próprio	7 071 886,56	6 965 289,49
Outras var. no capital próprio - subsídios atribuídos	8 557 960,93	8 469 057,88
Outras var. no capital próprio - ajustamentos em subsídios	(1 925 541,21)	(1 905 538,01)
Outras var. no capital próprio - integração IPTM	671 481,84	633 784,62
Outras var. no capital próprio - ganhos atuariais	(232 015,00)	(232 015,00)
	21 205 312,72	19 447 987,34
Resultado líquido do período	3 776 546,63	1 150 728,31
Total do capital próprio	24 981 859,35	20 598 715,65
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões	1 167 119,57	1 167 119,57
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	2 423 536,24	2 597 088,27
Outras dívidas a pagar	1 925 541,21	1 905 538,01
	5 516 197,02	5 669 745,85
Passivo corrente		
Fornecedores	759 725,12	863 631,02
Estado e outros entes públicos	2 966 937,56	1 660 027,85
Outras dívidas a pagar	18 248 028,86	10 467 105,44
Diferimentos	23 750,26	20 000,26
	21 998 441,80	13 010 764,57
Total do passivo	27 514 638,82	18 680 510,42
Total do capital próprio e do passivo	52 496 498,17	39 279 226,07

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

Demonstração dos Resultados por Naturezas dos períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

Rendimentos e Gastos	Unidade: Euros	
	30-09-2021	30-09-2020
Vendas e serviços prestados	21 855 633,40	19 081 724,52
Subsídios à exploração	42 436,22	83 013,76
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(258 711,82)	(314 744,23)
Fornecimentos e serviços externos	(6 277 430,16)	(5 865 753,76)
Gastos com o pessoal	(9 471 568,07)	(9 365 799,44)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-	-
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	122 915,63	8 475,69
Provisões (aumentos/reduções)	-	-
Outros rendimentos	1 587 387,54	1 499 972,56
Outros gastos	(1 057 231,70)	(1 054 751,56)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	6 543 431,04	4 072 137,54
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(2 709 559,80)	(2 572 597,99)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	3 833 871,24	1 499 539,55
Juros e rendimentos similares obtidos	6 275,29	2 996,53
Juros e gastos similares suportados	(6 479,98)	(6 072,77)
Resultado antes de impostos	3 833 666,55	1 496 463,31
Impostos sobre o rendimento do período	(57 119,92)	(84 954,29)
Resultado líquido do período	3 776 546,63	1 411 509,02

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração




Demonstração das Alterações no Capital Próprio no período findo em 30 de setembro de 2021

Unidade: Euros

Descrição	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações de capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Posição no início do período 2021	8 528 400,00	682 434,25	3 271 863,60	6 965 289,49	1 150 728,31	20 598 715,65
Alterações no Período						
Integração de responsabilidades - IPTM				37 697,22		37 697,22
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						
Resultado do exercício anterior		230 145,66	920 582,65		(1 150 728,31)	
Subsídios ao Investimento				88 903,05		88 903,05
Subsídios ao Investimento - Ajustamentos				(20 003,20)		(20 003,20)
Realizações de capital	500 000,00					500 000,00
Ganhos Atuariais						
	<u>500 000,00</u>	<u>230 145,66</u>	<u>920 582,65</u>	<u>106 597,07</u>	<u>(1 150 728,31)</u>	<u>606 597,07</u>
Resultado Líquido do Exercício					3 776 546,63	3 776 546,63
Resultado Integral	<u>500 000,00</u>	<u>230 145,66</u>	<u>920 582,65</u>	<u>106 597,07</u>	<u>2 625 818,32</u>	<u>4 383 143,70</u>
Posição em 30 de setembro de 2021	<u>9 028 400,00</u>	<u>912 579,91</u>	<u>4 192 446,25</u>	<u>7 071 886,56</u>	<u>3 776 546,63</u>	<u>24 981 859,35</u>

Demonstração das Alterações no Capital Próprio no exercício findo em 31 de dezembro de 2020

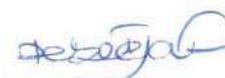
Unidade: Euros

Descrição	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações de capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Posição no início do período 2020	8 528 400,00	257 041,91	1 703 342,26	4 951 606,12	2 126 961,68	17 567 351,97
Alterações no Período						
Integração de saldos de clientes - IPTM				81 454,79		81 454,79
Integração de patrimônio - IPTM				2,00		2,00
Integração de responsabilidades - IPTM			(133 048,00)	122 313,10		(10 734,90)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						
Resultado do exercício anterior		425 392,34	1 701 569,34		(2 126 961,68)	
Subsídios ao Investimento				2 473 612,24		2 473 612,24
Subsídios ao Investimento - Ajustamentos				(556 562,76)		(556 562,76)
Ganhos Atuariais				(107 136,00)		(107 136,00)
	<u>-</u>	<u>425 392,34</u>	<u>1 568 521,34</u>	<u>2 013 683,37</u>	<u>(2 126 961,68)</u>	<u>1 880 635,37</u>
Resultado Líquido do Exercício					1 150 728,31	1 150 728,31
Resultado Integral	<u>-</u>	<u>425 392,34</u>	<u>1 568 521,34</u>	<u>2 013 683,37</u>	<u>(976 233,37)</u>	<u>3 031 363,68</u>
Posição no fim do período 2020	<u>8 528 400,00</u>	<u>682 434,25</u>	<u>3 271 863,60</u>	<u>6 965 289,49</u>	<u>1 150 728,31</u>	<u>20 598 715,65</u>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos períodos findos em 30 de setembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2020				
	NOTAS	01-01-2021 a 30-09-2021	01-01-2020 a 31-12-2020	Unidade: Euros 01-01-2020 a 30-09-2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto				
Recebimentos de clientes		28 731 868,12	30 735 798,32	25 660 807,83
Pagamentos a fornecedores		(8 599 990,77)	(10 958 315,46)	(7 936 898,11)
Pagamentos ao pessoal		(9 274 322,43)	(13 109 190,13)	(9 357 603,93)
		10 857 554,92	6 668 292,73	8 366 305,79
		60 282,13	(853 384,59)	(766 468,59)
		(2 155 243,94)	(2 455 717,05)	(1 943 295,11)
		8 762 593,11	3 359 191,09	5 656 542,09
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		(4 579 933,13)	(6 550 390,43)	(4 601 659,31)
Ativos intangíveis		(4 305,00)	(5 313,60)	(5 313,60)
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis				-
Subsídios ao investimento	14	931 799,42	2 380 690,94	1 712 698,12
Dividendos				-
		(3 652 438,56)	(4 175 013,09)	(2 894 274,79)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos				
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio				
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		500 000,00	-	-
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos				
Juros e gastos similares		(5 375,87)	(16 958,63)	(14 936,24)
Outras operações de financiamento				
		494 624,13	(16 958,63)	(14 936,24)
Variações de caixa e seus equivalentes		5 604 778,68	(832 780,63)	2 747 331,06
Efeito das taxas de câmbio		-	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		5 897 989,66	6 730 770,29	6 730 770,29
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	11 502 768,34	5 897 989,66	9 478 101,35

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração




Notas explicativas ao Balanço em 30 de setembro de 2021 e à Demonstração dos resultados do período findo naquela data

(Montantes expressos em Euros)

1 – Nota introdutória

A Docapesca – Portos e Lotas, S.A. (“Empresa” ou “Docapesca”) é uma sociedade anónima, do Setor Empresarial do Estado, com sede em Lisboa e que, nos termos do Decreto-lei nº 107/90 de 27 de março, tem a seu cargo no continente português o serviço público de prestação de serviços de Primeira Venda de Pescado, bem como o apoio ao Setor da Pesca. A empresa tem como atividade principal a exploração de portos de pesca e lotas, em regime de concessão ou outro, a prestação de serviços de primeira venda de pescado, a exploração de infraestruturas de apoio a utentes, a produção de gelo e frio, bem como quaisquer outras atividades conexas.

Nos termos conjugados com o Decreto-Lei n.º 81/2005 de 20 de abril, tem a Empresa a seu cargo assegurar a efetivação da Primeira Venda em Lota de todo o pescado fresco descarregado em portos do continente – salvaguardando o interesse público e assegurando a satisfação de necessidades impreteríveis da população – bem como o exercício de atividades complementares.

No âmbito das suas atribuições, a Docapesca é um prestador de serviços aos armadores e compradores de pescado, disponibilizando as infraestruturas necessárias (lotas) para a descarga dos barcos de pesca (receção de pescado), para a venda (efetuada por leilão ou por contrato de abastecimento) e para entrega aos compradores do pescado transacionado.

Em cumprimento da legislação vigente (Decreto-Lei n.º 81/2005 de 20 de abril e Portaria n.º 9/89 de 4 de janeiro) a empresa procede à retenção de receitas públicas e à prestação de serviços institucionais, retendo – e entregando posteriormente à Autoridade Tributária – o IVA devido pelos comerciantes na compra de pescado (mais de 9 milhões de Euros por ano) e cativando, mediante descontos efetuados ao valor das vendas das embarcações de pesca local e costeira, as contribuições dos armadores/pescadores para a Segurança Social.

A Docapesca assegura, ainda, o pagamento aos armadores/compradores de pescado vendido em lota, assumindo por sua conta e risco a cobrança aos comerciantes, independentemente da sua efetiva realização, comerciantes estes a quem é permitida, de acordo com a legislação vigente (Portaria n.º 9/89 de 4 de janeiro), a aquisição de pescado a crédito.

Sendo a Primeira Venda em Lota de pescado fresco obrigatória em termos legais, sobre a mesma incidem taxas – de Primeira Venda, por serviços prestados e de registo – também fixadas legalmente (Decreto-Lei n.º 81/2005, de 20 de abril, Portaria n.º 251/2008, de 4 de abril, Portaria n.º 495/2008, de 23 de julho, Portaria n.º 197/2006, de 23 de fevereiro, Portaria n.º 247/2010, de 3 de maio, e a Portaria n.º 36/2019, de 28 de janeiro) e que constituem receitas da Docapesca, que funciona como entidade reguladora, não comprando nem vendendo pescado.

A Primeira Venda de Pescado em Lota pode ser efetuada pelo sistema de leilão ou através de contratos de abastecimento: o sistema de leilão processa-se por contagem decrescente, sendo o pescado oferecido a uma multiplicidade de potenciais compradores, enquanto o contrato de abastecimento estabelece para o comprador um preço fixo durante um certo tempo, garantindo ao armador o escoamento do seu produto ao preço contratado.

No âmbito da *Estratégia Nacional para o Mar 2013 – 2020* e com o objetivo de racionalizar e criar maior eficiência na gestão dos portos de pesca e marinas de recreio do território continental, a Docapesca, empresa na dependência do Ministério da Agricultura e do Mar, assumiu, a partir de 4 de fevereiro de 2014, com a publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014 de 3 de fevereiro, a administração daquelas infraestruturas portuárias, com todos os direitos, obrigações e posições jurídicas que se encontram afetos ao exercício das funções transferidas.

Com a entrada em vigor do citado diploma, a Docapesca sucedeu ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, Instituto Público (IPTM, IP) nas funções de autoridade portuária nos portos de pesca e nas marinas e portos de recreio que se encontravam sob jurisdição daquele Instituto, reforçando a sua responsabilidade e enquadramento como entidade gestora dos portos de pesca.

O processo de integração do IPTM encontra-se em curso em 30 de setembro de 2021.

Foi efetuada entre 2016 e 2020 a integração dos bens patrimoniais relativos às viaturas, embarcações e equipamentos de movimentação portuária.

Não foi efetuada até ao final do terceiro trimestre do exercício de 2021 a integração dos restantes bens patrimoniais e dominiais do IPTM, IP na Docapesca. Nos termos do art. 15.º do Decreto-Lei n.º 16/2014 de 3 de fevereiro, seria promovida pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) a avaliação dos mesmos no prazo de 18 meses a contar da data de publicação do citado diploma.

Em 13 de setembro de 2017, a Docapesca enviou à Direção-Geral do Tesouro e Finanças um ofício, em que solicitava a adoção urgente das diligências tendentes à avaliação do património que transitou do IPTM, I.P. A Secretaria de Estado das Pescas reforçou, em outubro de 2017, esse pedido junto da DGTF.

No seguimento deste pedido de avaliação e da sua sequência processual, a Docapesca disponibilizou um conjunto de documentação contendo as plantas e localização, os registos no SIIE e as cadernetas prediais existentes, referentes ao património transferido para a Docapesca de acordo com os artigos 3º e 4º do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro.

Em 12 de dezembro de 2018, a DGTF propôs que fosse apresentada uma proposta, no sentido de ser transmitida uma orientação formal do acionista, para que seja a própria Docapesca a providenciar os procedimentos necessários para realizar a avaliação dos ativos do ex-IPTM já identificados, para a qual a Docapesca declara que se encontram reunidas as condições para que possa desencadear o processo de contratação pública com o objetivo de obter a avaliação dos referidos ativos.

Nestes termos, e por indicação da DGTF, a Docapesca pretendia dar início ao processo de avaliação dos bens em apreço, estando previsto o lançamento de um conjunto de procedimentos por concurso para a avaliação patrimonial.

Contudo, no âmbito do processo de descentralização (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, Lei-Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais), está concluído o processo negocial com os municípios de Peniche, Cascais, Faro e Olhão, com vista à transferência de ativos e competências atualmente na área de jurisdição da Docapesca, sendo que a representante do Senhor Ministro de Estado e das Finanças neste processo referiu “que não se mostra necessário proceder à avaliação patrimonial das áreas a transferir...”. Nos casos de Peniche, Faro e Olhão, já houve aprovação das respetivas Assembleias Municipais, aguardando apenas homologação do Ministério do Mar. No caso de Cascais, verificou-se nada haver a transferir.

Para além dos quatro municípios atrás identificados, foram também já finalizados os processos negociais com os municípios de Lagos e Nazaré, e com o município de Tavira, o qual foi já finalizado em 2021.

Aguarda-se início dos processos negociais com todos os restantes municípios envolvidos na transferência de competências da Docapesca, tal como decorre da lei em vigor.

Em relação aos saldos de fornecedores, a integração foi efetuada através do reconhecimento dos fornecimentos ainda em dívida e do seu pagamento pela Docapesca.

Em relação aos saldos de clientes, procedeu-se à integração, durante os exercícios de 2015 e seguintes, dos saldos correspondentes aos recebimentos registados na tesouraria da Docapesca referentes à faturação em dívida no sistema informático de gestão de faturação e contas correntes do IPTM, IP (denominado SIGPOR), continuando os saldos por cobrar a aguardar a integração.

A Docapesca é detida a 100% pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

2 - Caixa e seus equivalentes

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a rubrica de caixa e seus equivalentes detalha-se conforme se segue:

	30-09-2021	31-12-2020
Numerário	53 803,76	30 815,26
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
- Banca comercial	399 593,27	488 382,44
- IGCP	11 049 201,39	5 378 791,96
	11 502 598,42	5 897 989,66

São preparadas diariamente folhas de caixa em todas as tesourarias - delegações e serviços centrais. As folhas de caixa relativas ao último dia útil de cada mês são enviadas para os serviços centrais, e devidamente conferidas com os movimentos registados em SAP. Este procedimento foi realizado para o período em análise.

Ao valor de caixa a 30 de setembro de 2021 foi deduzido o montante de 145.231,22 Euros (acrescidos à rubrica “Outros créditos a receber”), relativos a cheques em carteira, tendo os mesmos sido depositados no dia útil seguinte (1 de outubro).

Em 30 de setembro de 2021 o detalhe dos depósitos bancários imediatamente mobilizáveis por delegações/lotas e natureza é o seguinte:

Delegação	Total	Banca Comercial	IGCP
Matosinhos	276 690,90	276 690,90	-
Aveiro	20 714,85	20 714,85	-
Figueira da Foz	56,12	56,12	-
Nazaré	-	-	-
Peniche	4 965,31	4 965,31	-
Sede	11 098 585,80	49 384,41	11 049 201,39
Sesimbra	-	-	-
Setúbal	-	-	-
Sines	9 264,21	9 264,21	-
Sagres	2 147,65	2 147,65	-
Portimão	25 893,78	25 893,78	-
Olhão	-	-	-
Tavira	533,05	533,05	-
Vila Real de Santo António	9 942,99	9 942,99	-
	<u>11 448 794,66</u>	<u>399 593,27</u>	<u>11 049 201,39</u>

As reconciliações bancárias são efetuadas diariamente.

3 – Ativos fixos tangíveis

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

30-09-2021							
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos							
Saldo inicial	59 185 613,11	15 891 014,59	605 506,18	3 967 152,99	1 734 348,63	4 727 921,04	86 111 556,54
Aquisições	1 195 209,70	218 543,34	60 713,00	71 116,18	149 777,48	1 859 809,75	3 555 169,45
Alienações	-	-	-	(3 861,70)	-	-	(3 861,70)
Transferências	855 359,77	25 264,87	-	15 370,86	11,46	(896 006,96)	-
Abates	(292 639,80)	(345 107,06)	-	(146 532,14)	(25 998,06)	(132,80)	(810 409,86)
Saldo final	60 943 542,78	15 789 715,74	666 219,18	3 903 246,19	1 858 139,51	5 691 591,03	88 852 454,43
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	43 923 024,82	13 544 364,09	419 109,43	3 519 705,87	1 265 274,08	-	62 671 478,29
Depreciações do exercício	1 845 102,27	500 288,06	26 495,54	141 483,66	172 597,46	-	2 685 966,99
Alienações	-	-	-	(3 014,68)	-	-	(3 014,68)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Abates	(283 451,11)	(343 405,30)	-	(144 939,96)	(25 365,30)	-	(797 161,67)
Saldo final	45 484 675,98	13 701 246,85	445 604,97	3 513 234,89	1 412 506,24	-	64 557 268,93
Ativos líquidos	15 458 866,80	2 088 468,89	220 614,21	390 011,30	445 633,27	5 691 591,03	24 295 185,50

31-12-2020							
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos							
Saldo inicial	54 415 233,42	15 812 364,31	559 588,82	3 904 249,69	1 645 850,08	3 811 314,90	80 148 601,22
Aquisições	3 179 666,41	389 592,31	45 918,36	290 801,38	312 211,34	2 868 486,06	7 086 675,86
Alienações	(8 188,83)	(1,00)	-	(1,00)	(1,00)	-	(8 191,83)
Transferências	2 050 117,36	58 896,95	-	7 532,94	13 569,82	(2 216 815,10)	(86 698,03)
Abates	(451 215,25)	(369 837,98)	(1,00)	(235 430,02)	(237 281,61)	(112,85)	(1 293 878,71)
Saldo final	59 185 613,11	15 891 014,59	605 506,18	3 967 152,99	1 734 348,63	4 462 873,01	85 846 508,51
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	42 128 954,75	13 210 032,51	395 113,87	3 577 355,22	1 177 358,85	-	60 488 815,20
Depreciações do exercício	2 250 986,18	694 374,63	23 996,56	177 675,67	277 456,11	-	3 424 489,15
Alienações	(8 188,83)	(1,00)	-	-	-	-	(8 189,83)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Abates	(448 727,28)	(360 042,05)	(1,00)	(235 325,02)	(189 540,88)	-	(1 233 636,23)
Saldo final	43 923 024,82	13 544 364,09	419 109,43	3 519 705,87	1 265 274,08	-	62 671 478,29
Ativos líquidos	15 262 588,29	2 346 650,50	186 396,75	447 447,12	469 074,55	4 462 873,01	23 175 030,22

No decurso do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, as principais aquisições de ativos fixos tangíveis foram registadas na rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso”, sendo as mais relevantes a reabilitação da defesa aderente da marginal de Vila do Conde (335.000,00 Euros), a reabilitação e reapetrechamento da ponte cais 2 do porto de pesca de Aveiro (103.000 Euros), o parque de apoio aos armadores em Lagos (167.000,00 Euros), a reabilitação do cais de descarga da lota de Olhão (232.000,00 Euros), a reabilitação do pavimento dos arruamentos do porto de pesca de Olhão (97.500,00 Euros), a construção do parque fotovoltaico de Portimão (160.000,00 Euros) e a requalificação do edifício da lota de Fuzeta (181.000 Euros).

Ativos fixos tangíveis implantados em terrenos de domínio público

A maioria das instalações utilizadas pela Docapesca está implantada em terrenos que pertencem ao Domínio Público, tendo a Docapesca celebrado contratos de concessão com as Administrações dos Portos do Douro e Leixões (Matosinhos), Porto de Sines, Portos de Setúbal e Sesimbra e Portos de Viana do Castelo, Aveiro e Figueira da Foz.

Com as novas atribuições, ficaram afetos à Docapesca os bens do domínio público e do domínio privado do Estado, bem como todos os bens imóveis edificados pelo IPTM, na área de jurisdição identificada no Decreto-Lei n.º 16/2014 (artigo 6.º) e listados na Portaria n.º 182/2015, de 22 de junho.

As instalações do entreposto frigorífico de Peniche estão implantadas em terrenos pertencentes à Câmara Municipal de Peniche, detendo a Docapesca um direito de superfície.

Vidas úteis e depreciação

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método da linha reta durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Bem	Anos
Edifícios e outras construções	3 a 25
Equipamento básico	1 a 15
Equipamento de transporte	1 a 8
Equipamento administrativo	1 a 12
Outros ativos fixos	1 a 12

As depreciações de ativos fixos tangíveis reconhecidas no período, no montante de 2.685.966,99 Euros, foram registadas na rubrica de “Gastos de depreciação e amortização”.

4 - Ativos intangíveis

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

30-09-2021

	Programas computador	Propriedade industrial	Intangíveis em curso	Total
Ativos				
Saldo inicial	288 198,81	1 214 261,70	265 048,03	1 502 460,51
Aquisições	3 500,00	-	-	3 500,00
Transferências e abates	-	-	(265 048,03)	-
Saldo final	291 698,81	1 214 261,70	-	1 505 960,51
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	258 384,53	1 213 639,39	-	1 472 023,92
Depreciações do exercício	23 592,81	-	-	23 592,81
Transferências e abates	-	-	-	-
Saldo final	281 977,34	1 213 639,39	-	1 495 616,73
Ativos líquidos	9 721,47	622,31	-	10 343,78

31-12-2020

	Programas computador	Propriedade industrial	Intangíveis em curso	Total
Ativos				
Saldo inicial	288 198,81	1 214 261,70	178 350,00	1 680 810,51
Aquisições	-	-	-	-
Transferências	-	-	86 698,03	86 698,03
Abates	-	-	-	-
Saldo final	288 198,81	1 214 261,70	265 048,03	1 767 508,54
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	218 480,03	1 199 602,53	-	1 418 082,56
Depreciações do exercício	39 904,50	14 036,86	-	53 941,36
Transferências	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-
Saldo final	258 384,53	1 213 639,39	-	1 472 023,92
Ativos líquidos	29 814,28	622,31	265 048,03	295 484,62

As amortizações de ativos intangíveis reconhecidas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, no montante de 23.592,81 Euros, foram registadas na rubrica de “Gastos de depreciação e amortização”.

Vidas úteis

A todos os ativos intangíveis foi atribuída vida útil finita, tendo as amortizações sido calculadas de acordo com vidas úteis estimadas entre os 3 e os 6 anos.

Não foi efetuada até ao final do terceiro trimestre de 2021 a integração de bens patrimoniais e dominiais do IPTM, IP na Docapesca.

5 – Impostos sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto

quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2017 a 2020 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Em 30 de setembro de 2021, a Empresa não efetuou qualquer estimativa de imposto sobre o rendimento do exercício relativo ao período findo naquela data, tendo, no entanto, procedido aos ajustamentos dos impostos diferidos ativos e à estimativa mensal da Tributação Autónoma.

Impostos diferidos

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos no período findo em 30 de setembro de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi como segue:

	30-09-2021		31-12-2020	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	584 344,86	-	649 380,80	-
Subsídios reconhecidos no ano				
Provisão para Processos Judiciais				
Anulação			-	
Plano de Benefícios de Reforma				
Constituição	-	-	-	-
Utilização	(39 049,21)	-	(65 035,94)	-
	(39 049,21)	-	(65 035,94)	-
Saldo final	545 295,65	-	584 344,86	-

6 - Inventários

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	30-09-2021			31-12-2020		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	85 228,00	(39 451,04)	45 776,96	85 150,61	(39 451,04)	45 699,57
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	103 388,78	(16 204,14)	87 184,64	64 377,55	(16 204,14)	48 173,41
Produtos acabados e intermédios	3 017,89	-	3 017,89	3 017,89	-	3 017,89
	191 634,67	(55 655,18)	135 979,49	152 546,05	(55 655,18)	96 890,87

7 – Ativos Financeiros

Outros créditos a receber

Em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	30-09-2021			31-12-2020		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Correntes:						
Outros devedores						
Compradores - guias	10 969 294,31	-	10 969 294,31	3 976 044,24	-	3 976 044,24
Devedores duvidosos	2 781 314,70	(2 781 314,70)	-	2 795 273,63	(2 795 273,63)	-
Devedores diversos	1 049 530,12	(10 000,00)	1 039 530,12	930 887,58	(10 000,00)	920 887,58
Subsídios à Exploração a receber (nota 14)	-	-	-	180 694,46	-	180 694,46
Outros	81 745,78	(6 087,40)	75 658,38	69 689,20	(6 087,40)	63 601,80
	<u>14 881 884,91</u>	<u>(2 797 402,10)</u>	<u>12 084 482,81</u>	<u>7 952 589,11</u>	<u>(2 811 361,03)</u>	<u>5 141 228,08</u>
Acréscimos de proventos						
Outros	95 409,51	-	95 409,51	232 932,09	-	232 932,09
	<u>95 409,51</u>	<u>-</u>	<u>95 409,51</u>	<u>232 932,09</u>	<u>-</u>	<u>232 932,09</u>
	<u>14 977 294,42</u>	<u>(2 797 402,10)</u>	<u>12 179 892,32</u>	<u>8 185 521,20</u>	<u>(2 811 361,03)</u>	<u>5 374 160,17</u>

Durante o exercício de 2021 não foram constituídas novas imparidades.

8 - Diferimentos

Em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 as rubricas do ativo e passivo correntes “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	30-09-2021	31-12-2020
Diferimentos ativos		
Dragagens - Aveiro	24 574,95	18 474,95
Seguros diversos	7 423,17	79 918,71
Seguros de acidentes de trabalho	16 710,32	-
Manutenção de licenças (Softw are)	9 841,31	30 694,60
Renda do Edifício da Sede	21 525,16	21 525,16
Assinalamento marítimo	-	-
Manutenção de equipamento informático	22 242,05	-
Diversos custos diferidos	1 803,93	7 169,56
	<u>104 120,89</u>	<u>157 782,98</u>
Diferimentos passivos		
Débito juros a receber	8 750,26	8 750,26
Ced.Explor. Entrepasto Frigorífico Peniche	15 000,00	11 250,00
Dominial - anual	-	-
Diversos ganhos	-	2 336,00
	<u>23 750,26</u>	<u>22 336,26</u>

9 – Instrumentos de Capital Próprio

Em 30 de setembro de 2021 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 1.805.680 ações no valor nominal de 5,00 Euros cada. O capital social é detido a 100% pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

Aumento de Capital

Considerando o artigo sétimo e o ponto 144 do anexo I (mapa de alterações e transferências orçamentais) da Lei do Orçamento de Estado para 2021, do qual resulta a transferência de verbas do Ministério das Finanças para a Docapesca, no montante de 500.000,00 euros, destinada à construção do porto de pesca da Trafaria, e na sequência da Deliberação Social Unânime por Escrito de 17 de junho de 2021, o Conselho de Administração deliberou dar cumprimento à vontade expressa do acionista Estado, assumindo a transferência o caráter de aumento do capital social da Docapesca, no montante referido, correspondendo de 100.000 ações, no valor de 5,00 Euros cada, subscritas e realizadas pelo Estado em numerário, a utilizar especificamente para o financiamento do investimento indicado.

Reserva legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 10% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

10 – Subsídios relativos a projetos cofinanciados

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 a Empresa recebeu o montante de 931.799,42 Euros em subsídios ao investimento.

O ganho do período relativamente ao reconhecimento de subsídios, no montante de 842.896,37 Euros, foi registado na demonstração dos resultados na rubrica “Outros rendimentos”.

No mesmo período foram recebidos 39.972,61 Euros, a título de subsídios à exploração, relativos a dois projetos de divulgação.

A Docapesca reconheceu, em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, ajustamentos aos subsídios recebidos, no montante de 1.925.541,21 Euros e 1.905.538,01 Euros, respetivamente, os quais se encontram registados na rubrica “Outras dívidas a pagar”.

11 – Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes

O movimento ocorrido nas contas de provisões no período findo em 30 de setembro de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi como segue:

30-09-2021						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências / Regularizações	Saldo final
Para compromissos assumidos - IPTM	63 282,25	-	-	-	-	63 282,25
Para processo judicial - APVC	96 725,56	-	-	-	-	96 725,56
Para processo judicial - San Jose	290 000,00	-	-	-	-	290 000,00
Para processo judicial - Grupo Lena	238 042,83	-	-	-	-	238 042,83
Para riscos e encargos - Travel Lift - Portimão	54 004,80	-	-	-	-	54 004,80
Para imposto municipal sobre imóveis	348 375,00	-	-	-	-	348 375,00
Para impugnação de taxas cobradas	76 689,13	-	-	-	-	76 689,13
	1 167 119,57	-	-	-	-	1 167 119,57

31-12-2020						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências / Regularizações	Saldo final
Para compromissos assumidos - IPTM	63 282,25	-	-	-	-	63 282,25
Para processo judicial - APVC	96 725,56	-	-	-	-	96 725,56
Para processo judicial - San Jose	290 000,00	-	-	-	-	290 000,00
Para processo judicial - Grupo Lena	238 042,83	-	-	-	-	238 042,83
Para riscos e encargos - Travel Lift - Portimão	54 004,80	-	-	-	-	54 004,80
Para imposto municipal sobre imóveis	348 375,00	-	-	-	-	348 375,00
Para impugnação de taxas cobradas	-	76 689,13	-	-	-	76 689,13
	1 090 430,44	76 689,13	-	-	-	1 167 119,57

12 – Benefícios dos empregados

A Empresa assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados as prestações pecuniárias para os seguintes benefícios:

- Pensões de reforma por velhice ou invalidez;
- Prémio de reforma por velhice ou invalidez;
- Subsídio por morte;
- Pensão de sobrevivência.

O plano de benefícios definidos da Docapesca está dividido em duas partes, havendo um fundo constituído, gerido por uma entidade gestora de fundos de pensões, para a cobertura parcial dos complementos de pensão de reforma por velhice ou invalidez; as restantes responsabilidades estão a cargo da própria Empresa.

Breve descrição do plano de benefícios definidos:

PENSÕES DE REFORMA

Elegibilidade: todos os Trabalhadores da Empresa admitidos até 30 de junho de 2001.

Idade normal de reforma: 65 anos para os homens e para as mulheres.

Número de pagamentos: 13 vezes ao ano.

A Docapesca revogou a disposição que atribuía o 14.º mês aos beneficiários dos complementos de pensão, com efeito a partir do ano de 2012.

Salário pensionável líquido: último salário mensal recebido no ativo, excluindo as remunerações de caráter variável, líquido de TSU e IRS.

Pensão de reforma por velhice ou invalidez

$$PD = B \times SPL - PSS - PF$$

$$\text{Max PD} = SPB - PSS$$

Em que: PD = pensão de reforma mensal DOCAPESCA
 SPL = salário pensionável líquido
 PSS = pensão mensal a cargo da Segurança Social
 PF = pensão a cargo do Fundo de Pensões
 SPB = salário pensionável bruto
 B = % benefício em função dos anos de serviço (tabela I)

Antiguidade	% de benefício
>= 30	100%
>= 25 e < 30	90%
>= 20 e < 25	80%
< 20	75%

Atualização das pensões: O valor da pensão é recalculado anualmente (para pensões cujo valor na data da reforma é superior a zero), tendo por base a pensão da Segurança Social e o salário líquido que o reformado receberia se estivesse no ativo. Com esta atualização não poderá ser excedido o salário pensionável bruto auferido à data da reforma.

- **Fundo de Pensões da Docapesca**

Uma parcela das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência deverá ser suportada pelo Fundo de Pensões da Docapesca, tendo por base o atual clausulado do Contrato Constitutivo.

Salário pensionável líquido: último salário mensal recebido no ativo, excluindo as remunerações de caráter variável, líquido de TSU e IRS.

Pensão de reforma por velhice ou invalidez:

$$PF = B \times SPL - PSS$$

$$\text{Max PF} = 100 \text{ €}$$

Em que: PF = Pensão de reforma mensal a cargo do Fundo
 SPL = Salário pensionável líquido
 PSS = Calculada de acordo com o regime em vigor em 1993

Sobre os quais incidiram as contribuições para a Segurança Social.

N = anos de serviço com descontos para a Segurança Social

B = % benefício em função dos anos de serviço (Tabela I)

Número de pagamentos: 13 vezes ao ano.

Prémio de Reforma

Os trabalhadores que passem à situação de reforma por velhice ou invalidez ao serviço da Docapesca têm direito a um prémio calculado da seguinte forma:

Número de anos de serviço (N)	Prémio de Velhice	Prémio de Invalidez
N < 20	1 x salário mensal	---
20 <= 25 N < 25	2 x salário mensal	1 x salário mensal
25 <= 25 N < 30	3 x salário mensal	1 x salário mensal
30 <= 25 N < 35	6 x salário mensal	2 x salário mensal
35 < N	6 x salário mensal	3 x salário mensal

Idade normal de reforma: 65 anos para as mulheres e para os homens.

Salário mensal: último salário líquido mensal recebido no ativo, excluindo remunerações de carácter variável (RIM).

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes aos prémios de reforma atribuíveis de 2011 a 2016.

Subsídio por Morte

Em caso de morte do Trabalhador no ativo, ou na situação de reformado, a Docapesca pagará aos seus herdeiros o seguinte valor:

Morte no ativo	3 X salário mensal
Morte na reforma	3 X complemento mensal

O subsídio será atribuído pela seguinte ordem de prioridades a:

- Cônjuge sobrevivente, não separado judicialmente de pessoas e bens;
- Pessoa que viva com o trabalhador em situação análoga à de cônjuge, nos termos do art. 2020.º do Código Civil;
- Filhos ou equiparados com direito ao Abono de Família.

Salário mensal: último salário líquido mensal recebido no ativo, excluindo remunerações de carácter variável (RIM).

Complemento mensal: último complemento de reforma mensal recebido pelo falecido, pago pela Empresa ou pelo Fundo.

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes aos subsídios por morte atribuíveis de 2011 a 2016.

Pensões de Sobrevivência

Em caso de morte do Trabalhador no ativo, a Docapesca pagará uma pensão de sobrevivência aos filhos do Trabalhador, nas seguintes condições:

- Filhos menores
- Filhos até atingirem os 20 anos de idade

O valor da pensão de sobrevivência será equivalente ao salário mínimo da Empresa e será distribuído da seguinte forma:

Número de filhos	Benefício
1 filho	35% x salário mínimo da empresa
2 filhos	55% x salário mínimo da empresa
3 ou mais filhos	75% x salário mínimo da empresa

Número de pagamentos: 12 vezes ao ano.

Atualização das pensões: de acordo com a revisão anual da tabela salarial.

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes às pensões de sobrevivência atribuíveis de 2011 a 2016.

Plano de Pensões

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada em dezembro de 2020 pelo BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA. O valor presente da obrigação de benefícios definidos e o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes, no pressuposto “Cenário de financiamento”:

	2020	2019
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de desconto	0,70%	2,20%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes, no pressuposto “Cenário contabilístico”:

	2020	2019
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de desconto	0,00%	0,13%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 o movimento ocorrido nas responsabilidades por benefícios pós-emprego e provisões para fazer face a estas responsabilidades, são como segue:

	30-09-2021			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções / Utilizações	Saldo final
Responsabilidade / Provisões para benefícios pós-emprego	2 597 088,27	25 962,41	199 514,44	2 423 536,24
	<u>2 597 088,27</u>	<u>25 962,41</u>	<u>199 514,44</u>	<u>2 423 536,24</u>

13 - Passivos Financeiros

Em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de Fornecedores apresentava a seguinte composição:

	30-09-2021	31-12-2020
Fornecedores, conta corrente	754 839,93	841 370,01
Fornecedores - retenções	3 804,22	21 395,14
Fornecedores, fat. em recepção e conferência	1 080,97	865,87
	<u>759 725,12</u>	<u>863 631,02</u>

À data de fecho do terceiro trimestre de 2021, não existiam dívidas em pagamento com prazo superior a 90 dias.

14 – Outras contas a pagar

Em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 as rubricas “Outras contas a pagar”, corrente e não corrente, apresentavam a seguinte composição:

	30-09-2021	31-12-2020
Outras dívidas a pagar (não corrente)	1 925 541,21	1 905 538,01
Ajustamentos a subsídios	1 925 541,21	1 905 538,01
Outras dívidas a pagar (corrente)	18 248 028,86	10 467 105,44
Cativações a armadores	4 216 648,89	2 113 624,45
Cauções	2 388 189,94	2 250 438,90
Armadores - marés	5 180 231,62	773 833,52
Reserva pessoal dos armadores	2 288 458,63	982 556,38
Armadores - Segurança Social	6 261,08	6 261,08
Fornecedores de investimento	494 289,84	1 233 559,12
IFAP - Subsídios processados em excesso	91 825,81	95 024,50
APA - acordo a recuperar com dragagens	550 662,57	550 662,57
Subsídio de Natal . Duodécimos	620 841,51	-
Outros	429 724,96	421 410,40
Acréscimos de gastos		
- Férias a liquidar	1 167 565,52	1 488 735,50
- Água	89 345,14	48 671,95
- Electricidade	126 061,88	149 450,04
- Descontos em Serviços da Lota	13 597,37	10 729,60
- Imposto Municipal sobre Imóveis	8 821,40	29 356,92
- Transporte de Pescado	251 079,58	6 448,04
- Outros	324 423,12	306 342,47

Em 30 de setembro de 2021 a rubrica “Outras contas a pagar” correntes é composta, entre outros, pelas cativações efetuadas aos armadores e os montantes a pagar aos armadores (marés), nos montantes de 4.216.648,89 Euros e 5.180.231,62 Euros, respetivamente. Na rubrica “Cativações a armadores” a Empresa reconhece os montantes retidos aos armadores relativos aos seus encargos com a Segurança Social, descontados em Lota, os quais são posteriormente entregues por conta destes à Segurança Social.

A rubrica “Armadores – marés” diz respeito ao valor do pescado transacionado em lota e ainda não liquidado pela Docapesca aos armadores. O aumento desta rubrica deve-se essencialmente ao maior valor do pescado transacionado no mês de setembro de 2021 comparativamente ao apurado no mês de dezembro de 2020. O prazo de pagamento das Notas de Liquidação/marés é inferior a 7 dias.

15 – Estado e Outros Entes Públicos

Em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	30-09-2021		31-12-2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
IRC - Imposto Estimado	-	-	-	249 034,32
Imposto Estimado Derrama Municipal	-	-	-	17 788,17
Imposto Estimado Derrama Estadual	-	-	-	-
Pagamento adicional por conta	-	-	-	(33 666,00)
Pagamento por conta	-	(151 096,00)	-	(454 160,00)
Tributação autónoma a pagar	-	18 070,71	-	20 815,15
Retenção na Fonte - rendimentos capitais e prediais	-	1 750,25	388,11	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	122 581,06	-	134 518,92
Imposto sobre o valor acrescentado	-	2 711 225,30	-	1 462 826,37
Contribuições para a Segurança Social	-	254 785,55	-	262 870,92
Outros Impostos	-	9 620,69	-	-
	-	2 966 937,56	388,11	1 660 027,85

A variação na rubrica de Estado e outros entes públicos passivos deve-se, essencialmente, ao montante de IVA a pagar decorrente da sazonalidade das vendas.

16 - Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 é detalhado conforme se segue:

Vendas e Serviços Prestados

	30-09-2021	30-09-2020
Vendas:		
- Venda de gelo	1 012 849,04	844 478,72
- Venda de combustíveis	101 795,07	166 468,75
- Venda de aprestos de pesca	9 704,68	11 994,46
- Venda de lubrificantes	6 374,09	6 191,12
- Venda de baterias	1 373,76	1 230,02
- Venda de comandos	22 031,50	19 449,29
- Venda de embalagens	286,99	61,80
Outros serviços prestados:		
- Serviço de 1ª. Venda de pescado	14 670 800,18	12 069 064,84
- Serviços dos portos de pesca	3 781 446,66	3 580 195,63
- Gestão dominial	1 300 071,35	1 422 321,70
- Serviços de Náutica de Recreio e Marítimo-Turísticas	809 908,61	801 951,54
- Outros	138 991,47	158 316,65
	21 855 633,40	19 081 724,52

No decurso do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, as vendas e prestações de serviços aumentaram em relação ao período homólogo no montante de 2.773.908,88 Euros, devido essencialmente ao maior valor obtido na primeira venda de pescado.

17 – Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 é detalhada conforme se segue:

	30-09-2021	30-09-2020
Eletricidade	695 513,37	748 385,63
Limpeza, higiene e conforto	1 349 783,64	1 194 936,37
Conservação e reparação	691 446,61	806 708,54
Vigilância e segurança	1 090 648,45	1 094 892,25
Serviços de mão-de-obra externa	18 145,65	39 416,57
Água	300 804,23	224 324,10
Trabalhos especializados	449 673,00	422 332,31
Comunicação	91 811,05	90 488,57
Honorários	21 314,18	18 468,05
Rendas e alugueres	175 440,82	172 816,64
Serviços postos vendagem	774 747,47	551 949,25
Seguros	164 002,31	97 885,47
Publicidade e Propaganda	134 957,97	67 041,93
Participação em Feiras	1 495,54	47 074,04
Outros	317 645,87	289 034,04
	<u>6 277 430,16</u>	<u>5 865 753,76</u>

18 – Gastos com o Pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 é detalhada conforme se segue:

	30-09-2021	30-09-2020
Remunerações dos órgãos sociais	212 219,51	222 968,31
Remunerações do pessoal	7 240 262,99	7 038 602,46
Custo dos serviços correntes	13 000,00	26 250,00
Cessação de contratos de trabalho	40 000,00	112 500,00
Encargos sobre remunerações	1 665 939,02	1 640 281,04
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	73 256,49	71 556,51
Gastos de ação social	152 492,09	129 223,12
Gastos com formação	16 782,50	13 553,08
Outros	57 615,47	110 864,92
	<u>9 471 568,07</u>	<u>9 365 799,44</u>

19 - Depreciações

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 é conforme se segue:

	30-09-2021	30-09-2020
Ativos fixos tangíveis	2 685 966,99	2 528 172,60
Ativos Intangíveis	23 592,81	44 425,39
	<u>2 709 559,80</u>	<u>2 572 597,99</u>

20 – Outros Rendimentos

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 é conforme se segue:

	30-09-2021	30-09-2020
Rendimentos suplementares:		
Rendimentos suplementares		
- Energia elétrica	322 599,84	179 412,78
- Água	148 649,59	127 841,25
- Cedência de exploração	35 764,52	36 391,07
- Outros	170 585,78	145 447,30
Subsídios do Governo ao investimento	842 896,37	895 011,97
Outros	66 891,44	115 868,19
	<u>1 587 387,54</u>	<u>1 499 972,56</u>

O montante registado na rubrica de outros rendimentos suplementares está essencialmente relacionado com rendimentos provenientes da revenda de energia elétrica e água potável (líquidos dos respetivos gastos suportados pela empresa), bem como de água salgada, cedências de exploração dos entrepostos frigoríficos de Matosinhos e de Peniche e serviços de abastecimento de combustíveis.

21 – Outros gastos

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 é conforme se segue:

	30-09-2021	30-09-2020
Impostos e taxas	58 841,55	50 879,82
Cedência de exploração	20 570,55	18 945,48
Concessões de portos de pesca	834 691,16	792 024,16
Perdas em ativos fixos tangíveis	41 160,94	41 160,94
Perdas em inventários	3 249,12	3 249,12
Outros	98 718,38	165 627,47
	<u>1 057 231,70</u>	<u>1 071 886,99</u>

22 – Juros e rendimentos e gastos similares

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 são detalhados conforme se segue:

	30-09-2021		30-09-2020	
Juros suportados				
Financiamentos bancários	-		-	
Outros financiamentos	-		-	
Outros gastos de financiamento				
Comissões e encargos similares	2 364,36		2 440,69	
Garantias bancárias	4 115,62	6 479,98	3 632,08	6 072,77
		<u>6 479,98</u>		<u>6 072,77</u>

Os rendimentos e ganhos de financiamento reconhecidos no decurso dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 são detalhados conforme se segue:

	30-09-2021		30-09-2020	
Juros obtidos				
Depósitos - IGCP	-		-	
Juros de Mora	6 275,14		2 996,53	
Outros rendimentos similares	0,15	6 275,29	-	2 996,53
		<u>6 275,29</u>		<u>2 996,53</u>

23 – Responsabilidades contingentes

Tipo (1)	Descrição (2)	R&C 2020 (3)	Quantificável (4)	Probabilidade de ocorrência (5)	Montante (6)	Horizonte temporal (7)	Observações (8)
Garantias	Garantias bancárias prestadas a terceiros	Sim	Sim	Havendo cumprimento, a probabilidade é nula	160 000,00	n. a.	Fornecimentos
		Sim	Sim	Havendo cumprimento, a probabilidade é nula	200 000,00	n. a.	Cumprimento de Contratos
		Sim	Sim	Havendo cumprimento, a probabilidade é nula	109 152,26	n. a.	Autoridade Tributária
		Sim	Sim	Havendo cumprimento, a probabilidade é nula	31 657,21	n. a.	Cauções diversas

Lisboa, 27 de outubro de 2021

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração




Execução Orçamental

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	3
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 30 DE SETEMBRO DE 2021	4
1. IMPACTO DA PANDEMIA NA ATIVIDADE DA DOCAPESCA	4
COMPARAÇÃO COM O ORÇAMENTO APROVADO PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO A 18 DE SETEMBRO DE 2020	5
2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	5
RENDIMENTOS:.....	5
GASTOS:.....	8
GASTOS OPERACIONAIS DAS EMPRESAS DO SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO, ALÍNEAS B) E C), DO N.º 3, DO ART.º 158.º DO DECRETO-LEI N-º 84/2019	11
3. BALANÇO	13
4. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	14
5. INVESTIMENTO	15
6. PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS	18
7. RESULTADOS POR ÁREA DE NEGÓCIOS	19
8. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	23
9. INDICADORES FINANCEIROS E EVOLUÇÃO PARA O PERÍODO 2018 A 2021	26

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - RESULTADO ANTES DE IMPOSTO ACUMULADO A 30/09/2021.....	5
QUADRO 2 – RENDIMENTOS.....	5
QUADRO 3 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	6
QUADRO 4 – INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA DE PESCADO, POR DIREÇÕES	6
QUADRO 5 – GASTOS	8
QUADRO 6 – GASTOS COM O PESSOAL	9
QUADRO 7 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (FSE)	10
QUADRO 8 – GASTOS DA ALÍNEA B) E C), DO N.º 3, DO ART.º 158.º DO DECRETO-LEI N-º 84/2019.....	11
QUADRO 9 – SUBSÍDIOS RECEBIDOS.....	14
QUADRO 10 – INVESTIMENTOS	15
QUADRO 11 – INVESTIMENTOS CORRENTES	16
QUADRO 12 – INVESTIMENTOS ESPECÍFICOS	17
QUADRO 13 - VOLUME DE NEGÓCIOS POR ÁREA DE NEGÓCIO	19
QUADRO 14 – INDICADORES.....	26

Sumário Executivo

O presente relatório descreve a execução orçamental acumulada ao 3.º trimestre de 2021, fazendo uma comparação detalhada com o orçamentado para o mesmo período. A comparação foi efetuada com base na versão revista do Plano de Atividades/Investimentos e Orçamento para 2021, bem como na versão revista do Plano de Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração no dia 2 de julho de 2021, na sequência da Deliberação Social Unânime por Escrito de 17 de junho de 2021.

Até ao 3.º trimestre de 2021, o resultado antes de imposto (R.A.I), apresentou um resultado de 3,83 milhões de euros, que na comparação com orçamento verifica um acréscimo de 2,63 milhões de euros.

Da análise efetuada, verifica-se que a 1.ª venda de pescado continua a ser a componente com maior peso no volume de negócios. Os rendimentos, no seu todo, apresentaram um aumento de 1,67 milhões de euros em comparação com orçamento, sendo a totalidade deste valor explicado pelo acréscimo observado na primeira venda.

Na parte que respeita aos gastos, a execução dos fornecimentos e serviços externos evidencia um decréscimo quando comparado com o orçamento (de 66 mil euros). No entanto, apesar do decréscimo verificado até ao final de setembro, salienta-se que as contas de fornecimentos e serviços externos apresentam, normalmente (considerando os últimos anos), uma tendência de crescimento nos últimos meses do ano. As rubricas com mais peso são as que se destinam à manutenção das instalações da empresa para assegurar a prestação do serviço de 1.ª venda nas melhores condições, bem como a garantia da segurança de pessoas e bem, tais como limpeza e higiene, vigilância e segurança e por fim a conservação e reparação.

Os gastos com o pessoal, encontram-se 121 mil euros abaixo do orçamento. É de salientar que no mês de setembro foi efetuado o pagamento de 10,00€, para os trabalhadores cujo vencimento base se situa no intervalo entre os 665,00€ e os 791,90€, com retroativos a janeiro de 2021, conforme o n.º 4 do decreto-lei n.º 10/2021, de 01 de fevereiro. Este aumento teve um impacto de 44 mil euros nos gastos com o pessoal.

Por último, de referir que, até ao final de setembro de 2021, o investimento realizado apresenta um valor total de 3,56 milhões de euros, dividido entre 2,45 milhões de euros de investimentos específico e 1,11 milhões de euros de investimento corrente. De destacar que, no período em análise, foi recebida a quantia de 932 mil euros a título de subsídios ao investimento.

Destaque também, neste período, para o aumento do capital social, no valor de 500 mil euros, correspondente a 100 mil novas ações no valor de 5 euros cada, montante a utilizar especificamente para o financiamento dos investimentos indicados como a “Construção do Porto de Pesca da Trafaria.

Análise das Demonstrações Financeiras a 30 de setembro de 2021

1. Impacto da Pandemia na atividade da Docapesca

Até ao 3.º trimestre de 2021, a Docapesca adotou medidas de prevenção para mitigar os efeitos da pandemia, pelo que sofreu um reduzido impacto na sua atividade, apenas no início do ano, ao contrário do que se verificou até setembro de 2020 (período no qual a Docapesca sofreu um impacto negativo na sua atividade, devido à situação de pandemia).

Os valores do pescado transacionado em lota (primeira venda) registaram até ao final do 3.º trimestre, quando comparados com o mesmo período de 2020 e de 2019, um aumento de cerca de 34,36 milhões de euros e de 14,87 milhões respetivamente.

Quanto às taxas de 1.ª venda, elemento mais importante na constituição do volume de negócios da Docapesca, o valor acumulado de 2021 é superior ao valor orçamentado até ao final do mês de setembro, em 1,66 milhões de euros, e à execução do período homólogo de 2020, em 2,60 milhões de euros.

Relativamente às restantes contas que compõem o volume de negócios, quando comparado com o ano passado, a Docapesca reduziu a sua faturação relacionada com a gestão dominial fora dos portos de pesca, com as licenças de ocupação na sua área de jurisdição, bem como com a faturação das licenças das atividades marítimo-turísticas, uma vez que foram transferidas (carreiras flúvio-marítimas e a alguns apoios de praia), para as autarquias locais e para as entidades municipais.

Ao invés do que aconteceu em 2020, a Docapesca preparou a sua atividade para 2021, com a implementação do Plano de Contingência, para garantir a segurança e normalizar as tarefas dos trabalhadores da empresa, nomeadamente através da utilização de equipamentos de proteção individual, produtos para a prevenção da Covid, realização de testes, e, ainda, a flexibilização dos horários e dos locais de trabalho nos casos que o permitem (teletrabalho, horário rotativo e trabalho espelho).

Comparação com o orçamento aprovado pelo Conselho de Administração a 18 de setembro de 2020

2. Demonstração de Resultados

Na Demonstração de Resultados por Naturezas a 30 de setembro de 2021 destacamos que o resultado antes de impostos (R.A.I.) foi de 3,83 milhões de euros, representando um acréscimo de 2,62 milhões de euros face ao resultado orçamentado.

Quadro 1 - Resultado Antes de Imposto acumulado a 30/09/2021

	Unid: €		
	jan a set 2021		
	orçamento	execução	Δ face ao orçamento
Resultado Antes de Imposto	1.206.975	3.833.667	2.626.692

Rendimentos:

No período de janeiro a setembro, a execução das rubricas de rendimentos foi de cerca 23,61 milhões de euros, superior ao orçamento em 1,67 milhões de euros. No quadro 2 evidenciam-se os grupos dos rendimentos, comparando a execução com o orçamento.

Quadro 2 – Rendimentos

Rendimentos	Unid: €		
	jan a set 2021		
	orçamento	execução	Δ face ao orçamento
Vendas	1.169.823	1.154.415	-15.408
Mercadorias	36.418	52.317	15.899
Combustíveis	202.200	101.795	-100.405
Gelo	931.205	1.000.303	69.098
Serviços Prestados	18.981.351	20.701.218	1.719.867
1ª Venda	13.010.375	14.670.800	1.660.425
Serviços de Portos de Pesca	3.622.659	3.781.447	158.788
Outras Atividades	2.348.318	2.248.971	-99.346
Subsídios à Exploração	53.651	42.436	-11.215
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	0	123.105	123.105
Outros rendimentos	1.738.156	1.587.388	-150.768
Juros e rendimentos similares obtidos	3.750	6.275	2.525
Total Rendimentos	21.946.731	23.614.838	1.668.107

1. Vendas – apresentaram, face ao orçamento, uma quebra de 15 mil euros. Embora a quebra seja diminuta verificaram-se variações significativas nas vendas de combustíveis (-100 mil euros), associado à lota do arrasto em Matosinhos, decorrente da redução das descargas das principais embarcações neste porto. Em consequência, e dado que apenas detemos posto de combustível em Matosinhos, verificou-se uma quebra nas vendas de combustível.

Já nas vendas de gelo, registou-se um aumento (+69 mil euros), o que poderá ser explicado pelo aumento da quantidade vendida de pescado face à quantidade orçamentada. Nas mercadorias d vendidas houve também um aumento (+16 mil euros) verificado essencialmente na venda de comandos.

2. Prestações de Serviços – as prestações de serviços apresentam, no seu total, um acréscimo de 1,72 milhões de euros em relação ao orçamento. O acréscimo deve-se principalmente aos resultados da 1.ª venda, que têm sido bastante positivos ao longo do ano, como podemos observar no quadro 3.

Quadro 3 – Prestação de Serviços

Unid: €

Prestação de Serviços	jan-set 2021		
	orçamento	execução	Δ face ao orçamento
1.ª Venda Pescado	13.010.375	14.670.800	1.660.425
Serviços de Portos de Pesca	3.622.659	3.781.447	158.788
Gestão Dominial	1.346.986	1.300.071	-46.915
Serviços Náutica e Mar.Turisticas	893.974	809.909	-84.066
Outros Serviços (Desc.Aba+Com.Cobr.+Serv. Secun.)	107.357	138.991	31.634
Total	18.981.351	20.701.218	1.719.867

- Primeira venda de pescado – os rendimentos decorrentes das taxas de 1.ª venda de pescado continuam com uma evolução positiva, que se regista desde o início do ano, resultando assim num acréscimo de 1,66 milhões de euros face ao orçamento.

Quadro 4 – Informação estatística de pescado, por direções

Direções de Portos e Lotas	jan-set 2021						Desvios face ao Orçamento		
	orçamento			execução					
	kg	€	€/kg	kg	€	€/kg	kg	€	€/kg
Norte e Matosinhos	12.592.441	27.135.267	2,15	15.495.435	29.869.498	1,93	2.902.994	2.734.231	-0,23
Centro Norte	14.300.317	26.357.961	1,84	12.386.917	24.224.816	1,96	-1.913.400	-2.133.145	0,11
Centro	9.745.980	30.625.389	3,14	16.099.838	39.069.821	2,43	6.353.858	8.444.432	-0,72
Centro Sul	31.735.372	41.277.848	1,30	24.742.301	41.439.509	1,67	-6.993.071	161.660	0,37
Algarve	9.750.090	35.142.879	3,60	13.783.935	48.014.464	3,48	4.033.844	12.871.585	-0,12
TOTAL	78.124.200	160.539.344	2,05	82.508.426	182.618.108	2,21	4.384.226	22.078.764	0,16

Até ao final do 3.º trimestre a venda de pescado foi excecionalmente positiva encontrando-se acima dos valores orçamentados quer a nível das quantidades quer do valor. As quantidades de pescado transacionado em lota, até ao final do 3.º trimestre de 2021, foram 82,51 mil toneladas (+4,38 mil toneladas), correspondendo a um valor de pescado de 182,62 milhões de euros, bastante acima do valor orçamentado (+22 milhões de euros) sendo os principais impulsionadores as DPL do Centro e do Algarve. O preço médio foi superior ao orçamentado em 0,16€/kg e atingiu um valor de 2,21 €/kg.

Face a 2020 o valor de pescado foi superior em 34,36 milhões de euros, registando uma quebra nas quantidades de 13,82 mil toneladas. O acréscimo em 2021, pelo facto de em 2020 ter sido decretado o Estado de Emergência, o que teve impacto na 1.ª venda. O mesmo não sucede quando comparado com o ano de 2019 (que foi um ano excepcionalmente bom): as quantidades transacionadas foram superiores em 1,52 mil toneladas, mas, uma vez que o preço médio foi superior em 0,21 €/kg, fez com que o valor de pescado fosse superior em 14,87 milhões de euros.

O quadro 4 ilustra as transações de pescado por direção de portos e lotas (DPL), comparando a execução de 2021 com o orçamento.

- Serviços de Portos de Pesca – esta rubrica registou um acréscimo de 159 mil euros face ao orçamento, destacando-se as variações nas rubricas “Licenças de Ocupação” (+77 mil euros), “Ocupação de Espaços e Terraplenos” (+65 mil euros) e “Receitas Diversas s/Instalações” (+46 mil euros). A principal causa é que não existiu especialização dos rendimentos, sendo que a maioria das licenças com faturação anual já teve faturação. Esta diferença tenderá a diluir-se até ao final do ano. Já no orçamento, os rendimentos estão repartidos em duodécimos.
- Gestão Dominial – estes serviços registaram uma diminuição de 47 mil euros face ao orçamento, devido principalmente aos decréscimos em “Hotelaria/Similares” (-56 mil euros), “Instalações para Viveiros” (-33 mil euros) e “Esplanadas” (-32 mil euros). Esta situação explica-se, por um lado, pela falta de especialização dos rendimentos (neste caso as licenças anuais ainda não foram faturadas) e, por outro, relacionado com as transferências de competências dos serviços (como as esplanadas e alguns apoios de praia) para as autarquias locais e para as entidades municipais.

As variações positivas foram registadas nas rubricas dos “Estaleiros Particulares” (+83 mil euros) e “Ocupação de terrenos” (+26 mil euros).

- Serviços prestados à Náutica de Recreio e à atividade Marítimo-Turística – Nestes serviços, o impacto das competências transferidas para as autarquias locais e para as entidades municipais é superior (carreiras flúvio-marítimas). o grupo regista um decréscimo de 84 mil euros face aos montantes orçamentados e os principais desvios negativos, relacionados diretamente com as transferências, são nas rubricas de “Taxas sobre Bilhetes” (-101 mil euros), “TUP/Estacionamento” (-66 mil euros). No entanto o acréscimo no “Terrenos/Terraplenos” (+42 mil euros) e “Comissão sobre Ocupação” (+27 mil euros), veio absorver ligeiramente a quebra nas restantes rubricas.
3. Subsídios à Exploração – decréscimo de 11 mil euros face ao orçamento. Foram recebidos subsídios no valor total de 193 mil euros referentes aos projetos “Plano de Comunicação dos Produtos de Pesca e Aquacultura” (44 mil euros) e “Do Barco ao Prato” (+149 mil euros) e ainda 28 mil euros destinados à aquisição de equipamentos de proteção do Covid e 2 mil euros para o apoio a trabalhadores com crianças menores de 12 anos. Deste montante total (223 mil euros), 181 mil euros foram especializados em 2020, já que havia a certeza do respetivo recebimento.

4. Imparidade de dívidas a receber (reversões) – No orçamento não se estimaram reversões. Até ao final de setembro foram recebidos 123 mil euros de clientes com dívidas em atraso, resultado de algum esforço de cobrança.
5. Outros rendimentos – registaram um decréscimo de 151 mil euros face ao orçamento, sendo a parcela mais relevante a que diz respeito à depreciação dos subsídios ao investimento (-266 mil euros). Destaque para os acréscimos nos rendimentos de “venda de energia” (+39 mil euros) “água potável” (+28 mil euros), “venda de materiais recicláveis” (+28 mil euros) e “ganho de sinistros” (+28 mil euros) relativos a indemnizações para sinistros, em particular o sinistro ocorrido em Quatro Águas (+14 mil euros), Vila Real de Santo António (+8 mil euros).

Gastos:

No período de janeiro a setembro, a execução das rubricas de gastos apresenta uma redução no valor de 959 mil euros face ao orçamento, como se pode verificar no quadro 5.

Quadro 5 – Gastos

Unid: €

Gastos	jan a set 2021		
	orçamento	execução	Δ face ao orçamento
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	364.279	258.712	-105.567
Fornecimentos e serviços externos	6.343.233	6.277.430	-65.803
Gastos com o pessoal	9.592.974	9.471.568	-121.406
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	450.000	190	-449.810
Outros gastos	951.872	1.057.232	105.360
Gastos / Reversões de depreciação	3.020.748	2.709.560	-311.189
Juros e gastos similares suportados	16.650	6.480	-10.170
Total Gastos	20.739.756	19.781.171	-958.585

1. Gastos com o pessoal – apresentam um decréscimo de 121 mil euros, quando comparados com os valores orçamentados, registando desvios nas seguintes rubricas:
 - Remunerações (-150 mil euros) e encargos sobre remunerações (+162 mil euros). No mês de agosto ocorreu o processamento do mês de férias, o gasto foi classificado na 27 uma vez que foi considerado. O mesmo não acontece com os encargos sobre as remunerações uma vez que a parametrização do Meta4 não está bem definida, este problema é corrigido no final do ano.

No mês de setembro foi efetuado o pagamento de 10,00€, para os trabalhadores cujo vencimento base se situa no intervalo entre os 665,00€ e os 791,90€, com retroativos a janeiro de 2021, conforme o n.º 4 do decreto-lei n.º 10/2021, de 01 de fevereiro. Este aumento teve um impacto de 44 mil euros nos gastos com o pessoal.

 - Equipamentos de proteção individual (-90 mil euros), uma vez que até ao final de setembro não se executou praticamente qualquer valor relativamente a este tipo de equipamentos (apenas 5 mil euros).

- Cessação de contratos de trabalho (-110 mil euros), visto que este valor no orçamento se encontra diluído pelo ano todo e até à data saiu um trabalhador por rescisão de mútuo acordo.

Quadro 6 – Gastos com o pessoal

Unid: €

	jan-set 2021		
	orçamento	execução	Δ face ao orçamento
Gastos totais com os Orgãos Sociais	266.212	259.823	-6.389
Gastos totais com o Pessoal	9.326.762	9.211.745	-115.017
Remunerações	6.490.931	6.456.480	-34.451
Subsídio de Refeição	721.474	773.341	51.867
Cessações	150.000	40.000	-110.000
Encargos	1.463.434	1.620.526	157.092
Ajudas de Custo	13.607	10.442	-3.165
Seguros	179.801	176.662	-3.138
Formação	42.000	16.783	-25.218
Pensões e Planos de Saúde	26.250	13.000	-13.250
Outros gastos	239.265	104.511	-134.754
Total	9.592.974	9.471.568	-121.406
Nº de trabalhadores (sem O.S.)	504	545	41
Nº de Orgãos Sociais e Conselho Fiscal	6	5	-1
Total	510	550	40

2. Fornecimentos e serviços externos - O valor de fornecimentos e serviços externos registou um decréscimo de 66 mil euros em relação ao orçamento, principalmente nas rubricas de “Eletricidade” (-129 mil euros), “Publicidade e Propaganda” (-127 mil euros), “Trabalhos Especializados” (-195 mil euros), e “Conservação e reparação” (-79 mil euros) e pelo acréscimo verificado em “Serviços de Postos de Vendagem” (+185 mil euros), “Limpeza e higiene” (+157 mil euros), e “Vigilância e Segurança” (+64 mil euros).

Os desvios na conta de Publicidade e Propaganda são explicados pela situação atual, uma vez que as ações abrangidas se encontravam limitadas pelo Estado de Emergência, ao longo do 1.º semestre, sendo que durante este trimestre e até ao final do ano estão programadas e a decorrer ações neste âmbito.

Quanto aos desvios na conta de eletricidade devem-se aos novos investimentos realizados para melhoria de eficiência energética, como uma maior utilização de iluminação LED e a instalação de painéis fotovoltaicos em Vila Real de Santo António no final do ano de 2020.

Os serviços de limpezas e de vigilância e segurança (para substituição dos que haviam terminado em 2020) tiveram propostas adjudicadas em 2021 com valores efetivos superiores entre 5% e 15%, face aos valores contratualizados anteriormente, o que fez disparar os custos na respetiva rubrica. No momento em que se fez o orçamento (em setembro de 2020) não eram ainda conhecidas estas variações, pelo que este aumento não foi considerado.

Na conta relativa aos Serviços de Postos de Vendagem, o acréscimo face ao orçamento é devido ao acréscimo de pescado transacionado nos postos de vendagem que se encontram concessionados ou com contrato de representação.

As rubricas que compõem o grupo de “Trabalhos Especializados” registaram uma quebra na sua maioria. No entanto, prevê-se que se atenua ao longo do ano, uma vez que os procedimentos se encontram em curso, principalmente na parte que respeita a demolições, desenvolvimento do sistema SAP e consultoria.

Até ao final do ano, os desvios existentes com a rubrica de conservação, deverão ser absorvidos devido à necessidade de a empresa contratar este tipo de serviços para salvaguardar as condições operacionais dos equipamentos e das instalações, garantindo a segurança de pessoas e bens.

Quadro 7 - Fornecimentos e serviços externos (FSE)

Unid: €

F.S.E	jan a set 2021		
	orçamento	execução	Δ face ao orçamento
Trabalhos Especializados	663.594	467.819	-195.776
Conservação e reparação	770.538	691.447	-79.091
Limpeza, higiene	1.192.457	1.349.784	157.327
Seguros	121.185	164.002	42.817
Electricidade	824.217	695.513	-128.703
Rendas e alugueres	173.822	175.441	1.619
Comunicação	99.284	91.811	-7.473
Vigilância e segurança	1.027.035	1.090.648	63.614
Água	250.859	300.804	49.945
Serviços de Postos de Vendagem	588.961	774.747	185.787
Publicidade e propaganda	264.442	136.454	-127.989
Outros FSE	366.839	338.960	-27.879
Total	6.343.233	6.277.430	-65.803

Gráfico 1 - Peso das rubricas nos FSE



Gastos operacionais das empresas do setor empresarial do estado, alíneas b) e c), do n.º 3, do art.º 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019

De acordo com o n.º 1 do art.º 64.º Gastos operacionais das empresas públicas, da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2021), as empresas públicas prosseguem uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, nos termos do disposto no decreto-lei de execução orçamental. Uma vez que não foi publicado o decreto-lei de execução orçamental (DLEO) para 2021 nem para 2020, então mantêm-se em vigor as regras do DLEO para 2019.

Nestes termos, consideramos as alíneas b) e c), do n.º 3, do art.º 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, que determinam que devem ser iguais ou inferiores aos montantes registados em 2019 os seguintes gastos operacionais:

- alínea b) Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel;
- alínea c) Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.

De modo a ser possível aferir a evolução destes gastos, apresenta-se de seguida o Quadro 8 que evidencia os gastos contabilizados nas referidas rubricas, bem como as respetivas comparações com o período homólogo do ano transato e com o orçamento até ao final do 3.º trimestre de 2021.

Quadro 8 – Gastos da alínea b) e c), do n.º 3, do art.º 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019

Unid: €

Gastos alínea b) e c), n.º 3, art.º 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019	jan a set				
	orçamento 2021	execução 2021	execução 2020	Δ face ao orçamento	Δ face a 2020
Gastos alínea b), n.º 3					
Deslocações e Estadas	16.450,90	4.638,04	3.325,95	-11.812,86	1.312,09
Ajudas de Custo	16.681,51	11.232,21	10.017,45	-5.449,30	1.214,76
Gastos com frota automóvel	152.955,84	127.809,55	119.443,92	-25.146,29	8.365,63
Total Gastos alínea b)	186.088,25	143.679,80	132.787,32	-42.408,45	10.892,48
Gastos alínea c), n.º 3					
Estudos e pareceres	3.750,00	13.385,00	4.937,50	9.635,00	8.447,50
Projetos	31.500,00	0,00	5.000,00	-31.500,00	-5.000,00
Consultoria	46.650,00	24.990,00	40.000,00	-21.660,00	-15.010,00
Total Gastos alínea c)	81.900,00	38.375,00	49.937,50	-43.525,00	-11.562,50
Total	267.988,25	182.054,80	182.724,82	-85.933,45	-670,02

Em relação à alínea b) pode observar-se que a execução de 2021 se encontra ligeiramente acima do verificado no mesmo período de 2020, em cerca de 11 mil euros, devido aos gastos com a frota automóvel, o que se explica pelo aumento nos gastos com seguros (+6 mil euros) que será absorvido ao longo do ano, uma vez que foi lançada a anuidade das apólices num só período contabilístico, depreciações (+9 mil euros), resultado do aumento do número de viaturas da frota da Docapesca, e AOV (+7 mil euros) relativamente ao encontro de contas do final do contrato que terminou este ano.

No entanto verifica-se uma diminuição nos gastos com a conservação (-7 mil euros) e combustíveis (-7 mil euros).

Na comparação com o valor total orçamentado, os gastos da alínea b) apresentam um decréscimo de cerca de 43 mil euros, devido principalmente à redução dos gastos com deslocações e estadas e consequentemente as ajudas de custo e com a frota automóvel. Situação explicada pelo Estado de Emergência decretado no final de janeiro, que limitou as deslocações dos nossos trabalhadores entre estabelecimentos da Docapesca.

Em relação aos gastos da alínea c), na comparação com o valor orçamentado, verifica-se um decréscimo de 43 mil euros devido à não execução de projetos por causa do Estado de Emergência referido anteriormente. Quanto ao período homólogo, regista-se um decréscimo de 12 mil euros.

De referir que, se analisarmos conjuntamente os gastos das alíneas b) e c), a empresa apresenta uma diminuição de cerca de 86 mil euros face ao valor orçamentado e um pequeno decréscimo de 670 euros face ao período homólogo de 2020.

3. Imparidade de dívidas a receber (perdas) – No orçamento ficou contemplado, para este período, o montante de 450 mil euros para fazer face às dívidas de clientes e terceiros com maior antiguidade. No entanto, até ao final do período em análise foram apenas constituídas novas imparidades no montante de 190 euros.
4. Outros gastos - verificou-se um ligeiro acréscimo de 105 mil euros face ao orçamento, sendo que os valores mais relevantes se referem a:
 - “Gastos - Imobilizados Sinistros” que apresenta um acréscimo de 28 mil euros, relativos às reparações de uma grua em Quarteira e de portões de armazéns na Figueira da Foz e outras pequenas reparações;
 - “Concessão dos portos de pesca” – acréscimo de 68 mil euros, devido ao aumento do pescado transacionado.
 - “Comissões bancárias - TPA” – acréscimo de 20 mil euros face ao orçamento, uma vez que a empresa tem optado cada vez mais por este equipamento para facilitar os recebimentos por parte dos clientes de forma rápida e segura.
 - “Gastos – Imobilizados Abates” - apresenta um acréscimo de 13 mil euros, referente a inoperacionalidade de equipamentos que foram abatidos e removidos para a sucata.
 - “Remoção de Detritos” – acréscimo de 10 mil euros devido à remoção de uma baleia que deu à costa em Vila Real de Santo António na área de jurisdição da Docapesca.
 - “Adicional IMI” – acréscimo de 10 mil euros relativos ao prédio sito na área dominial de Quarteira e do Entreposto Frigorífico de Peniche.

3. Balanço

No que diz respeito à comparação do Balanço até ao final de setembro de 2021, com o orçamentado para o mesmo período, as variações mais significativas foram as seguintes:

1. Ativo não Corrente - decréscimo de 3,03 milhões de euros, sendo a principal variação registada nos Ativos fixos tangíveis que apresentam uma quebra de 2,73 milhões de euros, devido ao reduzido investimento realizado até ao final do 3.º trimestre, em comparação com o previsto no orçamento.
2. Ativo Corrente - apresenta um valor superior em 15,48 milhões de euros principalmente devido a:
 - “Caixa e depósitos bancários” – acréscimo de 10 milhões de euros. Esta situação decorre essencialmente por se ter verificado nos últimos meses um volume excecionalmente favorável de pescado vendido consequentemente um aumento nos montantes recebidos.
 - “Outros créditos a receber” com um acréscimo de 5,91 milhões de euros, essencialmente pelo aumento verificado na conta de “Compradores – Guias de pescado” (+5,45 milhões de euros), relacionado também com o aumento do pescado transacionado em lota;
3. Capital Próprio – Superior em 4,15 milhões de euros, devido principalmente aos resultados transitados (+1,69 milhões de euros) referentes aos resultados do final do ano passado, bem acima do orçamento em relação ao resultado líquido do período (+2,61 milhões de euros). Destaque também para o aumento do capital social, no valor de 500 mil euros, correspondente a 100 mil novas ações no valor de 5 euros cada, montante a utilizar especificamente para o financiamento dos investimentos indicados como a “Construção do Porto de Pesca da Trafaria”.
4. Passivo Corrente – apresenta um acréscimo acentuado de 8,16 milhões de euros face ao orçamento, destacando-se:
 - “Estados e Outros Entes Públicos”, superiores em 1,70 milhões de euros, relativos ao valor dos impostos a pagar;
 - “Outras dívidas a pagar”, superiores em 6,77 milhões de euros, resultante, principalmente, de:
 - acréscimo de 3,14 milhões de euros em “Armadores - marés”;
 - acréscimo de 1,69 milhões de euros em “Reservas pessoais”;
 - acréscimo de 2,08 milhões de euros em “Cativações Armadores”;

4. Demonstração de Fluxos de Caixa

Da comparação entre o orçamento e o realizado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, acumulado ao 3.º trimestre, fica evidenciado que a execução é superior ao orçamento em 10 milhões de euros, terminando com um saldo de 11,5 milhões de euros. Os fluxos apresentam os seguintes desvios:

a. Fluxos de caixa das atividades operacionais:

- i. Recebimentos de clientes – apresentam um acréscimo de 6,8 milhões de euros face ao orçamento, uma vez que se considerou que os efeitos da pandemia seriam superiores. Para além disso, verificou-se um acréscimo do pescado transacionado em lota e, conseqüentemente, e um maior encaixe financeiro.
- ii. Pagamentos a fornecedores – diminuição de 260 mil euros face ao orçamento, explicado pela diminuição conjunta da execução dos FSE e dos CMVMC.
- iii. Pagamentos ao pessoal – decréscimo de 120 mil euros face ao orçamento, relacionado com a diminuição da rubrica de gastos com o pessoal acumulado a setembro.

b. Fluxos de Caixa das atividades de investimento:

- i. Pagamentos a fornecedores de ativos fixos - decréscimo de 1,9 milhões de euros face ao orçamento, devido à menor execução de investimento.
- ii. Recebimento de subsídios ao investimento – decréscimo de 835 mil euros face ao orçamento. Até setembro foram recebidos 932 mil euros relativos aos projetos evidenciados no Quadro 9.

c. Fluxos de Caixa das atividades de financiamento:

- i. Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio – acréscimo de 500 mil euros devido ao aumento do Capital Social da Docapesca, conforme referido no ponto 3 do Balanço.
- ii. Financiamentos obtidos – decréscimo de 83 mil euros uma vez que foi orçamentado um empréstimo que não se chegou a concretizar.

Quadro 9 – Subsídios Recebidos

Projetos	Montante
Equipamento de Desembarque e Atracação-Aveiro e Figueira Foz	270.000,00
Reabilitação da Estação de Água Salgada - Matosinhos	180.733,44
Reabilitação do Cais do Porto de Pesca - Peniche	130.183,10
Pavimentação, Vedação e Estendal de Redes - Lagos	84.881,07
Melhoria da Eficiência Energética - Peniche	50.973,74
Atualiz Sist. Leilão Rastreabilidade e Estatística	47.047,50
Reabilitação do Cais de Descarga - Peniche	46.764,25
Captação de Água Salgada - Sesimbra	40.284,94
Reabilitação Lota de Tavira - C. flutuante e dragagem	39.348,75
Melhoria da Eficiência Energética - Portimão	23.492,63
Pavilhão de Apoio à Descarga de Pescado - Sines	18.090,00
Total	931.799,42

De salientar que à data do encerramento do período, 97% dos depósitos bancários encontravam-se no IGCP e apenas 3% na banca comercial.

5. Investimento

A Docapesca realizou investimentos no valor de 3,56 milhões de euros: 1,11 mil euros de investimentos correntes e 2,45 milhões de euros de investimentos específicos. A nível global, o investimento encontra-se abaixo dos montantes orçamentados em cerca 3,75 milhões de euros. Descrevem-se, no quadro 10, os investimentos executados, por direção, até ao final de setembro de 2021.

Quadro 10 – Investimentos

Unid: €

Investimentos Execução			
jan a set 2021			
	Correntes	Específicos	Total Investimentos
Direção de Portos e Lotas do Norte e Matosinhos	161.437	782.747	944.183
Direção de Portos e Lotas do Centro Norte	135.571	228.554	364.125
Direção de Portos e Lotas do Centro	181.580	297.215	478.795
Direção de Portos e Lotas do Centro Sul	137.946	46.317	184.262
Direção de Portos e Lotas do Algarve	373.068	1.091.798	1.464.865
Sede	122.439	0	122.439
TOTAL	1.112.039	2.446.630	3.558.669

Unid: €

jan a set 2021			
Investimentos Total	Orçamento	Execução	desvios
Investimentos Correntes	1.125.000	1.112.039	-12.961
Investimentos Específicos	6.179.299	2.446.630	-3.732.669
TOTAL	7.304.299	3.558.669	-3.745.629

Nos quadros seguintes apresentam-se discriminadas as principais aquisições inseridas no Plano de Investimentos Correntes (quadro 11) e no Plano de Investimentos Específicos (quadro 12).

Quadro 11 – Investimentos Correntes

Unid: €

Principais Projetos	Montante Executado
Direção de Portos e Lotas do Norte e Matosinhos	43.496
Pavimentação e Arruamento Adjacente UAEP's - Matosinhos	25.022
Reabilitação da Casa das Máquinas do edif. dos Estaleiros da Azurara	18.474
Direção de Portos e Lotas do Centro Norte	58.342
Dragagem de Manutenção - Figueira da Foz	29.822
Pavimentação Parcial (Área de Armazéns de Comerciantes) - Figueira da Foz	28.520
Direção de Portos e Lotas do Centro	84.234
Reabilitação Farolins - Nazaré e Peniche	42.023
Reabilitação do estacionamento do Cais Flutuante - Nazaré	25.123
Reabilitação dos Edifícios de Comerciantes (Armazéns) - Peniche	17.089
Direção de Portos e Lotas do Algarve	230.341
Parque de Apoio aos Armadores - Lagos	71.377
Reabilitação dos Tanques de água salgada - Portimão	33.792
Reabilitação do Edifício Bar/Cantina - Olhão	29.650
Sinalização do Estado da Barra - Quarteira	27.913
Reabilitação da Iluminação do Porto de Pesca de Vila Real de Santo António	21.503
Mastro de Sinalização do Estado de Barra	17.407
Pórtico Travelift - Motores Hidráulicos - Portimão	16.699
Reabilitação de Caleiras do Edifício da Lota - Sagres	12.000
Projetos - Sede	166.675
Aquisição de 4 veículos (2 ligeiros e 2 de mercadorias)	60.714
Aquisição de Contentores Isotérmicos	40.789
Sistema de Leilão Eletrónico a Bordo	29.720
Aquisição de equipamento de plástico (paletes, bacias e caixas de plástico)	20.723
Aquisição de ferramentas e utensílios para a lota	14.730
Total	583.088

Quadro 12 – Investimentos Específicos

Unid: €

Principais Projetos	Montante Executado
Direção de Portos e Lotas do Norte e Matosinhos	651.655
Reabilitação da Defesa Aderente da Marginal - Vila do Conde (Protocolo com a APA)	335.020
Novo Sistema de Defensas, Cais Norte - Póvoa de Varzim	90.671
Pavimentação da Área Adjacente à Lota - Viana do Castelo	81.607
Remodelação das Instalações Elétricas do Porto de Pesca de Póvoa de Varzim	70.566
Cais Flutuante (Norte) - Instalação de Fingers - Póvoa de Varzim	36.926
Requalificação Central de Captação de Água Salgada - Matosinhos	36.865
Direção de Portos e Lotas do Centro Norte	204.921
Reabilitação e apetrechamento ponte cais n.º 2 - Aveiro	105.592
Porto de pesca da Figueira da Foz - vedação e portaria	68.012
Melhoria Condições Segurança de Pessoas e Bens - Embarque, Desembarque e Atracação	31.317
Direção de Portos e Lotas do Centro	242.779
Expansão de Cais Descarga do Cerco - Peniche	88.711
Reabilitação de Cais de Estacionamento e Abastecimento - Peniche	86.859
Requalificação do edifício da lota da Nazaré (1ª Fase)	67.210
Direção de Portos e Lotas do Centro Sul	32.246
Construção e Adaptação de Instalações para Melhoria das Condições Higió-sanitárias - Alcochete, Montijo, Barreiro, Trafaria, Fonte da Telha e Carrasqueira	32.246
Direção de Portos e Lotas do Algarve	1.015.400
Pavimentação e reabilitação da rede viária, pedonal, telheiro para estacionamento do porto de pesca de Olhão	330.287
Melhoria de Eficiência Energética do Porto de Pesca de Portimão	233.771
Reabilitação do Edifício da Lota da Fuzeta	185.960
Parque de Apoio aos Armadores - Lagos	169.206
Reabilitação Dique da Espargueira - Alvor	96.175
Total	2.147.000

6. Plano de Redução de Custos

GASTOS OPERACIONAIS	jan-set 2021		
	orçamento	execução	Δ face ao orçamento
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	364.278,58	258.711,82	-105.566,76
Mercadorias	218.776,19	155.883,17	-62.893,02
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	145.502,39	102.828,65	-42.673,74
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo - usados na "produção"	42.570,00	40.036,04	-2.533,96
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo - Outros	102.932,39	62.792,61	-40.139,78
Fornecimentos e serviços externos	6.343.233,35	6.277.430,16	-65.803,19
Serviços Especializados	663.594,40	467.818,65	-195.775,75
Consultorias	46.650,00	24.990,00	-21.660,00
Auditorias	7.500,00	5.850,00	-1.650,00
Outros	609.444,40	436.978,65	-172.465,75
Deslocações e estadias	16.450,90	4.638,04	-11.812,86
Electricidade	824.216,81	695.513,37	-128.703,44
Combustíveis	61.813,06	47.626,37	-14.186,69
Água	250.859,49	300.804,23	49.944,74
Artigos para oferta	450,00	239,58	-210,42
Rendas e alugueres	173.822,30	175.440,82	1.618,52
Despesas de representação	1.931,25	4.933,30	3.002,05
Comunicação	99.284,07	91.811,05	-7.473,02
Seguros	121.184,86	164.002,31	42.817,45
Transportes	12.191,25	24.769,95	12.578,70
Honorários	33.330,18	21.314,18	-12.016,00
Conservação e reparação	770.538,05	691.446,61	-79.091,44
Publicidade e propaganda	264.442,26	136.453,51	-127.988,75
Limpeza, higiene	1.192.457,12	1.349.783,64	157.326,52
Vigilância e segurança	1.027.034,63	1.090.648,45	63.613,82
(FSE) Outros	829.632,72	1.010.186,10	180.553,38
Gastos com o pessoal	9.592.973,67	9.471.568,07	-121.405,60
Órgãos sociais	266.211,75	259.822,78	-6.388,97
(Órgãos Sociais) Remunerações fixas	155.215,50	157.821,36	2.605,86
(Órgãos Sociais) Subsídio de refeição	6.195,00	4.980,00	-1.215,00
(Órgãos Sociais) Outras remunerações-Desp. Representação	40.712,25	37.577,85	-3.134,40
(Órgãos Sociais) Ajudas de custo	3.075,00	790,30	-2.284,70
(Órgãos Sociais) Encargos sobre as remunerações	45.861,00	45.412,73	-448,27
(Órgãos Sociais) Seguros de acidentes no trabalho e doenças	1.766,25	1.478,70	-287,55
(Órgãos Sociais) Seguros de saúde	731,25	711,84	-19,41
(Órgãos Sociais) Seguros de vida	123,75	0,00	-123,75
(Órgãos Sociais) Outros	12.531,75	11.050,00	-1.481,75
Pessoal	9.326.761,92	9.211.745,29	-115.016,63
(Pessoal) Remunerações fixas	6.245.681,02	6.171.758,06	-73.922,96
(Pessoal) Subsídio de refeição	721.474,42	773.341,23	51.866,81
(Pessoal) Outras remunerações	245.250,28	284.721,79	39.471,51
(Pessoal) Ajudas de custo	13.606,51	10.441,91	-3.164,60
(Pessoal) Formação	42.000,00	16.782,50	-25.217,50
(Pessoal) Pensões e Planos de Saúde	26.250,00	13.000,00	-13.250,00
(Pessoal) Encargos sobre as remunerações	1.463.434,47	1.620.526,29	157.091,82
(Pessoal) Seguros de acidentes no trabalho e doenças	69.633,76	69.307,19	-326,57
(Pessoal) Seguros de saúde	106.481,25	104.884,69	-1.596,56
(Pessoal) Seguros de vida	3.685,50	2.470,60	-1.214,90
(Pessoal) Indemnizações	150.000,00	40.000,00	-110.000,00
(Pessoal) Gastos de acção social	67.959,38	46.895,56	-21.063,82
(Pessoal) Outros	171.305,33	57.615,47	-113.689,86
TOTAL GLOBAL	16.300.485,60	16.007.710,05	-292.775,55
Nº de trabalhadores	510	550	40

7. Resultados por Área de Negócios

Visando uma melhor análise dos resultados por Área de Negócio houve a necessidade de reajustar as áreas com a realidade atual e de acordo com o peso de cada uma no volume de negócios da empresa. Podemos visualizar no quadro 13 as diferentes áreas que geram rendimento na empresa e qual o seu peso no negócio da empresa.

Quadro 13 - Volume de Negócios por Área de Negócio

Unid: €

Volume de Negócios - Áreas de Negócios	jan-set 2021			
	orçamento	execução	peso (orçamento)	peso (execução)
1.ª Venda e Atividades Conexas	13.140.767	14.778.483	65%	68%
Atividades nos portos de pesca	3.528.349	3.659.651	18%	17%
Gestão dominial e Náutica e Marítimas turísticas	2.309.031	2.188.217	11%	10%
Vendas Gelo e Mercadorias	1.169.823	1.154.415	6%	5%
Total	20.147.969	21.780.767	100%	100%

Neste contexto foram consideradas novas áreas de negócios, consoante o peso de cada uma, denominadas como segue:

- 1.ª venda e atividades conexas – contempla as áreas das lotas e postos de vendagem;
- Atividades nos portos de pesca – contempla as áreas das instalações, mercado 2.ª venda, portos de pesca, manutenção e fiscalização e entreposto frigorífico;
- Gestão dominial, Náutica de recreio e marítimo-turísticas – integra a gestão dominial e estaleiros, náutica de recreio e marítimo-turísticas;
- Vendas – este grupo é composto por aprestos, gelo e combustíveis;
- Serviços Administrativos, Serviços Centrais e Ambiente, Qualidade e Segurança que integra todas as áreas da empresa que têm custos neste âmbito como prestadora de serviços às restantes áreas. Procedeu-se à imputação dos seus resultados com base numa grelha que considera o valor total das Vendas e Prestações de Serviços acrescido do valor dos Outros Rendimentos e Ganhos, excluindo a verba relativa aos Subsídios ao Investimento.

Como é visível no quadro 13, a área de negócios com maior peso na constituição do rendimento da Docapesca, é a “1.ª Venda e Atividades Conexas”. Esta área de negócio gerou resultados antes de impostos de 4,09 milhões de euros, constituindo assim a área de negócios estratégica para o desenvolvimento da Docapesca, sendo que os serviços prestados, a 1.ª venda de pescado e as atividades conexas geraram 14,78 milhões de euros, superior ao orçamento em 1,64 milhões de euros).

Os quadros apresentados demonstram como as diferentes áreas de negócios contribuíram para a formação de rendimento para a empresa.

Área de Negócio: 1.ª Venda e Atividades Conexas

RENDIMENTOS E GASTOS 1.ª VENDA E ATIVIDADES CONEXAS	jan a set 2021	
	Orçamento	Real
Serviços Prestados	13.140.766,61	14.778.483,18
Subsídios à Exploração	0,00	1.175,72
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-82.520,94	-75.094,98
Fornecimentos e serviços externos	-2.005.437,43	-2.227.275,34
Gastos com o pessoal	-4.570.477,87	-4.268.991,79
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	0,00	1.727,69
Outros rendimentos	438.349,72	423.503,96
Outros gastos	-248.810,11	-312.573,10
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	6.671.869,98	8.320.955,34
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	-1.052.412,58	-1.176.105,83
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	5.619.457,40	7.144.849,51
Imputação do Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais	-3.491.851,61	-3.056.659,35
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) após imputação	2.127.605,79	4.088.190,16
Juros e rendimentos similares obtidos (imputados)	2.264,04	3.788,67
Juros e gastos similares suportados (imputados)	-10.052,35	-3.912,25
Resultado antes de impostos (após imputação Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais e Função Financeira)	2.119.817,48	4.088.066,58

Área de Negócio: Atividades nos portos de pesca

RENDIMENTOS ATIVIDADES NOS PORTOS DE PESCA	jan a set 2021	
	Orçamento	Real
Serviços Prestados	3.528.348,55	3.659.651,33
Subsídios à Exploração	0,00	558,59
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-600,00	-338,11
Fornecimentos e serviços externos	-2.135.929,67	-2.352.674,18
Gastos com o pessoal	-1.038.561,77	-808.477,66
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	0,00	25.256,70
Outros rendimentos	640.073,62	754.714,57
Outros gastos	-614.158,13	-618.575,37
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	379.172,60	660.115,87
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	-634.786,50	-719.157,88
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-255.613,90	-59.042,01
Imputação do Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais	-1.224.695,07	-1.072.060,34
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) após imputação	-1.480.308,97	-1.131.102,35
Juros e rendimentos similares obtidos	794,07	1.328,80
Juros e gastos similares suportados	-3.525,65	-1.372,14
Resultado antes de impostos (após imputação Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais e Função Financeira)	-1.483.040,55	-1.131.145,69

Área de Negócio: Gestão dominial e Náutica e Marítimas turísticas

RENDIMENTOS GESTÃO DOMINIAL E NÁUTICA E MARÍTIMAS TURÍSTICAS	jan a set 2021	
	Orçamento	Real
Serviços Prestados	2.309.030,63	2.188.217,07
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-150,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	-432.292,76	-374.464,49
Gastos com o pessoal	-285.635,10	-204.954,99
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	0,00	94.825,61
Outros rendimentos	86.145,89	159.916,76
Outros gastos	-209,48	-19.334,86
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1.676.889,18	1.844.205,10
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	-286.892,89	-442.794,46
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1.389.996,29	1.401.410,64
Imputação do Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais	-770.308,78	-674.304,58
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) após imputação	619.687,51	727.106,06
Juros e rendimentos similares obtidos	499,45	835,79
Juros e gastos similares suportados	-2.217,57	-863,05
Resultado antes de impostos (após imputação Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais e Função Financeira)	620.186,96	727.941,84

Área de Negócio: Vendas Gelo e Mercadorias

RENDIMENTOS E GASTOS GELO +APRESTOS+COMBUSTÍVEIS	jan a set 2021	
	Orçamento	Real
Vendas	1.169.823,05	1.154.415,13
Serviços Prestados	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-250.673,69	-167.278,70
Fornecimentos e serviços externos	-484.098,15	-393.291,79
Gastos com o pessoal	-134.435,63	-120.718,10
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	0,00	193,40
Outros rendimentos	128.548,81	133.531,51
Outros gastos	-17.625,48	-16.473,62
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	411.538,91	590.377,83
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	-161.847,57	-180.890,26
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	249.691,34	409.487,57
Imputação do Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais	-296.800,71	-259.810,20
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) após imputação	-47.109,37	149.677,37
Juros e rendimentos similares obtidos	192,44	322,03
Juros e gastos similares suportados	-854,43	-332,53
Resultado antes de impostos (após imputação Resultado Operacional - Administrativos e Serviços Centrais e Função Financeira)	-47.771,36	149.666,87

Serviços Administrativos, SERVIÇOS Centrais e Ambiente, Qualidade e Segurança (AQS) ⁽¹⁾

RENDIMENTOS E GASTOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, SERVIÇOS CENTRAIS E AQS	jan a set 2021	
	Orçamento	Real
Serviços Prestados	3.205,45	74.866,69
Subsídios à Exploração	53.650,84	40.701,91
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-30.333,95	-16.000,03
Fornecimentos e serviços externos	-1.285.475,34	-929.724,36
Gastos com o pessoal	-3.563.863,30	-4.068.425,53
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-450.000,00	912,23
Outros rendimentos	445.037,50	115.720,74
Outros gastos	-71.068,43	-90.274,75
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-4.898.847,23	-4.872.223,10
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	-884.808,94	-190.611,37
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-5.783.656,17	-5.062.834,47
Juros e rendimentos similares obtidos	3.750,00	6.275,29
Juros e gastos similares suportados	-16.650,00	-6.479,98
Resultado antes de impostos	-5.796.556,17	-5.063.039,16

Nota ⁽¹⁾: Este Mapa regista a totalidade dos custos administrativos que foram imputados às áreas de negócios

8. Demonstrações Financeiras

Balanco em 30 de setembro de 2021

RUBRICAS	30/09/2021	
	Orçamento	Execução
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	27.022.954	24.295.186
Ativos intangíveis	175.875	10.344
Participações financeiras - outros métodos	295.000	145.000
Outros investimentos financeiros	63.468	71.632
Ativo por impostos diferidos	537.036	545.296
	28.094.332	25.067.457
Ativo corrente		
Inventários	195.196	135.979
Clientes	3.181.661	3.506.450
Estado e outros entes públicos	484.721	0
Outros créditos a receber	6.266.392	12.179.892
Diferimentos	317.417	104.121
Caixa e depósitos bancários	1.504.274	11.502.598
	11.949.660	27.429.041
Total do ativo	40.043.992	52.496.498
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital subscrito	8.528.400	9.028.400
Reservas legais	682.434	912.580
Resultados transitados	2.500.629	4.192.446
Outras variações no capital próprio	7.954.404	7.071.887
Resultado líquido no período	1.162.339	3.776.547
Total do capital próprio	20.828.206	24.981.859
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões	1.090.430	1.167.120
Outros financiamentos obtidos	250.000	0
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	2.363.958	2.423.536
Outras dívidas a pagar	1.675.772	1.925.541
	5.380.160	5.516.197
Passivo corrente		
Fornecedores	799.418	759.725
Estado e outros entes públicos	1.270.207	2.966.938
Financiamentos obtidos	166.667	0
Outras dívidas a pagar	11.481.482	18.248.029
Diferimentos	117.853	23.750
	13.835.627	21.998.442
Total do passivo	19.215.786	27.514.639
Total do capital próprio e do passivo	40.043.992	52.496.498

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

Período findo em 30 de setembro de 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	jan-set		
	orçamento 2021	Real 2021	Desvios Orçamento
Vendas	1.169.823	1.154.415	-15.408
Mercadorias	36.418	52.317	15.899
Combustíveis	202.200	101.795	-100.405
Gelo	931.205	1.000.303	69.098
Serviços Prestados	18.981.351	20.701.218	1.719.867
1.ª Venda de Pescado	13.010.375	14.670.800	1.660.425
Serviços dos Portos de Pesca	3.622.659	3.781.447	158.788
Gestão Dominial	1.346.986	1.300.071	-46.915
Serviços Secundários	169.639	153.188	-16.452
Serviços Náutica e Mar.Turísticas	893.974	809.909	-84.066
Comissões de Cobrança	7.105	78.495	71.390
Descontos e Abatimentos	-69.387	-92.692	23.304
Subsídios à Exploração	53.651	42.436	-11.215
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-364.279	-258.712	-105.567
Fornecimentos e serviços externos	-6.343.233	-6.277.430	-65.803
Electricidade	-824.217	-695.513	-128.703
Água	-250.859	-300.804	49.945
Comunicação	-99.284	-91.811	-7.473
Conservação	-770.538	-691.447	-79.091
Limpeza	-1.192.457	-1.349.784	157.327
Vigilância	-1.027.035	-1.090.648	63.614
Mão de Obra do Exterior	-49.320	-18.146	-31.174
Outros FSE	-2.129.523	-2.039.277	-90.246
Gastos com o pessoal	-9.592.974	-9.471.568	-121.406
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-450.000	122.916	572.916
Outros rendimentos	1.738.156	1.587.388	-150.768
Venda de Energia	283.727	322.600	38.873
Venda de Água	147.885	182.598	34.713
Cedência de Exploração	49.020	35.765	-13.255
Subsídios ao Investimento	1.108.505	842.896	-265.608
Outros Rendimentos	149.019	203.529	54.510
Outros gastos	-951.872	-1.057.232	105.360
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	4.240.623	6.543.431	2.302.808
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	-3.020.748	-2.709.560	-311.189
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1.219.875	3.833.871	2.613.996
Juros e rendimentos similares obtidos	3.750	6.275	2.525
Juros e gastos similares suportados	-16.650	-6.480	-10.170
Resultado antes de impostos	1.206.975	3.833.667	2.626.692
Imposto sobre o rendimento do período	-44.636	-57.120	-12.484
Resultado líquido do período	1.162.339	3.776.547	2.614.208

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período findo em 30 de setembro de 2021

RUBRICAS	jan-set	
	orçamento 2021	execução 2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes	21.939.748	28.731.868
Pagamentos a fornecedores	-8.860.088	-8.600.182
Pagamentos ao pessoal	-9.394.434	-9.274.310
Caixa gerada pelas operações	3.685.226	10.857.376
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	76.933	60.282
Outros recebimentos/pagamentos	-412.439	-2.155.235
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	3.349.721	8.762.423
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-6.529.883	-4.579.933
Ativos intangíveis	0	-4.305
Recebimentos provenientes de:		
Subsídios ao investimento	1.767.280	931.799
Juros e rendimentos similares		0,15
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-4.762.603	-3.652.439
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0	0
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	500.000
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-83.333	0
Juros e gastos similares	-16.650	-5.376
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-99.983	494.624
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-1.512.866	5.604.609
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.017.140	5.897.990
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.504.274	11.502.598
Discriminação dos Componentes de Caixa e seus Equivalentes		Real
		set/21
Numerário		53.804
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
- Bancos comerciais		399.593
- IGCP		11.049.201
Disponibilidades e seus equivalentes no fim do período		11.502.598

9. Indicadores Financeiros e evolução para o período 2018 a 2021

O quadro abaixo mostra-nos a evolução dos principais indicadores financeiros até ao final do 3.º trimestre de 2021.

Estes indicadores permitem avaliar a empresa tem resultados líquidos positivos desde maio e que temos capacidade financeira para dar resposta aos nossos compromissos de médio e curto prazo. À data de setembro a empresa já atingiu praticamente todos os objetivos que lhe foram propostos, com exceção do volume de negócios, esperando-se que até final do ano supere o proposto.

Em relação ao PMP, apesar de se encontrar acima do orçamentado, a empresa continua a cumprir o programa “Pagar a tempo e horas”.

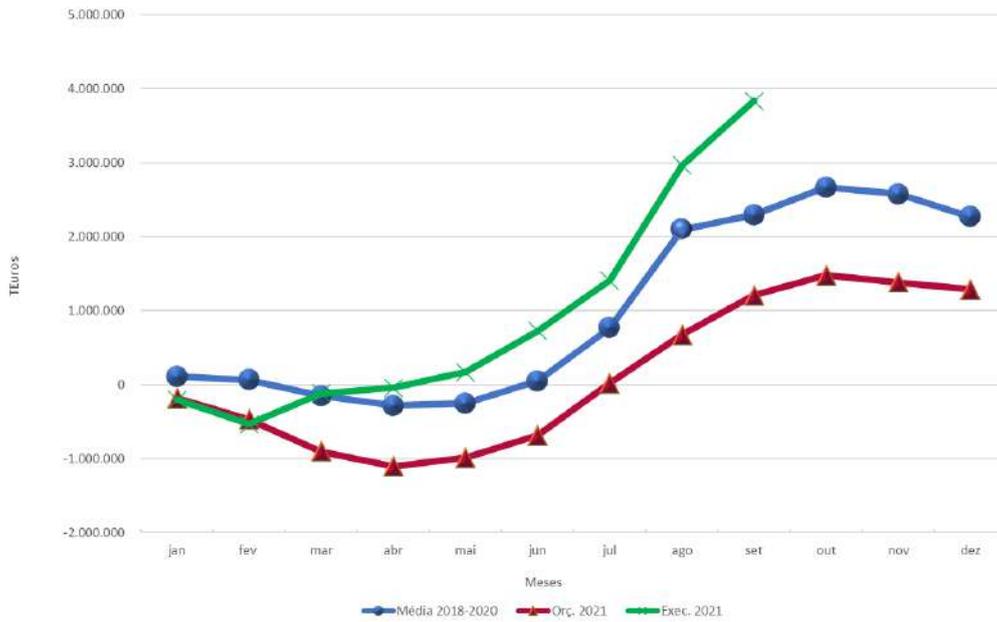
Quadro 14 – Indicadores

Indicadores	2021									Objetivo PAO
	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	
Volume de Negócios (€)	1.738.048	3.344.934	5.848.403	8.027.192	10.264.927	12.939.693	15.675.420	18.739.325	21.855.633	26.558.771
Peso dos CMV/MC+FSE+GcP no Volume de Negócios	101,5%	102,6%	91,2%	90,2%	88,2%	84,5%	82,1%	74,7%	73,2%	81,8%
PMP (dias)	35	38	33	34	34	33	37	34	36	33
EBITDA	93.657	58.170	769.661	1.145.862	1.650.675	2.518.895	3.497.562	5.348.465	6.543.431	5.331.698
Resultado Antes de Impostos (€)	-200.530	-532.562	-115.539	-39.728	169.366	729.042	1.410.732	2.963.041	3.833.667	1.286.834
Resultado Líquido (€)	-210.308	-547.532	-134.699	-65.901	134.733	687.111	1.363.758	2.911.250	3.776.547	993.662
Liquidez Geral	1,13	1,10	1,07	1,07	1,07	1,12	1,15	1,21	1,25	0,93
Autonomia Financeira	0,50	0,50	0,49	0,49	0,48	0,48	0,48	0,47	0,48	0,53
Rentabilidade das Vendas	-0,12	-0,16	-0,02	-0,01	0,01	0,05	0,10	0,16	0,17	0,04

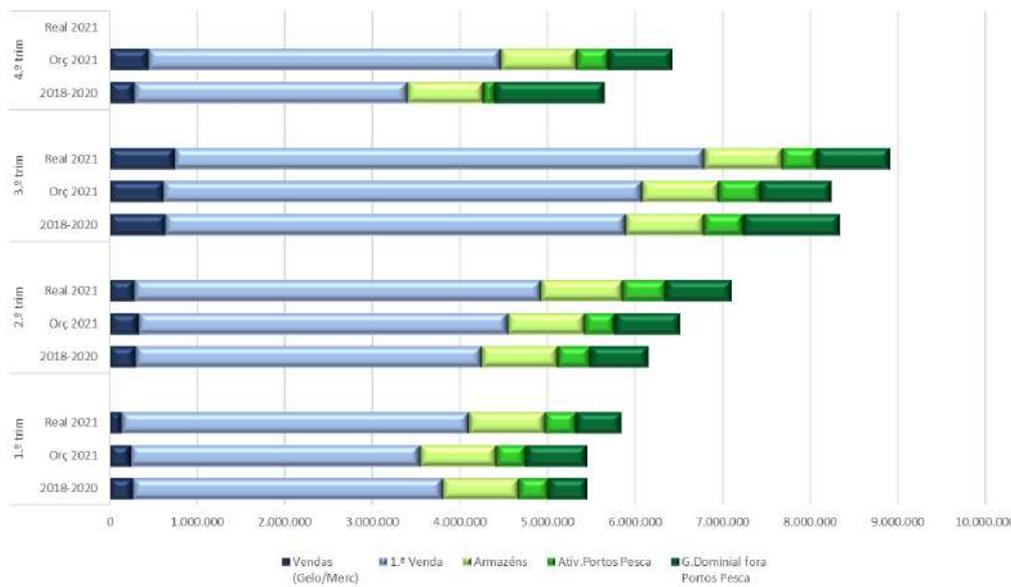
De modo a permitir uma melhor perceção sobre estes indicadores, foram preparados gráficos que comparam a execução do ano de 2021 com o orçamento e ainda com os dados de 2018 a 2020. Adicionalmente, foram elaborados gráficos que permitem aferir a evolução de outros elementos como sejam a evolução do quadro de pessoal e a comparação entre o volume de negócios mensal e os recebimentos de clientes.

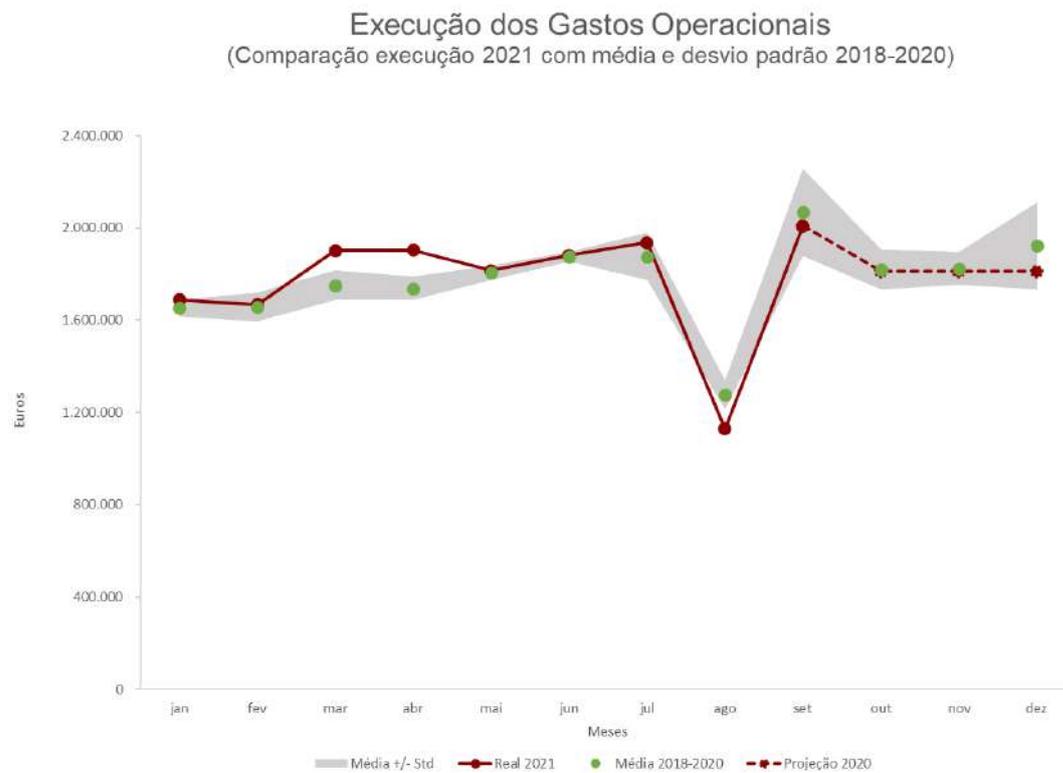
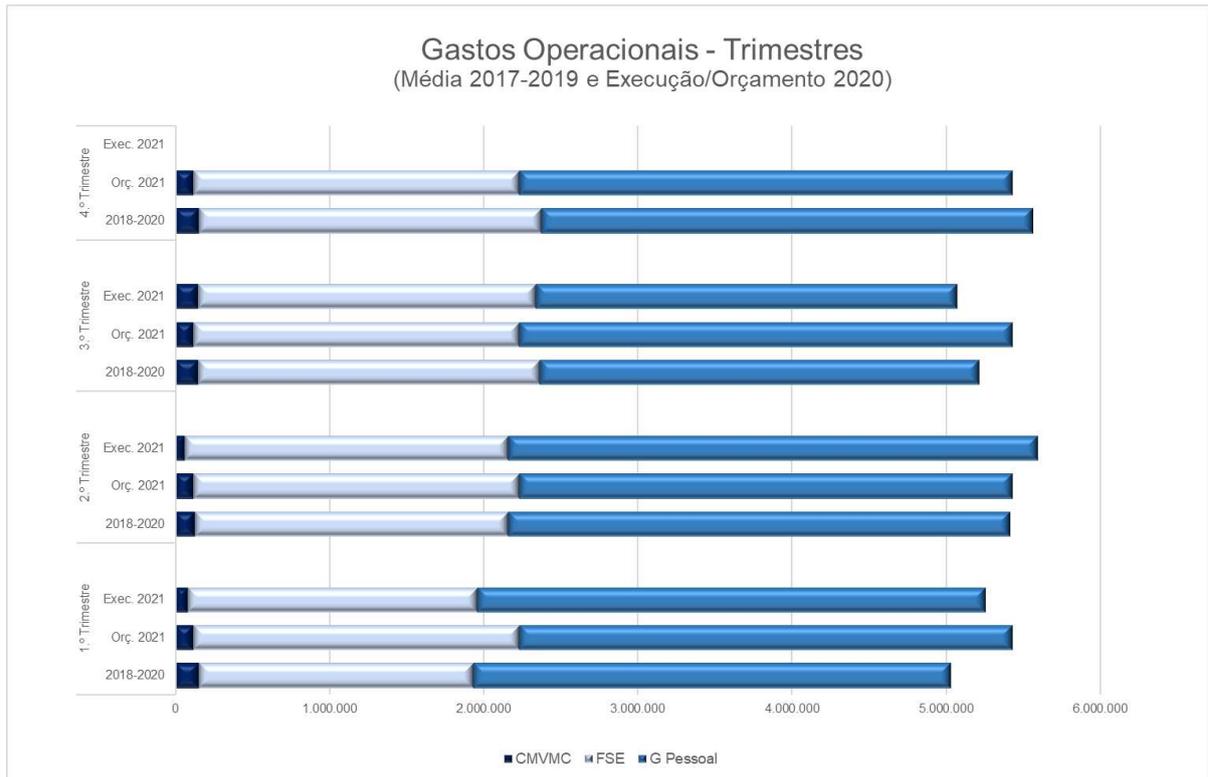
Quanto ao número de trabalhadores, era esperado um aumento do seu número, quando comparado com a projeção, devido ao número de trabalhadores a termo que são necessários para as várias atividades que são da responsabilidade da Docapesca.

Resultados Acumulados (Média 2018-2020 e Execução e Orçamento 2021)

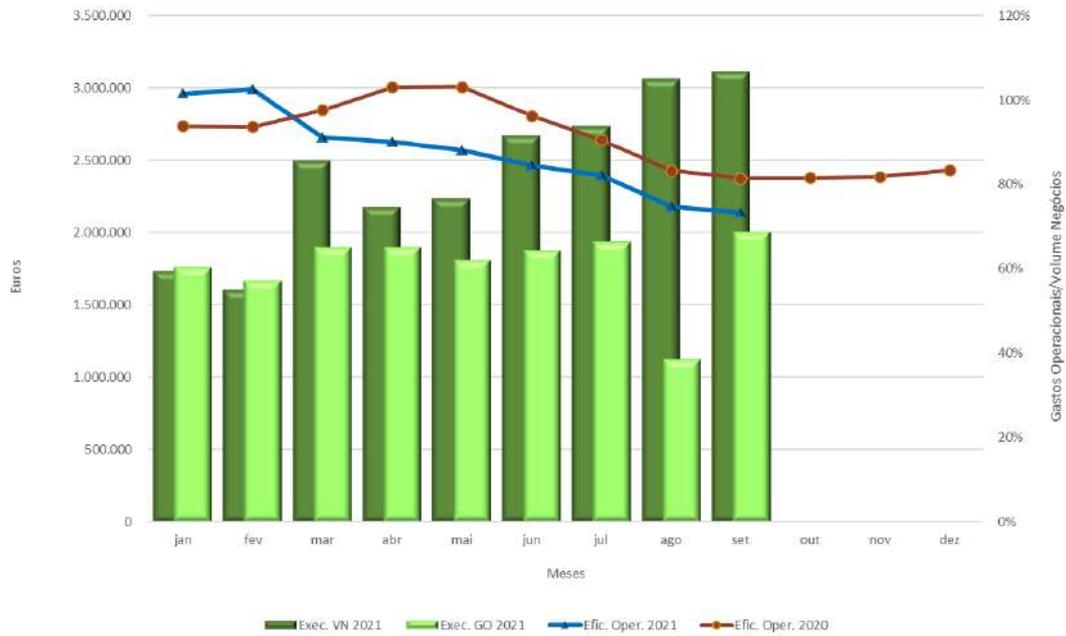


Volume de Negócios - Trimestres (Média 2018-2020 e Execução/Orçamento 2021)

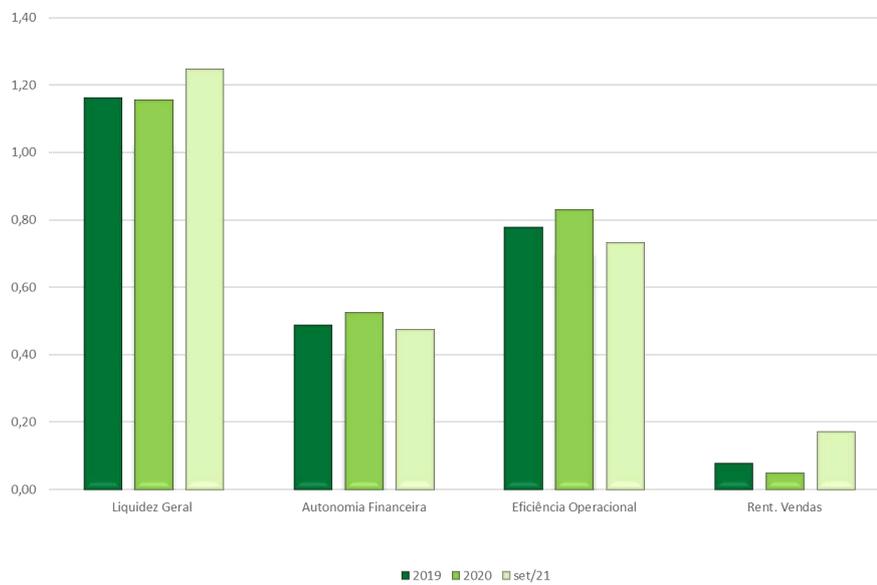




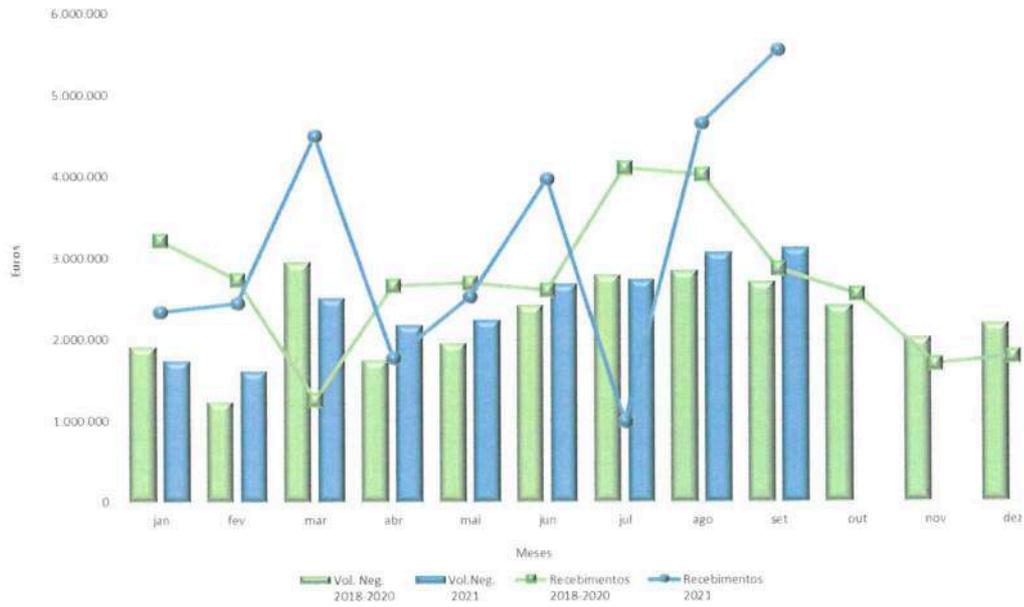
Eficiência Operacional (Execução 2021 e 2020)



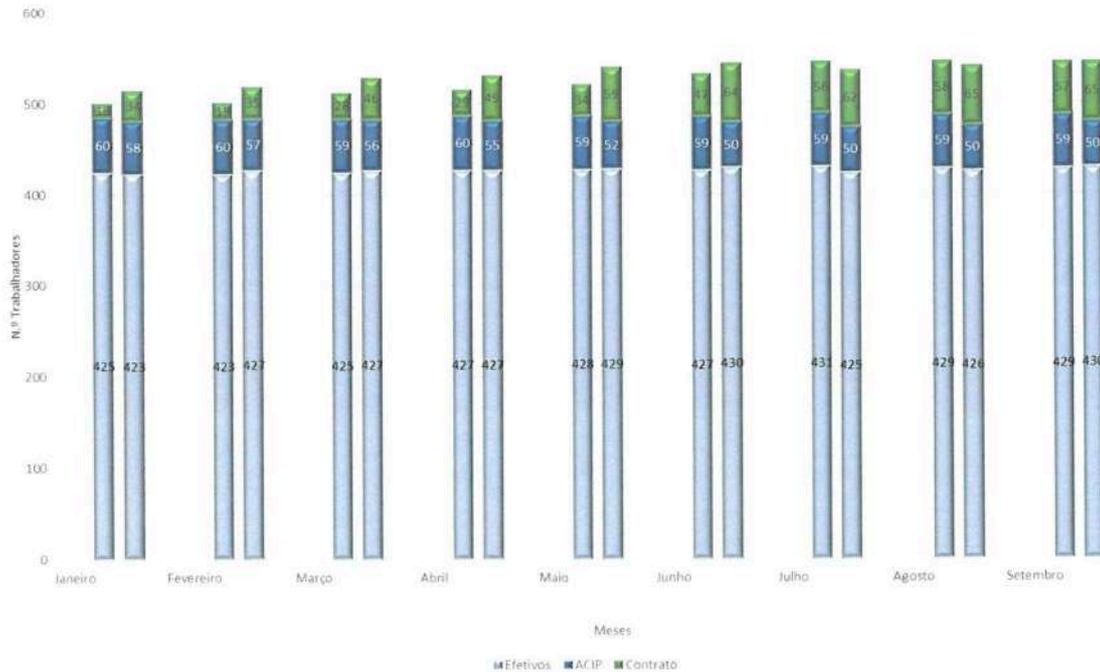
Rácios de Análise Financeira (Execução anual 2019 e 2020 e set. 2021)



Volume de Negócios e Recebimentos
(Média 2018-2020 e Execução 2021)



N.º Trabalhadores em 2021 e 2020



Lisboa, 27 de outubro de 2021

Gabinete de Planeamento
e Controlo Orçamental

Margarida R. Silva
[Handwritten Signature]

O Conselho de Administração

[Handwritten Signature]
[Handwritten Signature]